



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

**FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (FAHFA)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Brasília, 2016**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

**FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
(FAHFA)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, tendo sua elaboração coordenada pela Seção de Finanças do HFA de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146 e 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

**Unidade Consolidada: HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

Brasília, 2016.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL DA UIDADE</b>
1.1	Identificação da unidade
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade
1.3	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade
1.4	Breve histórico do órgão ou da entidade
1.5	Ambiente de atuação
1.6	Organograma
1.7	Macroprocessos finalísticos
<b>2</b>	<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b>
2.1	Planejamento Organizacional
2.2	Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos
2.3	Desempenho Orçamentário
2.4	Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho
<b>3</b>	<b>GOVERNANÇA</b>
3.1	Descrição das Estruturas de Governança
3.2	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
3.3	Gestão de Riscos e Controles Internos
<b>4</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>
4.1	Canais de Acesso do Cidadão
4.2	Carta de Serviços ao Cidadão
4.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários
4.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade
4.5	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações
<b>5</b>	<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>
5.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos
5.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade
5.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas
5.4	Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no sistema integrado de administração financeira do governo federal
<b>6</b>	<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>
6.1	Gestão de Pessoas
6.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura
6.3	Gestão da Tecnologia da Informação
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade
6.5	Gestão de fundos e de programas

<b>7</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno
7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário
7.4	Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento
7.5	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da lei 8.666/1993
<b>8</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</b>
<b>9</b>	<b>ANEXOS E APÊNDICES</b>
9.1	ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS
<b>10</b>	<b>DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE</b>
10.1	Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
10.2	Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas
10.3	Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
10.4	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
10.5	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AGU – Advocacia Geral da União  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ASSJUR – Assessoria Jurídica  
ASTECH – Assessoria Técnica  
ATI – Assessoria em Tecnologia da Informação  
BI – Boletim Interno  
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal  
CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CGU – Controladoria Geral da União  
CGU/PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares  
CEJU – Coordenadoria de Execução Judicial  
CEP – Código de Endereçamento Postal  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CISER – Secretaria de Controle Interno  
CME – Centro de Material Esterilizado  
CODER – Coordenação Geral de Regularização Patrimonial  
COLOG – Comando Logístico  
CONJUR – Consultoria Jurídica  
CPF – Cadastro Nacional de Pessoa Física  
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal  
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura  
DA – Departamento de Administração  
DA – Divisão Administrativa  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DEADI – Departamento de Administração Interna  
DEORF – Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças  
DF – Distrito Federal  
DN – Decisão Normativa  
DOU – Diário Oficial da União  
DSG – Divisão de Serviços Gerais  
DFIN – Divisão de Finanças  
DIR – Diretoria  
EB – Exército Brasileiro  
EC – Emenda Constitucional  
EPVT – Estudo Prévio de Viabilidade Técnica  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos da América  
FAHFA – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas  
FUNSA – Fundo de Saúde da Aeronáutica  
GAB – Gabinete  
GAB-DIR – Gabinete do Diretor  
GDF – Governo do Distrito Federal  
GEAUD – Gerência de Auditoria  
GEORI – Gerência de Orientação e Avaliação

GM – Gabinete do Ministro  
GM – General Motors  
HFA – Hospital das Forças Armadas  
IC – Infecção Comunitária  
ICDF – Instituto de Cardiologia do Distrito Federal  
ICS – Infecção da Corrente Sanguínea  
IH – Infecção Hospitalar  
IN – Instrução Normativa  
IRAS – Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde  
ISC – Infecção em Sítio Cirúrgico  
ISO – International Organization for Standardization  
ITU – Infecção do Trato Urinário  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MBB – Mercedes Benz do Brasil  
MD – Ministério da Defesa  
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MPE – Média de Permanência  
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica  
NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
NC – Nota de Crédito  
NE – Nota de Empenho  
NR – Norma Regulamentadora  
NVEI – Núcleo de Vigilância Epidemiológica e Imunização  
OCI – Órgão de Controle Interno  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OI – Orçamento de Investimento  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PAM – Pedido de Aquisição de Materiais/Serviços  
PAS – Plano de Ação Setorial do HFA  
PC – Prestação de Contas  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PEI – Plano Estratégico de Informações  
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação  
PN – Pneumonias  
PNR – Próprio Nacional Residencial  
PO – Plano Orçamentário  
PPA – Plano Plurianual  
PTTC – Prestador de Tarefa por Tempo Certo  
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada  
RH – Recursos Humanos  
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial  
SAME – Seção de Arquivo Médico  
SAMED – Subseção de Abastecimento de Medicamentos  
SARAM – Subdiretoria de Aplicação dos Recursos para Assistência Médica-Hospitalar  
SCRG – Seção de Conformidade de Registro e Gestão  
SECEX – Secretaria de Controle Externo  
SEC – Secretaria  
SECT – Secretaria  
SEDAP – Secretaria de Administração Pública da Presidência da República  
SEDHAB – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e de Habitação

SEORI – Secretaria de Organização Institucional  
SEPESD – Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIC – Serviço de Informação ao Consumidor  
SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SION – Serviço Integrado de Oncologia  
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação  
SOF – Secretaria de Orçamento Federal  
SP – São Paulo  
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPPEs – Seção de Pagamento de Pessoal  
SPU – Secretaria de Patrimônio da União  
SRI – Setor Residencial Interno  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TC – Tomada de Contas  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
TIH – Taxa de Infecção Hospitalar  
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
TOE – Taxa de Ocupação Específica de UTI  
TOH – Taxa de Ocupação Hospitalar  
TRF – Tribunal Regional Federal  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UISM – Unidade Intensiva de Saúde Mental  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
URL – Uniform Resource Locator (Localizador Padrão de Recursos)  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva  
VOIP – Voice Over Internet Protocol  
VW - Volkswagen

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão</b>	
<b>Quadro 1.6 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas</b>	
<b>Quadro 1.7 – Macroprocessos Finalísticos</b>	
<b>Quadro 2.1a – Contexto Político – Oportunidades X Ameaças</b>	
<b>Quadro 2.1b – Limitações Internas da Unidade</b>	
<b>Quadro 2.3.1a – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1b – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1c – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1d – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1e – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1f – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1g – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1h – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1i – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1j – Ação/Subtítulos – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.1k – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS</b>	
<b>Quadro 2.3.3a – Despesas por modalidade de contratação</b>	
<b>Quadro 2.3.3b – Despesas por grupo e elemento de despesa</b>	
<b>Quadro 2.3.5 – Demonstrativo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b>	
<b>Quadro 2.3.6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios</b>	
<b>Quadro 2.3.8a – Concessão de suprimento de fundos</b>	
<b>Quadro 2.3.8b – Utilização de suprimento de fundos</b>	
<b>Quadro 2.3.8c – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência</b>	
<b>Quadro 2.4.1 – Indicadores Específicos</b>	
<b>Quadro 2.4.2 – Indicadores sobre Desempenho Operacional</b>	
<b>Quadro 2.4.3a - Distribuição das doses administradas de imunobiológicos no NVEI/HFA em 2015.</b>	
<b>Quadro 2.4.3b - Notificações realizadas pelo NVEI em 2015 por doença notificada</b>	
<b>Quadro 2.4.3c - Exames realizados em 2015 distribuídos por tipo de procedimento</b>	
<b>Quadro 3.2 – Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos</b>	
<b>Quadro 5.4 – Declaração Plena do Contador</b>	
<b>Quadro 6.1 – Indicadores relacionados às reclamações trabalhistas</b>	
<b>Quadro 6.1.1a – Força de Trabalho da UPC</b>	
<b>Quadro 6.1.1b – Força de Trabalho da UPC (Militares da Marinha)</b>	
<b>Quadro 6.1.1c – Força de Trabalho da UPC (Militares do Exército)</b>	
<b>Quadro 6.1.1d – Força de Trabalho da UPC (Militares da Aeronáutica)</b>	
<b>Quadro 6.1.1e – Distribuição da Lotação Efetiva</b>	
<b>Quadro 6.1.1f – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC</b>	
<b>Quadro 6.1.1g – Efetivo de militares de carreira e temporários.</b>	
<b>Quadro 6.1.1h –Resumo de Escolaridade</b>	
<b>Quadro 6.1.2 – Despesas do pessoal</b>	
<b>Quadro 6.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários</b>	
<b>Quadro 6.2.4a – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ</b>	
<b>Quadro 6.2.4b – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ</b>	
<b>Quadro 6.2.5 - Distribuição espacial dos Bens Imóveis de uso especial de propriedade da União</b>	
<b>Quadro 6.3.1 – Principais sistemas de informação em uso pela UJ</b>	

<b>Quadro 6.3.3a – Prioridades e necessidades</b>	
<b>Quadro 6.3.3b – Necessidades</b>	
<b>Quadro 6.3.3c – Necessidades</b>	
<b>Quadro 6.3.3d – Pessoal distribuído na Seção de TI</b>	
<b>Quadro 6.3.3e – Principais projetos da Seção de TI</b>	
<b>Quadro 6.4.1 – Aspectos da Gestão Ambiental</b>	
<b>Quadro 6.5a – Realização de receitas</b>	
<b>Quadro 6.5b – Execução de despesas</b>	
<b>Quadro 7.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário</b>	
<b>Quadro 7.4 – Revisão de Contratos</b>	

#### LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 2.4.3a – NVEI/HFA - 2015</b>	
<b>GRÁFICO 2.4.3b – BUSCA ATIVA DE DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA EM 2015</b>	
<b>GRÁFICO 2.4.3c – CASOS NOTIFICADOS DE DENGUE EM 2015 POR MÊS DE NOTIFICAÇÃO.</b>	
<b>GRÁFICO 2.4.3d – EXAMES REALIZADOS EM 2015 DISTRIBUÍDOS MENSALMENTE POR TIPO DE PROCEDIMENTO.</b>	
<b>GRAFICO 4.1 – CRÍTICAS DE ATENDIMENTO</b>	
<b>GRÁFICO 4.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS</b>	
<b>GRÁFICO 6.1 – COMPARATIVO DOS PERCENTUAIS DE INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS DE 2014 E 2015</b>	

#### LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.6 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO HFA</b>	
<b>FIGURA 2.1.1 – INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE TRABALHO E AS ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO</b>	
<b>FIGURA 2.1.3 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	
<b>FIGURA 2.4.3a – CORREDOR DO 8º ANDAR</b>	
<b>FIGURA 2.4.3b – QUARTO HOSPITALAR (8º ANDAR)</b>	
<b>FIGURA 2.4.3c – POSTO DE ENFERMAGEM (8º ANDAR)</b>	

#### LISTA DE ANEXOS

**ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2015**

**APRESENTAÇÃO**

**INTRODUÇÃO**

O Hospital das Forças Armadas (HFA) é uma instituição hospitalar pública federal, sendo classificado como um Hospital Militar Geral e possui autonomia administrativa e financeira, sendo dirigido por um General de Divisão do Exército.

O HFA tem como finalidade a prestação de Assistência em Saúde, tratamento em hospitalização dos militares das Forças Armadas e a seus dependentes, a Presidência da República e a segmentos da sociedade, autorizado por convênios ou diretrizes especiais. Destina-se também, ao desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa, podendo promover intercâmbio científico na área da saúde com associações médicas e entidades afins.

Nos últimos seis anos o HFA manteve uma média de 425.803,00 atendimentos, 1.286.569,00 procedimentos em mais de 43 especialidades médicas e 12 odontológicas; 790.084,00 exames laboratoriais. Em relação às internações e taxa de ocupação, a média dos últimos três anos foi de 4.228 internações com taxa média de ocupação acima de 29%; e 412 internações na UTI, com taxa de ocupação acima de 83%.

A principal dificuldade é a evasão de pessoal da área fim e meio, o que impactou as diversas Clínicas e Seções, a exemplo das Clínicas de Cirurgia Plástica, de Nefrologia, de Cirurgia Vasculard, de Neurologia, da Divisão de engenharia, entre outras. Para tanto foi solicitado o recompletamento de seus quadros à Divisão de Recursos Humanos, com profissionais médicos, enfermeiros e técnicos diversos, arquitetos e engenheiros, como também solicitou as Três Forças pessoal habilitado. Bem como a feitura de concurso público para preenchimento dos referidos claros. Há também a necessidade da adequação do Centro Cirúrgico, e da necessidade da aquisição e renovação de materiais médico-hospitalares.

Contudo, HFA mantém atendimento em diversas áreas, a exemplo da Clínica de Oncologia, reativada em setembro de 2009, mesmo em instalações provisórias e com *déficit* de pessoal médico. Esta Clínica vem respondendo por parte substancial do faturamento hospitalar e, conseqüentemente, por economia relevante para os Fundos de Saúde e para a família militar, que deixam de incorrer nos custos diretos da assistência oncológica por Organizações Civis de Saúde (OCS). A frustração nas perspectivas de melhoria das condições de trabalho em novas dependências (projeto CION – Centro Integrado de Oncologia), e de recomposição da estrutura de remuneração dos servidores enseja preocupação do setor com a continuidade do projeto em curso.

As Divisões vêm realizando, sob coordenação da Assessoria de Planejamento e Gestão, planejamentos de seus pedidos de aquisição de materiais, sejam eles médicos, insumos, OPME, mobiliários e contratos, para viabilizar o pleno funcionamento das respectivas unidades.

As informações constantes deste Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2015, estão pautadas nas determinações do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e do Órgão de Controle Interno – Ciset/MD. Este Relatório de Gestão está estruturado em 10 itens em 121 páginas e segue as orientações extraídas do site do sistema e-Contas do site do TCU, bem como o Anexo único da Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre a estrutura de conteúdos dos relatórios de gestão. Foi preenchido com auxílio dos relatórios de anos anteriores, o auxílio dos diversos setores do HFA e de dados extraídos do SIAFI e SIOP.

O Hospital das Forças Armadas executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, portanto não há obrigatoriedade para o preenchimento dos itens referentes às Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Nos últimos seis anos, o atendimento aos pacientes do HFA, em termos numéricos, consoante com o atual Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – PPA 2012-2015 foi mensurado através de metas físicas alcançadas pelo Hospital das Forças Armadas, no que se refere ao atendimento a pacientes, vinculadas à Ação 2OXT, tendo atingido seu ápice de atendimentos em 2011, com 503.603, e obtendo, em 2015, 329.534 atendimentos, mantendo-se nesses últimos anos uma média de aproximadamente 415.000 atendimentos.

O Hospital vem investindo na promoção e realização de pesquisas na área médica, em programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico-científico e no intercâmbio cultural e científico buscando a melhoria dos serviços e do padrão profissional. Temos participado de Simpósios e Congressos visando uma melhoria e aperfeiçoamento de nossos servidores. Tais ações tem obtido bons resultados visto que a pesquisa no âmbito do HFA tem por finalidade a busca de novos conhecimentos e técnicas e a criação de uma mentalidade científica indispensável ao enriquecimento da formação profissional.

A seguir, serão abordados os diversos assuntos previstos para apresentação a esse Tribunal, conforme embasamento legal, pertinentes à boa gestão dos recursos públicos administrados por esta Unidade Jurisdiciona.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO**  
**HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – HFA**

## 1. IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa			<b>Código SIORG:</b> 41066	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>				
<b>Denominação Completa:</b> Hospital das Forças Armadas				
<b>Denominação Abreviada:</b> HFA				
<b>Código SIORG:</b> 35	<b>Código LOA:</b> 52902		<b>Código SIAFI:</b> 112408	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			<b>CNPJ:</b> 03.568.867/0001-36	
<b>Principal Atividade:</b> Atividades de Atendimento Hospitalar			<b>Código CNAE:</b> 8610-1	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3966-2125	(061) 3966-2433	(061) 3966-2555	
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabdir.hfa@defesa.gov.br; gabinete@hfa.mil.br				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.hfa.mil.br">http://www.hfa.mil.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Contorno do Bosque s/n – Cruzeiro Novo – CEP 70.658-900 – Brasília - DF				
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas</b>				
Nome		CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas		03.568.867/0001-36	112408	35
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962; autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971; recriação do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas ratificada pela Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas, Portaria nº 1037/MD, de 17 de abril de 2012.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Planejamento Estratégico 2014-2018.				
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
112408	Hospital das Forças Armadas			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
112408		00001		

**Fonte:** Subdivisão de Finanças – HFA

## **1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE**

O Hospital das Forças Armadas – HFA, como integrante da estrutura da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa – SEPESD/MD, com capacitação de hospital terciário e quaternário, objetiva prover assistência à saúde aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, à Presidência da República e a segmentos conveniados, e desenvolver o ensino e a pesquisa.

Competindo-lhe :

I - prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar:

a) aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do Ministério da Defesa e aos servidores e empregados públicos do próprio Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra e aos seus dependentes e pensionistas;

b) aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e

c) a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais;

II - cooperar com as autoridades civis e militares no que disser respeito à saúde pública;

III - realizar atividades de pesquisa médica;

IV - executar programas de ensino médico e de enfermagem, e programa de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior; e

V - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade.

§ 1º A assistência médico-hospitalar prevista no inciso I do caput deste artigo compreende:

I - o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação e a recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes;

II - os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos; e

III - o fornecimento e a aplicação de meios, de cuidados e dos demais atos médicos e paramédicos necessários.

§ 2º O atendimento aos casos não previstos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo será realizado mediante indenização integral do serviço, sem prejuízo do atendimento aos usuários elencados nas alíneas anteriores, em consonância com as diretrizes do Ministro de Estado da Defesa, que poderá delegar a competência para elaboração das diretrizes ao Comandante Logístico do HFA.

## **1.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE**

O Hospital das Forças Armadas foi criado pelo Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962. Passou a ter autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971. No final de 1995 foi recriado o Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas ratificada pela Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995.

## **1.4 BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE**

O Hospital das Forças Armadas (HFA) é um Hospital Militar Geral, com sede em Brasília, destinado ao tratamento e hospitalização de militares da ativa, da reserva e reformados, de seus dependentes e de outras pessoas, autorizadas por convênios ou por diretivas especiais, que necessitem de tratamento médico-cirúrgico geral e especializado.

A direção do Hospital das Forças Armadas será ocupada por oficial-general médico da ativa do penúltimo posto. E os de Vice-diretor de Saúde e de Vice-diretor de Ensino do HFA serão ocupados por oficiais-generais médicos da ativa do primeiro

posto, pertencentes ao corpo ou ao quadro de saúde das Forças Armadas em sistema de rodízio entre o Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica.

A sua capacidade instalada é de 185 leitos hospitalares, mais 10 leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

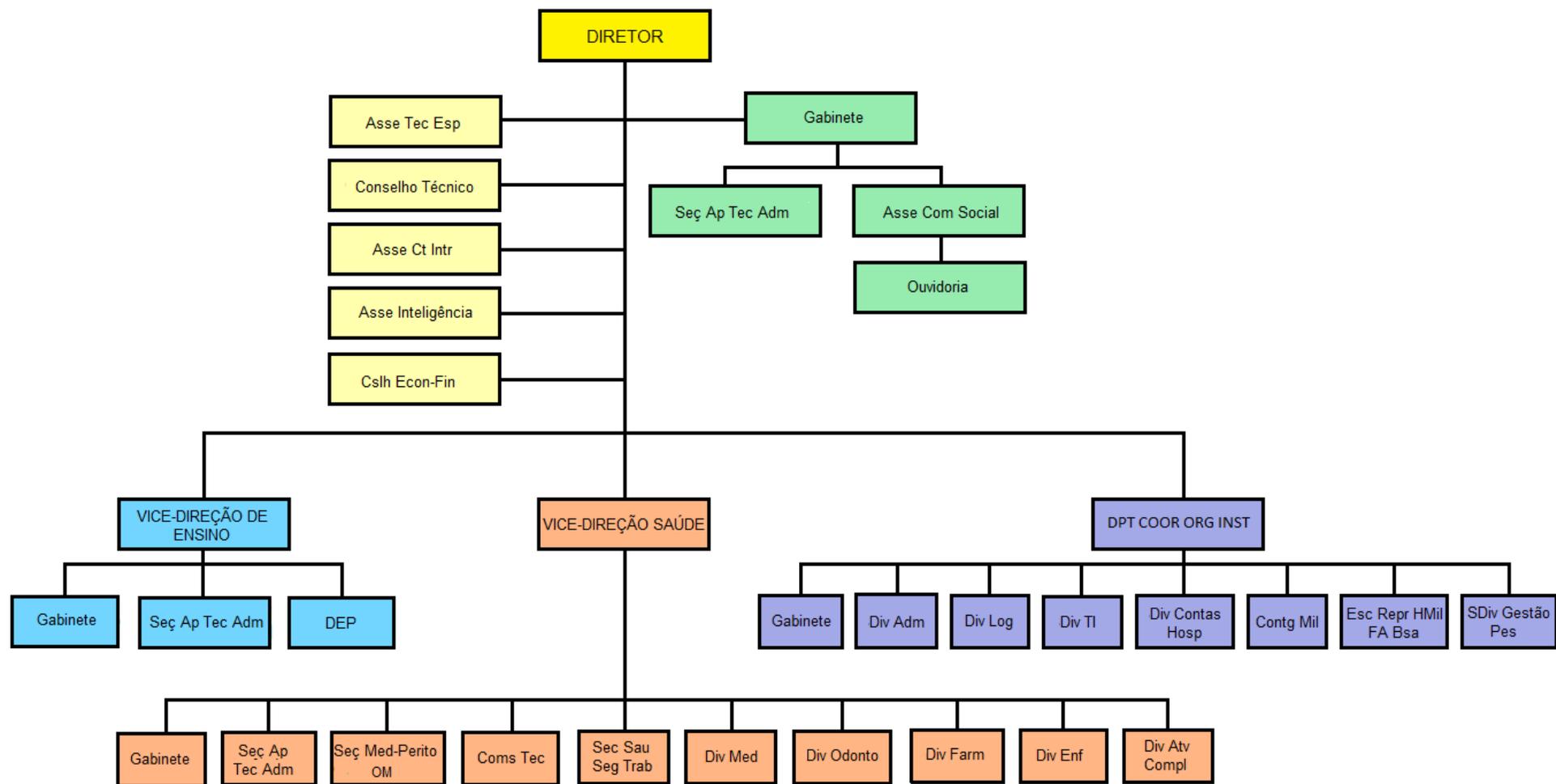
A localização central dentro do território nacional e sua diversidade de atividades possibilitam adequada prestação de apoio logístico de saúde a todas as regiões do país, especialmente as do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

### **1.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO**

O HFA se destina à prestação de Assistência em Saúde, nos níveis terciário e quaternário, incluindo tratamento e hospitalização aos militares das Forças Armadas e a seus dependentes, à Presidência da República e a segmentos da sociedade, autorizados por convênios ou diretrizes especiais. Também se destina ao desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa, como pressuposto de um padrão de excelência, podendo promover intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins.

Tem como principais processos: Internações e UTI; Pronto-Atendimento; Cirurgias ambulatoriais e para internados; Ambulatório Médico; Medicina Nuclear e Hiperbárica; Exames Diagnósticos; Análises Clínicas; Tratamento Odontológico; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Psicologia e Psiquiatria; Perícia Médica; Ensino e Pesquisa.

## 1.6 ORGANOGRAMA



Fonte: Assessoria de Planejamento – HFA

## Das Competências

Quadro 1.6 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção	Dirigir, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas pelo HFA.	Gen Div Med Gilberto Franco Pontes Netto	Diretor	12 de maio de 2015 a 18 de dezembro de 2015.
Vice-Direção de Saúde	Coordenar e controlar a prestação da assistência médica hospitalar no HFA.	C Alte (Md) Marco Antonio Gomes de Freitas	Vice-diretor de Saúde	12 de maio de 2015 até presente data.
Vice-Direção de Ensino	Promover atividades de caráter técnico-científico de modo a assegurar o aperfeiçoamento do pessoal militar e civil no HFA.	Brig Med Eduardo Serra Negra Camerini	Vice-diretor de Ensino	12 de maio de 2015 até presente data.
Departamento de Coordenação e Organização Institucional	Conduzir todos os assuntos que digam respeito à administração geral, gestão de recursos humanos e de serviços gerais.	Cel R1 Jorge Ricardo Áureo Ferreira	Chefe do Dpt de Coordenação e Organização Institucional	01 de outubro de 2014 a 12 de fevereiro de 2016.

Fonte: Assessoria de Planejamento – HFA

## 1.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

**Quadro 1.7 – Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
a. Atendimentos e procedimentos Ambulatoriais.	Consultas previamente marcadas e indicações, no Serviço de Arquivo Médico - SAME, para as clínicas especializadas do hospital.	309.609 (trezentos e nove mil, seiscentos e nove) atendimentos ambulatoriais, bem como 1.162.106 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, cento e seis) procedimentos médicos e de apoio, realizados em 2015.		
b. Atendimentos de Emergência e procedimentos médicos e de apoio.	Atendimento emergencial nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Traumatologia, Ortopedia, Oftalmologia e Otorrinolaringologia. As especialidades de Cardiologia, Neurocirurgia, Urologia, Psiquiatria, Cirurgia Plástica e Ginecologia ficam de sobreaviso.	67.106 (sessenta e sete mil, cento e seis) atendimentos, bem como 28.655 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco) procedimentos médicos e de apoio, realizados em 2015.		
c. Atendimento Cirúrgico, sejam em cirurgias eletivas ou emergenciais.	Pacientes atendidos no centro cirúrgico, nas especialidades de Cirurgia Vascular, Cardiovascular, Geral, Pediátrica, Plástica e Torácica.	2.427 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete) procedimentos cirúrgicos e 2.666 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis) procedimentos anestésicos, realizados em 2015.	1. Militares da ativa, da reserva, reformados e seus respectivos dependentes, dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; 2. Servidores e dependentes do HFA, e do Ministério da Defesa e seus dependentes.	Clínicas, Laboratórios, Serviços e Unidade Integrada de Saúde Mental.

d. Atendimento de Terapia Intensiva.	Pacientes internados nas unidades de terapia intensiva adulto.	Foram realizadas 293 (duzentos e noventa e três) internações em Unidade de Terapia Intensiva.  Atualmente, o hospital conta com 10 (dez) leitos destinados especificamente ao atendimento intensivo Adulto, sendo 08 (oito) leitos efetivamente operacionais. A média em 2015 da taxa de ocupação foi de 90,38 % (noventa virgula trinta e oito por cento).	
Atendimentos e Procedimentos Odontológicos.	Por agendamento ou em casos emergenciais.	24.726 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e seis) atendimentos, e 137.798 (cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa e oito) procedimentos.	
Atendimento farmacêutico/dispensação de medicamentos.	Compreende as atividades de dispensação de medicamentos da farmácia central, da farmácia ambulatorial, e das farmácias satélites.	Medicação utilizada em procedimentos cirúrgicos, em internação, na Unidade de Pronto Atendimento, os quimioterápicos, os radioterápicos, dentre outros.	
Assistência da enfermagem aos pacientes internados, ambulatoriais e emergenciais.	Compreende a assistência especializada por meio de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.	Atuações nas áreas ambulatoriais, de internação, de emergência, cirúrgicas e demais atividades, num total de 866 (oitocentos e sessenta e seis) profissionais de enfermagem.	
Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa na área médica-	Visa as ações de incentivo e desenvolvimento ao ensino	Compreende a atuação de médicos, demais profissionais da	
			Divisão de Ensino e Pesquisa - DEP

hospitalar.	e pesquisa médica no âmbito do HFA.	Saúde, Residentes médicos (total de 87 residentes), da utilização do laboratório de cirurgias experimentais, da pesquisa em seres humanos, da capacitação e treinamento dos servidores da atividade fim da unidade, dentre outras atividades e parcerias afetas ao ensino e a pesquisa na área médica.		
<p>Considerando-se o contexto dos macroprocessos finalísticos da instituição, as principais dificuldades enfrentadas no transcorrer do exercício de 2015 foram a carência de pessoal, sobretudo na área médica, e a constante evasão de profissionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e maiores remunerações no âmbito do DF. O Hospital tem trabalhado no sentido de viabilizar, junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a reestruturação do Plano de Cargos e Salários do HFA, com vistas a tornar a unidade mais atrativa aos profissionais de saúde, equiparando-os aos congêneres de Brasília.</p>				

**Fonte:** Assessoria de Planejamento – HF

## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

### **2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

Ao longo dos últimos anos as Forças Armadas têm procurado modernizar seus sistemas de gestão adequando-se à sistemática preconizada pelo Governo Federal, por meio da GESPÚBLICA. Com esta motivação, o Comando Logístico do Hospital das Forças Armadas (HFA) sentiu a necessidade de revisar seu Plano Estratégico, adaptando-o realisticamente às novas condições e empregando esforços para sua divulgação e implementação.

O HFA, na busca de se estruturar para os desafios impostos voltados para a Nova Gestão Pública, procurou atender ao princípio da eficiência da Administração Pública. Encontramo-nos, também, em sintonia com as políticas estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa do Ministério da Defesa (MD), que focam a reorganização das Forças Armadas e da Indústria Nacional de Defesa, a mobilização de pessoal e material, assegurando, prioritariamente, a soberania da Amazônia, do mar territorial e das fronteiras do Brasil, tendo como pilar principal a atuação unificada das Forças Armadas.

Historicamente o HFA já vem exercendo parte dessa estratégia de interação, pois operacionaliza as ações de Saúde conjuntas da Marinha, Exército e Aeronáutica desde a década de 70, podendo contribuir significativamente com essa experiência de sucesso. O alinhamento com os objetivos do MD é total, uma vez que sua localização estratégica, na região central do país, relativamente próxima da Amazônia e das fronteiras Norte e Oeste, possibilitam um apoio logístico mais rápido e efetivo.

Independentemente do estágio de gestão atingido pelo HFA, a revisão do Planejamento Estratégico surge como um processo que permite a análise racional do ambiente externo e interno, de forma a estabelecer objetivos e iniciativas estratégicas que propiciem o aumento da eficiência e da eficácia nas atividades da Organização. Recentemente, a Alta Administração do Hospital concluiu o realinhamento do Plano Estratégico. O Plano é elaborado a partir dos objetivos e alinhado à missão e visão de futuro da instituição. Já o processo de Planejamento Estratégico do hospital encontra-se no seu terceiro ciclo de aperfeiçoamento (2004, 2009, 2014), contando hoje com 15 objetivos, 11 programas e 32 estratégias e 40 projetos.

Os gestores necessitam de uma ferramenta que os munície de informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar de forma proativa, antecipando-se às mudanças que ocorrem no setor em que atuam. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico é um importante instrumento de gestão para as organizações, pois, através dele, o gestor e sua equipe poderão estabelecer os parâmetros que irão direcionar a organização, a condução da liderança e o controle das atividades.

Pretende-se, ainda, com a apresentação desta atualização do Plano Estratégico do HFA, implementar um modelo de gestão que possibilite:

- a. Propiciar um atendimento integral e humanizado;
- b. Adequar a capacidade de atendimento à nossa demanda;
- c. Desenvolver mecanismos que propiciem a participação de nossa clientela no controle dos serviços;
- d. Buscar a otimização dos recursos para garantir a eficiência e eficácia no serviço;
- e. Proporcionar melhorias no ensino, pesquisa e assistência;
- f. Garantir a qualidade dos serviços prestados e integrar as ações de forma participativa;
- g. Consolidar os processos de Gestão por competências.

O comprometimento do desempenho do HFA nos últimos anos, decorrente do contingenciamento orçamentário e, principalmente, da evasão de seus recursos humanos, não impediu o cumprimento de sua missão. No entanto, o Hospital necessita reencontrar sua identidade, buscar novos caminhos, otimizar seus recursos, levar a efeito práticas gerenciais modernas, enfim, produzir melhor.

A questão da escassez de recursos humanos que se acreditava que seria resolvida com a aprovação do Plano de Carreira e Cargos, do HFA, em 2009 e a consequente realização de concurso público no mesmo ano, não alcançou a eficácia desejada em virtude da grande evasão dos servidores contratados para cargos públicos com melhor percepção remuneratória no DF, sendo, assim, questão primordial em termos de planejamento futuro.

Outra pendência delicada diz respeito à necessidade de hierarquização, do atendimento e uma melhor sinergia entre os Hospitais Militares do Distrito Federal, de forma a promover ações integradas de Saúde entre as Forças Armadas, otimizando os recursos disponíveis nas unidades.

A localização estratégica singular no território nacional e sua estrutura física privilegiada apontam o HFA como a melhor opção para o estabelecimento de um Hospital Militar de referência, principalmente para prover qualificado apoio logístico de Saúde à nova configuração de distribuição das tropas, proposta na Estratégia Nacional de Defesa. Sua revitalização estrutural seria a escolha mais viável, rápida e econômica para atingir essa meta. A condição de possuir Corpo Clínico próprio, majoritariamente composto por civis, permitir-lhe-ia manter-se mobiliado, mesmo em caso de mobilização militar para a defesa do país.

O planejamento a médio e longo prazo foi a opção escolhida para atingir tal fim. O alinhamento com os escalões superiores; a análise da situação atual com a projeção de cenários futuros; o estabelecimento de objetivos motivadores, flexíveis, realistas e factíveis e a preocupação em delinear os rumos do HFA, sem interferir nas ações de Comandos sucessores, com foco na excelência, nortearam o desenvolvimento deste Plano Estratégico 2014-2018.

A revisão do Plano Estratégico resume as aspirações deste Comando, e se integra ao Regulamento, ao Regimento Interno do HFA e de seus valores de adotar procedimentos administrativos que, por meio do planejamento, controle e aperfeiçoamento contínuos, conduzirão a um alto nível de aprestamento dos meios subordinados e à excelência no cumprimento da sua missão, visando assim contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços e da administração organizacional.

#### **a) Contexto (Político, econômico, ambiental, tecnológico e social)**

O Setor de Saúde consiste em um Sistema aberto, em constante interação com o meio ambiente, onde a busca da eficiência e diferenciação dos serviços são uma constante.

O propósito da realização desta Análise é subsidiar o gestor, visando criar condições para que o HFA opere com eficácia diante de ameaças ou restrições ambientais e possa também capitalizar as oportunidades oferecidas por este macro ambiente, composto por variáveis que vão influenciar a Instituição indiretamente.

Os aspectos analisados relativos ao ambiente externo incluem ambiente político-legal, ambiente econômico, ambiente tecnológico e ambiente sociocultural, considerando onde este Hospital está inserido. Para esta análise foram verificados um cenário de oportunidades e possíveis ameaças, de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro 2.1a – Contexto Político – Oportunidades X Ameaças**

Oportunidades	Ameaças
Demanda crescente por parte dos convênios (recursos extra orçamentários);	Recursos humanos drenados para setor privado e outras áreas do serviço público (remuneração mais atrativa);
Instituições interessadas em fazer convênios com o HFA (visibilidade);	Legislação variável, com frequentes alterações (ex: ANVISA, MPOG...), dificultando adequação;
Satisfação dos usuários;	Ausência de políticas de hierarquização do atendimento entre os Hospitais militares do Distrito Federal;
Credibilidade e tradição do HFA;	Recursos financeiros insuficientes para investimentos (manutenção da qualidade, manutenção predial, manutenção de equipamentos e atualização tecnológica);
Reconhecimento abrangente (regional, nacional) pela comunidade da qualidade dos serviços prestados no âmbito assistencial, de ensino e pesquisa;	Absorção de parte da demanda reprimida dos hospitais regionais que atendem pelo SUS;
Reestruturação do Plano de Carreira e Cargos do HFA	Dissociação entre as necessidades de ensino, pesquisa e

(aumento de produtividade);	assistência;
Hospital com relacionamento universitário (capacitação);	Formulação de parcerias dissociadas dos interesses institucionais;
Participação no estabelecimento de políticas com as instâncias de saúde municipais, regionais, estaduais, federais e particulares;	Processos públicos burocráticos e morosos (RH, Orçamento, Materiais); e
Inserção no Programa de Humanização do Ministério da Saúde; e	Disposição física e estrutural do HFA.
Aderência ao processo de Acreditação Hospitalar do Ministério da Saúde.	

**Fonte:** Assessoria de Planejamento – HFA

## b) Limitações Internas da Unidade

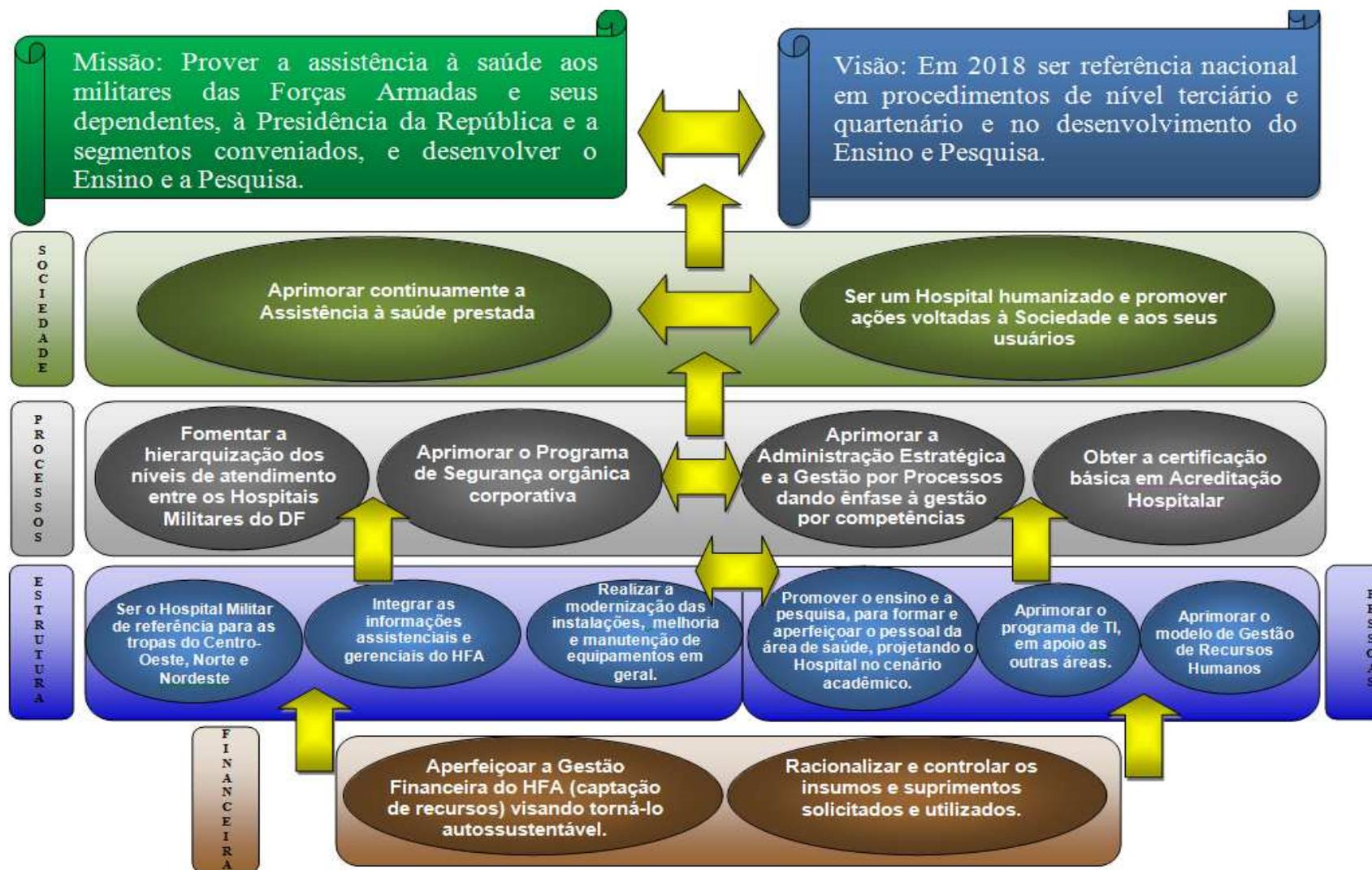
A fim de que se concretize a Visão de Futuro desejada, com a consecução dos Objetivos Estratégicos estabelecidos, alguns fatores ou condições são primordiais para o sucesso desta empreitada. São eles:

**Quadro 2.1b – Limitações Internas da Unidade**

<b>Fator Crítico</b>	<b>Descrição</b>
Integração	Atuação integrada com os demais hospitais da região, em especial os militares, o que pressupõe contínuo aperfeiçoamento institucional e incremento de atividades, particularmente na obtenção de novas tecnologias e procedimentos.
Compromisso com a Instituição	Caracterizado pelo entendimento, compreensão e envolvimento com a Missão e a Visão de Futuro do HFA, e pela observação dos valores, dos deveres e da ética praticados nesta Organização Militar.
Assistência Continuada	Capacidade de oferecer aos usuários, tanto qualitativa quanto quantitativamente, oportunidade de acesso à assistência à saúde, de forma a não haver solução de continuidade nas suas demandas.
Atualização tecnológica	Evidenciada por intermédio da constante atualização dos equipamentos e materiais, em qualidade e quantidade, para conferir, no campo material, o apoio necessário à busca da excelência da assistência à Saúde e ampliar o reconhecimento da competência profissional e institucional.
Excelência Gerencial	Caracterizada pela contínua avaliação e melhoria das gestões administrativa e técnica do HFA, que proporcione a otimização de resultados, particularmente no emprego de recursos, na execução dos processos, na aquisição de equipamentos, materiais e serviços, refletindo na geração de produtos e serviços eficazes e efetivos, para o usuário/paciente, objeto final da assistência hospitalar.
Acolhimento e respeito ao usuário	Ação de aproximação. Posturas e práticas nas ações de atenção e gestão no HFA, favorecendo a construção de uma relação de confiança e compromisso das equipes e dos serviços com os usuários.
Governança	Compromisso com a moralidade, honradez, honestidade e senso de responsabilidade na administração dos bens públicos e Gestão Financeira, com vistas a manter e elevar a imagem da Instituição e contribuir para a formação de novos parâmetros de Assistência em Saúde.
Aprimoramento dos Quadros	Evidenciado por intermédio do ensino e da pesquisa, visando o constante aperfeiçoamento e a projeção no cenário acadêmico, buscando a excelência da assistência à Saúde e ampliar o reconhecimento da competência profissional e institucional.
Competência profissional	Caracterizada pela demonstração de elevada capacidade técnica de seus quadros, evidenciada pela excelência da Assistência à Saúde e Gestão Administrativa, levando ao reconhecimento tácito entre os usuários.
Valorização do Servidor	Implementação de condições voltadas para a preservação do ambiente social e profissional, para que se desenvolva uma sadia convivência, autoconfiança, autoestima, valorização e motivação dos componentes da instituição.
Trabalho em equipe	Identificação com os valores e tradições da organização, gerando interações positivas de apoio mútuo entre seus integrantes e/ou grupos de atividade, ao longo do tempo.
Segurança Orgânica	Caracterizada pela capacidade de proporcionar medidas que visem à prevenção e à obstrução de ações adversas de qualquer natureza contra pessoal, áreas, instalações, documentos, materiais e sistemas de informações, garantindo a máxima operacionalidade da instituição.
Mentalidade de Acreditação Hospitalar	Ponto de partida para o alcance do OE estabelecido de Acreditação Hospitalar. Caracterizado pelo comprometimento das chefias no desenvolvimento do processo e consequente envolvimento dos seus subordinados, de forma a evidenciar a excelência na assistência à saúde dos usuários e Gestão Administrativa.

**Fonte:** Assessoria de Planejamento – HFA

## 2.1.1 Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução



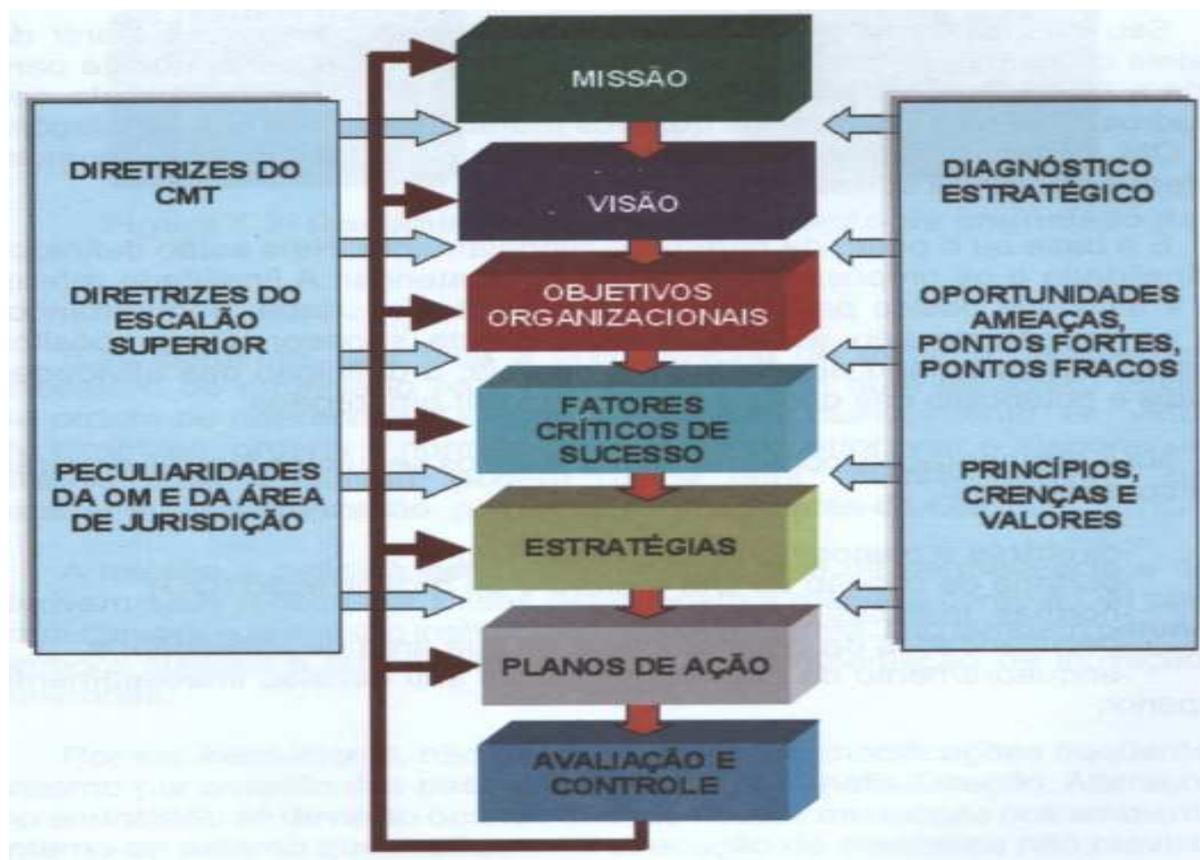
Fonte: Assessoria de Planejamento – HFA

### **2.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Em uma análise criteriosa dos cenários apresentados e das condições para enfrentá-los, procurando manter o HFA alinhado com as políticas do Ministério da Defesa no cumprimento da sua Missão e, vislumbrando atingir sua Visão de Futuro de forma organizada, eficiente e segura, promovendo um salto qualitativo e quantitativo no seu desempenho, definiram-se como Objetivos Estratégicos Institucionais definidores dos programas do Hospital:

- 1) Fomentar a hierarquização dos níveis de atendimento entre os Hospitais Militares do DF;
- 2) Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada;
- 3) Integrar as informações assistenciais e gerenciais do HFA;
- 4) Aprimorar a Administração Estratégica e a Gestão por Processos dando ênfase à gestão por competências;
- 5) Ser um Hospital humanizado e promover ações voltadas a Sociedade e aos seus usuários;
- 6) Aperfeiçoar a Gestão Financeira do HFA, através da captação de recursos, visando torná-lo autossustentável (excetuando-se os gastos com pessoal);
- 7) Promover o ensino e a pesquisa, para formar e aperfeiçoar o pessoal da área de saúde, projetando o Hospital no cenário acadêmico;
- 8) Aprimorar e aperfeiçoar o Modelo de Gestão de Recursos Humanos (RH);
- 9) Aprimorar o programa de segurança orgânica corporativa;
- 10) Obter a certificação básica em Acreditação Hospitalar;
- 11) Capacitar o HFA para ser o Hospital Militar Terciário e Quaternário de referência para apoio logístico de Saúde das Tropas das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, em infraestrutura (instalações, equipamentos, suprimentos);
- 12) Racionalizar e controlar os insumos e suprimentos solicitados e utilizados;
- 13) Aprimorar o programa de Tecnologia da Informação (TI) em apoio a todas as outras áreas;
- 14) Realizar a modernização das instalações, melhoria e manutenção de equipamentos em geral (Equipamentos, materiais e mobiliários); e
- 15) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Implantação do Instituto de Ciências Médicas das Forças Armadas.

### 2.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico



Fonte: Assessoria de Planejamento – HFA

### 2.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Com o propósito de alcançar os Objetivos Estratégicos ora estabelecidos, delineou-se o caminho a ser seguido através das seguintes Metas Estratégicas:

- 1) Viabilizar uma proposta visando definir um Modelo Assistencial militar para o DF, inserindo o HFA como Hospital Terciário e Quaternário, em uma cadeia hierarquizada com os demais hospitais militares do Distrito Federal;
- 2) Estabelecer Protocolos Assistenciais;
- 3) Adequar as Clínicas e Serviços às normas atuais do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) do Ministério da Saúde;
- 4) Instituir um Programa de Melhoria da Assistência à Saúde prestada pelo HFA;
- 5) Promover a integração técnico-científica sistematizada entre as diversas clínicas;
- 6) Consolidar o emprego do Núcleo de Saúde Remota (NuSauRem) do Hospital das Forças Armadas;
- 7) Implantar, modernizar e revitalizar a área de TI do HFA, com uma rede de informática eficaz, com vistas a integrar todos os setores hospitalares, para fornecer informações assistenciais (Prontuário Eletrônico), gerenciais (Indicadores), administrativas e de recursos humanos;
- 8) Aprimorar os programas de correio eletrônico e tramitação eletrônica de documentos;
- 9) Promover ações de qualidade na gestão, fomentando a incorporação das filosofias de gestão por processos, melhoria contínua e boas práticas no desenvolvimento das atividades, na aquisição, no armazenamento e no controle de insumos e suprimentos.
- 10) Profissionalizar e capacitar a alta administração e chefias intermediárias em Gestão Corporativa;

- 11) Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas;
- 12) Profissionalizar o serviço de Hotelaria Hospitalar;
- 13) Instituir um Programa Plurianual de desenvolvimento e controle das ações estabelecidas no Plano Estratégico;
- 14) Implantar Sistema de Arquivo Central, físico e eletrônico, com a necessária capacitação de pessoal;
- 15) Implementar ações de humanização no HFA, por intermédio de projetos de socialização entre os servidores, corpo de voluntários e usuários, melhoria das condições de trabalho e ações motivacionais;
- 16) Adotar medidas de humanização da assistência nos moldes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;
- 17) Promover projetos sociais de apoio à comunidade, estabelecendo Parcerias Público-Privadas sempre que possível;
- 18) Aprimorar a política de contratos, convênios e credenciamentos;
- 19) Apresentar Contratos de Objetivos em todos os processos aquisitivos;
- 20) Implantar sistema de apuração eficaz, controle e gestão de custos, que permita o apoio à orçamentação institucional;
- 21) Promover sistemática de avaliação baseada em contabilidade gerencial;
- 22) Elevar o Programa de Instrução em Serviço à categoria de pós-graduação lato sensu;
- 23) Celebrar acordos e parcerias com instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior;
- 24) Expandir o programa de concessão de estágios na modalidade obrigatória;
- 25) Implementar programa de concessão de estágio não obrigatório;
- 26) Adequar a estrutura do Centro de Pesquisa Clínica, com a reforma do Centro de Cirurgia Experimental e a aquisição de Simuladores Cirúrgicos;
- 27) Elevar o programa de Instrução e Serviço à categoria de pós-graduação lato sensu.
- 28) Estabelecer Parcerias Público-Privadas com vistas à capacitação de pessoal em todas as áreas de atuação, ao desenvolvimento de Ações Cívico-Sociais (ACISO); ao aperfeiçoamento da Administração Estratégica e ao aprimoramento à Assistência à Saúde prestada;
- 29) Promover intercâmbio científico com Instituições de Ensino e Pesquisa no país;
- 30) Implantar mecanismos que promovam a fixação dos profissionais de saúde no HFA;
- 31) Implementar a Gestão por Competências;
- 32) Instituir um Programa de Capacitação e Gestão de RH; e
- 33) Promover e incentivar participação em cursos de treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem e educação continuada dos servidores, em todos os níveis.

### **2.1.5 Desdobramento do plano estratégico**

- 1) Atualizar o Plano de Segurança Orgânico e implementar as ações necessárias ao aperfeiçoamento dos sistemas de proteção e conRAINTeligência do HFA;
- 2) Revalidar as Orientações Normativas (ON) ou Normas atinentes aos procedimentos de Segurança Orgânica;
- 3) Promover o treinamento de militares e servidores civis, quanto às ações de segurança orgânica;
- 4) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Acreditação Hospitalar do HFA;
- 5) Disseminar, conscientizar e adotar medidas de melhoria da qualidade do serviço prestado, com o exercício diário das "boas práticas" hospitalares e assistenciais, voltadas para a garantia da segurança no atendimento e nos procedimentos médico-hospitalares;
- 6) Capacitar estruturalmente áreas prioritárias para o desenvolvimento da assistência hospitalar de nível terciário e quaternário;

- 7) Apresentar proposta de revitalização estrutural geral do HFA (estrutura física e equipamentos) ao Ministério da Defesa, buscando viabilizá-la em médio prazo;
- 8) Capacitar equipes (pessoal) para atendimento de tratamentos de nível terciário e quaternário, estabelecendo inclusive, protocolos assistenciais específicos;
- 9) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Implantação do Instituto de Ciências Médicas das Forças Armadas;
- 10) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Estudo e Implantação de uma Parceria Pública Privada (PPP) para terceirização da administração do HFA;
- 11) Implementar normas, rotinas e procedimentos nas áreas correlacionadas ao controle de insumos e suprimentos;
- 12) Elaborar protocolos de procedimentos logísticos de controle de insumos e suprimentos;
- 13) Capacitar estruturalmente em projetos básico e executivo, áreas prioritárias da assistência hospitalar de nível terciário e quaternário;
- 14) Apresentar proposta de revitalização estrutural geral do HFA (estrutura física e equipamentos) ao Ministério da Defesa, buscando viabilizá-la em médio prazo;
- 15) Preparar, confeccionar e lançar as bases para a melhoria do plano diretor, adaptação do contrato de objetivos, visando o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos;
- 16) Capacitar equipes (pessoal) para atendimento de tratamentos de nível terciário, estabelecendo inclusive, protocolos assistenciais específicos;
- 17) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Implantação do Instituto de Ciências Médicas das Forças Armadas;
- 18) Instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Estudo e Implantação de uma Parceria Pública Privada (PPP) para terceirização da administração do HFA;
- 19) Capacitar estruturalmente áreas prioritárias da assistência hospitalar de nível terciário e quaternário;
- 20) Apresentar proposta de revitalização estrutural geral do HFA (estrutura física e equipamentos) ao Ministério da Defesa, buscando viabilizá-la em médio prazo e longo prazo. (11.2);
- 21) Preparar, confeccionar e lançar as bases para a melhoria do Plano Diretor, adaptação do contrato de objetivos, visando o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos.
- 22) Acoplar o Planejamento Estratégico do HFA ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI).
- 23) Aprimorar continuamente os programas de gestão corporativa do HFA.

## **2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS**

Reuniões bimestrais, sob coordenação do chefe da Subdivisão Administrativa e do chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão para, conjuntamente com um Grupo de Trabalho, estabelecer parâmetros de controle e fiscalização dos resultados previstos no Plano Estratégico, além da revisão e atualização contínua do Plano de Metas, bem como ratificá-la, redimensioná-la, retificá-la e informar as metas já atingidas. Foram também revistos e redimensionados o Contrato de Objetivos, em conformidade com a execução da Proposta Orçamentária do HFA, o PLOA e a LOA.

Determinação por parte da Direção para que cada chefe dos mais diversos setores e clínicas estabelecessem prioridades, com a finalidade de priorizar a utilização racional e pontual dos recursos financeiros, visando a constante renovação dos equipamentos médicos hospitalares, a manutenção corrente das instalações físicas, e o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos.

Foram estabelecidas dez clínicas como prioridades em consonância com o Contrato de Objetivos e o estabelecido nos Plano de metas/Ações, a exemplo da Unidade de Terapia Intensiva e o Centro de Material e Esterilização, em que recursos financeiros serão alocados principalmente na aquisição de materiais permanentes, visando oferecer aos profissionais de saúde melhores condições (em equipamentos especializados e instalações), buscando assim a constante modernização, a manutenção das ilhas de excelência e também ampliar e oferecer um alto padrão em atendimento hospitalar.

No que se refere ao atendimento médico-hospitalar, a Assessoria de Planejamento e Gestão do HFA produz um relatório estatístico mensal, tomando por base não só os indicadores institucionais (Taxa de Ocupação Hospitalar, Taxa de Ocupação Específica UTI, Taxa Média de Infecção Hospitalar, Média de Permanência de Internação, número de cirurgias realizadas e Total de Procedimentos de Radiodiagnósticos), como também relatórios referentes aos números de atendimentos e procedimentos, que são lançados por cada clínica no Sistema de Estatística do HFA, por meio da Intranet.

Após a análise dos dados compilados, a Assessoria de Planejamento e Gestão produz um relatório mensal em três vias, enviando uma ao Comandante Logístico do HFA, uma ao Diretor Técnico de Saúde e outra ao Diretor Técnico de Ensino, o que possibilita à Direção avaliar a qualidade da assistência à saúde oferecida, o desempenho interdepartamental hospitalar e a promoção de melhorias contínuas das rotinas e processos do hospital.

O gerenciamento constante destes dados permitem, além da melhoria dos serviços e da qualidade no atendimento, o estabelecimento de metas e objetivos para curto, médio e longo prazos, orientados para os resultados e processos de melhoria contínua, de modo a responder às necessidades dos usuários e oferecer um cuidado efetivo e humanizado, além de subsidiar a tomada de decisões gerenciais.

## 2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

### 2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

**Quadro 2.3.1a – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>00M1 Tipo: Operações Especiais</b>						
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo Código: ---						
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	63.516,00	68.516,00	67.125,56	67.125,56	67.125,56	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	

Localizador						
-	Não há meta física para esta ação		---	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	Não há meta física	-	-

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Descrição:** Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro do servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

**Finalidade:** Assegurar o pagamento do Auxílio Funeral e do Auxílio Natalidade, na forma dos artigos 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; e dos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

A Lei Orçamentária Anual de 2015 contemplou a Ação 00M1 com a dotação inicial na ordem de R\$ 63.516,00 (Sessenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais), que, por força de suplementações de crédito no valor total de R\$5.000,00 (cinco mil reais) alcançou a quantia de R\$68.516,00 (sessenta e oito mil, quinhentos e dezesseis reais). A suplementação foi concedida por intermédio da Portaria Ministerial nº 610, de 21/12/2015, publicada no DOU de 23/12/2015 e lançada por meio da Fita Sof ESB nº3440, 2015ND800027 de 22/12/2015. A solicitação de crédito adicional foi registrada no SIOP por esta Unidade através do pedido nº 49856, de 03/12/2015, posteriormente sendo agregado no pedido nº 50725 da SOF.

Quanto à execução financeira, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização (valor empenhado e liquidado) da ordem de R\$67.125,56 (Sessenta e sete mil cento e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos), equivalentes a 97,97% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação e não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Por se tratar de uma ação pertencente ao processamento da Folha de Pagamento, sua execução ocorreu em parte através de empenhos realizados (liquidados e pagos) diretamente no Hospital das Forças Armadas, no valor de R\$30.829,10 (trinta mil oitocentos e vinte e nove reais e dez centavos) e pertinentes ao pagamento de auxílio funeral. O restante da execução ocorreu diretamente no Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404), tendo sido empenhado, liquidado e pago o valor de R\$36.296,46 (trinta e seis mil duzentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos).

**Quadro 2.3.1b – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação	
Código	<b>0181</b> <b>Tipo: Operações Especiais</b>
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo Código: ---
Programa	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Operações Especiais

Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	23.409.750,00	24.922.773,00	24.778.530,18	24.778.530,18	24.778.530,18	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
--	Não há meta física para esta ação		---	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	Não há meta física	---	---	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Descrição:** Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas,

**Finalidade:** Prover o pagamento de direitos previdenciários dos servidores civis da União e seus pensionistas, na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

A Lei Orçamentária Anual de 2015 consignou para a Ação em referência a dotação inicial na ordem de R\$23.409.750,00 (vinte e três milhões quatrocentos e nove mil setecentos e cinquenta reais), que, por força de suplementações de crédito no valor total de R\$ 1.513.023,00 (um milhão quinhentos e treze mil e vinte e três reais) alcançou a quantia de R\$24.922.773,00 (vinte e quatro milhões novecentos e vinte e dois mil setecentos e setenta e três reais). A ação 0181 recebeu suplementações nos valores de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) por intermédio do Decreto s/nº, publicado no DOU de 27/05/2015 e lançada por meio da Fita SOF nº 1014, 2015ND800019, de 27/05/2015, e no valor de R\$213.023,00 (duzentos e treze mil e vinte e três reais) por intermédio do Decreto s/nº, publicado no DOU de 22/10/2015 e lançada por meio da Fita SOF nº2333, 2014ND800024 de 22/10/2015. Ambas as suplementações foram realizadas de forma espontânea pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF mediante acompanhamento e análise da execução da ação, ou seja, não houve registro de solicitação de créditos adicionais no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP por parte do Hospital das Forças Armadas.

No que tange aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor empenhado e liquidado) no montante de R\$24.778.530,18 (vinte e quatro milhões setecentos e setenta e oito mil quinhentos e trinta reais e dezoito centavos) equivalentes a 99,42% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação e não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada diretamente pelo Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de

Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

**Quadro 2.3.1c – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>09HB</b> <b>Tipo: Operações Especiais</b>						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo Código: ---						
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	18.850.000,00	18.850.000,00	18.309.908,80	18.309.908,80	18.309.908,80	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Não há meta física para esta ação		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	Não há meta física	-	-	

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

**Descrição:** Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A Lei Orçamentária Anual de 2015 contemplou a Ação 09HB com a dotação inicial na ordem de R\$18.850.000,00 (dezoito milhões oitocentos e cinquenta mil reais). A mencionada ação, que não conta com meta física, atingiu execução financeira no valor de R\$ 18.309.908,80 (dezoito milhões trezentos e nove mil novecentos e oito reais e oitenta centavos), equivalentes a 97,13%, em comparação à dotação orçamentária aprovada. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação e não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante





social aos militares da ativa, reserva e reformados e seus dependentes, servidores civis e seus dependentes, bem assim aos servidores de instituições conveniadas, e, nessa condição, responde pelo suprimento dos inúmeros materiais de uso médico-odonto-hospitalares, pelo custeio da contratação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares e, ainda, o fornecimento de equipamentos para a atividade-fim, entre outros.

A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2015 consignou para a Ação 20XT a dotação inicial da ordem de R\$65.239.995,00 (sessenta e cinco milhões duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais), correspondentes à meta física inicial de 524.815. Durante o exercício não houve oportunidade de reestimativa das metas físicas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal- SIOP, mas apenas a captura dos resultados ao final do ano. Da dotação inicial, o valor de R\$1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais) foi pertinente à Emenda Parlamentar nº 23630010 – Deputado Izalci. Embora a dotação final não tenha sofrido alterações, permanecendo o mesmo montante da inicial, houve a realização de contingenciamentos no limite orçamentário a utilizar e a concessão e anulação de créditos extraordinários. A ação, que ação possui dois Planos Orçamentários – PO's, atingiu execução da despesa (valor liquidado) no valor de R\$ 49.248.741,19 (quarenta e nove milhões duzentos e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), equivalentes a 75,48%, em comparação à dotação orçamentária aprovada.

#### PO 0001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Do total da dotação inicial, o saldo de R\$64.039.995,00 (sessenta e quatro milhões trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais) foi recebido no Ptes 085877, sendo executado o montante de R\$49.109.657,74 (quarenta e nove milhões cento e nove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), dos quais R\$3.033.797,77 (Três milhões, trinta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos) foram realizados através de descentralização de créditos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) para pagamento da residência médica constante na folha de pagamento do HFA.

Por meio do Ofício nº 5.745/SEORI/SG-MD, de 02 de junho de 2015, foi informado que o limite orçamentário definitivo para execução das despesas discricionárias em 2015 seria de R\$79.114.550,00 (setenta e nove milhões cento e quatorze mil quinhentos e cinquenta reais), programados em dois lotes, sendo o primeiro de R\$73.095.795,00 (setenta e três milhões noventa e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais), liberados em junho de 2015, e o segundo no valor de R\$6.018.755,00 (seis milhões dezoito mil setecentos cinquenta e cinco reais) sem previsão de data de liberação. Considerando o valor disponibilizado pelo primeiro lote, o contingenciamento atingiu o montante de R\$13.035.651,00 (treze milhões trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais), impactando tanto nas despesas correntes como nas de capital. Do valor contingenciado, a quantia de R\$8.535.651,00 (oito milhões quinhentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais) foi destinada inicialmente à ação em comento, a qual passou a dispor de R\$55.504.344,00 (cinquenta e cinco milhões quinhentos e quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais) de crédito orçamentário para execução da despesa. Para acompanhamento e controle gerencial foi solicitado o bloqueio interno de créditos através da MSG SIAFI 2015/1091220, de 06/07/2015-HFA, sendo processado pela 2015ND000733, de 06/07/2015. No decorrer do exercício diversas movimentações de bloqueio interno de créditos foram realizadas na ação em comento e na ação 2000 visando uma melhor adequação ao cenário restritivo por qual o orçamento passava.

Após diversas intermediações junto ao Ministério da Defesa visando melhoria no cenário restritivo do HFA, houve a liberação do limite orçamentário a utilizar nos valores de R\$7.777.360,00 (sete milhões setecentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta reais) e R\$222.640,00 (Duzentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta reais), ambas via 2015NL000387, de 30/12/2015. Diante disto, ao final do exercício restou o montante de R\$4.550.658,00 (quatro milhões quinhentos e cinquenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais) de créditos bloqueados para controle interno da ação e

R\$215.289,77 (duzentos e quinze mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos) de créditos disponíveis.

Ainda da dotação inicial, o valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) foi recebido no Ptes 097232 proveniente de emenda parlamentar, conforme 2015ND800025, de 12/11/15 e 2015ND800029, de 31/12/15. Deste recurso, foi autorizado o limite orçamentário de R\$720.000,00 (setecentos e vinte e mil reais) via 2015NL000302, de 03/12/15, dos quais foram empenhados o montante de R\$ 658.600,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil e seiscentos reais) para aquisição de equipamentos médico-hospitalares, ou seja, 91,47% da dotação concedida com limite.

Continuando a análise da dotação inicial, o valor de R\$ 3.166.667,00 (três milhões cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais) foi recebido a título de Créditos Extraordinários no Ptes 095155 formalizada por intermédio da Medida Provisória nº 667 de 02/01/15, publicado no DOU de 05/01/15 e registrada pela 2015ND800007. Por meio do Ato Declaratório do presidente da mesa de congresso nacional nº 22 de 2015, publicado no DOU de 10/06/15, fez-se saber que a Medida Provisória 667 teve seu prazo de vigência encerrado em 01/06/15, sendo formalizada a reversão dos créditos na 2015ND800021, de 10/06/15. Até a data de publicação do Ato retrocitado, diversos empenhos foram realizados com os recursos a Medida Provisória, porém a reversão do crédito orçamentário foi executada pelo valor total recebido em janeiro de 2015, gerando um saldo negativo na conta corrente. Visando regularizar a situação, diversas tratativas foram efetuadas junto ao Ministério da Defesa, inclusive a oferta de troca de créditos orçamentários dentro da própria ação, mas no PRes 085877. Alguns empenhos foram cancelados, permanecendo o saldo de R\$46.690,00 (quarenta e seis mil seiscentos noventa reais) a regularizar. Entretanto, não foi identificada a operacionalização correta para solucionar a questão e os créditos mantiveram-se com saldo invertido no encerramento do exercício.

Quanto ao resultado da meta física prevista, foi projetada a meta de 524.755 pacientes a serem atendidos e alcançado o quantitativo de 329.534. Embora não tenha sido atingida a meta física programada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP, o número de pacientes atendidos no HFA atingiu a meta real prevista pela unidade. Em virtude da realização de obras no 8º andar na lâmina hospitalar, a qual foi entregue em outubro/2015, o quantitativo de atendimentos na Clínica Médica foi significativamente reduzido, impactando negativamente no alcance da meta estipulada. Outro fator relevante foi o quadro de sucessivos contingenciamentos orçamentários, o qual afetou diretamente o planejamento e realização dos atendimentos. Cumpre destacar que, atipicamente, no exercício em comento não houve abertura de janela para reestimativas das metas das ações, situação que impossibilitou a atualização das projeções e consequente melhoria na proximidade entre o estimado e o realizado.

Considerando a dotação inicial na LOA/2015, o Hospital das Forças Armadas projetou recursos da ordem de R\$10.600.000,00 (dez milhões seiscentos mil reais) para fins de atendimento às necessidades de investimentos em revitalização da UTI (R\$ 4.586.271,00), adequação do CME (R\$ 2.078.877,00) e aquisição de equipamento para diversas clínicas (R\$3.934.852,00). Contudo, tendo em vista os contingenciamentos ocorridos nos investimentos, na ordem de R\$ 4.535.701,00 (quatro milhões quinhentos e trinta e cinco mil setecentos e um reais) e o aguardo da conclusão de alguns processos licitatórios, foram realizados empenhos no montante de R\$5.515.649,85 (cinco milhões quinhentos e quinze mil seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), equivalentes a 52,03% da dotação inicial.

## **PO 0002 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.**

Este Plano Orçamentário visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional por meio da realização de ações diversas voltadas ao

treinamento de servidores, tais como o custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2015 consignou para a capacitação de servidores a dotação inicial da ordem de R\$100.000,00 (cem mil reais), recebida no Ptes 085878, tendo por meta física a capacitação de 60 servidores. Os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor empenhado e liquidado) no valor de R\$92.393,45 (noventa e dois mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), equivalentes a 92,39% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final.

Quanto ao resultado da meta física prevista, foi projetada a meta de 60 servidores a serem capacitados e alcançado o quantitativo de 34 pessoas. O não alcance da meta física programada é proveniente do aumento médio no custeio dos treinamentos, seja em taxas de inscrições, seja em diárias e passagens, resultando num menor quantitativo de servidores contemplados, concomitante com a realização de algumas capacitações ao nível de especialização, necessárias para o aprimoramento na gestão da unidade. Cumpre destacar que, atipicamente, no exercício em comento não houve abertura de janela para reestimativas das metas das ações, situação que impossibilitou a atualização das projeções e conseqüente melhoria na proximidade entre o estimado e o realizado. A necessidade de apresentação de documentações indispensáveis para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como a não aceitação de notas de empenho por alguns prestadores de cursos e treinamentos almejados, foram fatores que refletiram negativamente no alcance da meta. Contudo, cabe destacar que, embora a dotação tenha se mantido a mesma em 2014 e 2015 (R\$100.000,00), o HFA conseguiu aumentar a meta física realizada em quase 80%, partindo de 19, em 2014, para 34 servidores capacitados em 2015.

**Quadro 2.3.1f – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>2000 Tipo: Atividade</b>						
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo Código: ---						
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	21.991.451,00	21.991.451,00	21.094.307,69	19.647.957,84	18.901.630,18	746.327,66	1.446.349,85
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0-	Não há meta física para esta ação			---	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	2.592.857,19	2.204.477,22	388.379,97	Não há meta física	-	-

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

**Descrição:** A ação se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, compreendendo: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia da informação e comunicações, sob a ótica “meio”, que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

A LOA/2015 destinou para a Ação 2000, a dotação orçamentária de R\$21.991.451,00 (vinte e um milhões novecentos e noventa e um mil quatrocentos e cinquenta e um reais). Embora a dotação não tenha sofrido alterações, permanecendo o mesmo montante até o final do exercício, houve a realização de contingenciamentos no limite orçamentário a utilizar. A ação, que não conta com meta física e desdobramento em Planos Orçamentários – PO’s, atingiu execução da despesa no valor de R\$21.094.307,69 (vinte e um milhões noventa e quatro mil trezentos e sete reais e sessenta e nove centavos), equivalentes a 95,92%, em comparação à dotação orçamentária aprovada.

Por meio do Ofício nº 5.745/SEORI/SG-MD, de 02 de junho de 2015, foi informado que o limite orçamentário definitivo para execução das despesas discricionárias em 2015 seria de R\$79.114.550,00 (setenta e nove milhões cento e quatorze mil e quinhentos e cinquenta reais), programados em dois lotes, sendo o primeiro de R\$73.095.795,00 (setenta e três milhões noventa e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais), liberados em junho de 2015, e o segundo no valor de R\$6.018.755,00 (seis milhões dezoito mil setecentos cinquenta e cinco reais) sem previsão de data de liberação. Considerando o valor disponibilizado pelo primeiro lote, o contingenciamento atingiu o montante de R\$13.035.651,00 (treze milhões trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais), impactando tanto nas despesas correntes como nas de capital. Do valor contingenciado, a quantia de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) foi destinada inicialmente à ação em comento, a qual passou a dispor de R\$17.491.451,00 (dezessete milhões quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos e cinquenta e um reais) de crédito orçamentário para execução da despesa. Para acompanhamento e controle gerencial foi solicitado o bloqueio interno de créditos através da MSG SIAFI 2015/1091220, de 06/07/2015-HFA, sendo processado pela 2015ND000733 de 06/07/2015. No decorrer do exercício diversas movimentações de bloqueio interno de créditos foram realizadas na ação em comento e na ação 20XT visando uma melhor adequação ao cenário restritivo por qual o orçamento passava.

Por via do Ofício nº 8.494/SEORI/SG-MD, de 07 de agosto de 2015, foi informado que o limite de movimentação e empenho do HFA para o ano de 2015 estava definido em R\$72.745.343,00 (Setenta e dois milhões setecentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e três reais). Ou seja, além da não concessão do segundo lote antes previsto, houve uma redução no montante já recebido, demonstrando o segundo contingenciamento imputado ao hospital. O novo valor contingenciado foi de R\$350.452,00 (trezentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais), o qual recaiu sobre a

ação 2000 por meio na 2015NL000228, de 18 de agosto de 2015.

Após diversas intermediações junto ao Ministério da Defesa visando melhoria no cenário restritivo do HFA, houve a liberação do limite orçamentário a utilizar nos valores de R\$7.777.360,00 (sete milhões setecentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta reais) e R\$222.640,00 (duzentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta reais), ambas via 2015NL000387 de 30/12/2015. Diante disto, ao final do exercício restou o montante de R\$803.712,00 (oitocentos e três mil setecentos e doze reais) de créditos bloqueados para controle interno da ação.

Durante o exercício foram descentralizados créditos no valor total de R\$5.127,20 (cinco mil cento e vinte e sete reais e vinte centavos) para pagamento de despesas com serviços gráficos. Os destaques foram concedidos em sua totalidade para o Estado-Maior do Exército Setorial Orçamentária (UG 160087), sendo formalizados através das 2015NC000011, 2015NC000017, 2015NC000020, 2015NC000021, 2015NC000025, 2015NC000027, 2015NC000028 e 2015NC004116.

Cabe informar que a ação foi contemplada com Créditos Extraordinários no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), recebido no Ptes 095154, formalizada por intermédio da Medida Provisória nº 667 de 02/01/15, publicado no DOU de 05/01/15 e registrada pela 2015ND800007. Por meio do Ato Declaratório do presidente da mesa de congresso nacional nº 22 de 2015, publicado no DOU de 10/06/15, fez-se saber que a Medida Provisória 667 teve seu prazo de vigência encerrado em 01/06/15, sendo formalizada a reversão dos créditos na 2015ND800021, de 10/06/15. Contudo, não houve execução de despesas com este recurso.

Portanto, numa visão analítica e considerando a dotação inicial, os créditos indisponíveis, as despesas empenhadas e os destaques concedidos, é possível constatar que permaneceram remanescentes em créditos disponíveis (não executados) apenas o valor de R\$88.304,11 (oitenta e oito mil trezentos e quatro reais e onze centavos), ou seja, 0,40% do orçamento aprovado para a Ação 2000.

**Quadro 2.3.1g – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>2004</b> <b>Tipo: Atividade</b>						
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo Código: ---						
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	418.764,000	418.764,00	625.632,97	426.781,39	426.781,39	-	198.851,58
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0-	Não há meta física para esta ação		---	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	Não há meta física	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

**Descrição:** Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

Os recursos da Ação 2004, na forma do Decreto nº 6.856, de 25/5/2009, destinam-se a atender os custos decorrentes da realização de exames médicos periódicos, visando, prioritariamente, à preservação da saúde dos servidores. Para realização dos exames periódicos consideram-se variáveis como faixa etária, periodicidade da realização dos exames e número total de servidores para cálculo de seu valor final, sendo este utilizado para a aquisição de insumos e reagentes necessários ao cumprimento do planejamento estipulado no início do exercício, insumos que vão sendo utilizados ao longo do ano, atendendo a demanda existente.

No que tange aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante de R\$220.780,00 (duzentos e vinte mil, setecentos e oitenta reais) equivalentes a 52,72% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Embora a liquidação tenha alcançado apenas metade da dotação inicial, foram realizados empenhos no montante de R\$418.715,00 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e quinze reais) correspondentes a 99,98% dos créditos recebidos. Deste total, quase R\$200.000,00 (duzentos mil reais) foram inscritos em restos a pagar, tendo em vista que alguns processos licitatórios só foram concluídos ao final do exercício.

Durante o exercício foram recebidos destaques no valor total de R\$206.917,97 (duzentos e seis mil novecentos e dezessete reais e noventa e sete centavos) para pagamento de restituições de despesas hospitalares e prestação de serviços médicos. A descentralização ocorrida por meio do Ptres 089047 destinou-se a despesas com prestação dos serviços médicos hospitalares no HFA, sendo concedido o valor de R\$6.932,58 (Seis mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) pelo Fundo do Exército (UG 167086) e executado via 2015NE000485, de 16/12/2015. Vinculada a esta movimentação, observa-se as notas de créditos 167086000012015NC003978 e 11240800012015NC000048. No Ptres 098424, destinado para restituição de despesas hospitalares, foi recebido o valor de R\$199.985,34 (Cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) concedidos pelo Estado-Maior do Exército Setorial Orçamentária (UG 160087) e executados através das 2015NE802082, 2015NE802083, 2015NE802083, 2015NE802084, 2015NE802085, 2015NE802086, 2015NE802087, 2015NE802088, 2015NE802091, 2015NE802092, 2015NE802094, todas de 26/11/2015; 2015NE802102 de 27/11/2015; 2015NE802134, de 30/11/15; e 2015NE802193 de 03/12/15. Vinculada a esta movimentação, observa-se a nota de movimentação de crédito 2015NC000040, de 03/12/15.

#### Quadro 2.3.1h – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2010 Tipo: Atividade
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.

Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo		Código: ---				
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	372.000,00	372.000,00	355.243,00	355.243,00	355.243,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Não há meta física para esta ação		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
--	-	-	-	Não há meta física	-	-	

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar, de acordo com o estabelecido no inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 e demais legislações específicas.

**Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.

A Ação 2010, que não conta com meta física e desdobramento em Planos Orçamentários – PO's, recebeu da Lei Orçamentária 2015 a dotação inicial de R\$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), não necessitando de suplementação. Quanto aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante R\$355.243,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais), equivalentes a 95,49%, em comparação à dotação orçamentária aprovada. A ação apresentou um excelente índice de execução e não teve valores inscritos em restos a pagar.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

**Quadro 2.3.1i – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>2011</b> <b>Tipo: Atividade</b>						
Descrição	Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo		Código: ---				
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	1.320.000,00	1.390.000,00	1.310.767,60	1.310.767,60	1.310.767,60	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0-	Não há meta física para esta ação			---	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	Não há meta física	-	-	

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, atentando para o disposto na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001; Decreto 2.880, de 15 de dezembro de 1998; Decreto 95.247, de 17 de novembro de 1987 e demais legislações específicas.

**Descrição:** Pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Contemplada na LOA/2015 com dotação da ordem de R\$1.320.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais), a referida ação recebeu suplementação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por meio da Portaria Ministerial nº 610, publicada no DOU de 23/12/15 e formalizada na 2015ND800027 de 22/12/15.

No que tange aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor empenhado e liquidado) da ordem de R\$1.310.767,60 (um milhão trezentos e dez mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) equivalentes a 99,30% de execução, comparativamente à dotação orçamentária

final. Não houve inscrição de restos a pagar na referida Ação, a qual também não conta com meta física e desdobramento em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

**Quadro 2.3.1j – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	<b>2012</b> <b>Tipo: Atividade</b>						
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código: ---			
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	7.907.424,00	9.068.467,00	8.963.804,51	8.187.803,51	8.187.803,51	-	776.001,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0-	Não há meta física para esta ação		---	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	467.552,98	467.529,14	23,84	Não há meta física	-	-	

**Fonte:** Tesouro Gerencial e Siafi Operacional – 2015 e 2016.

**Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, atentando para o disposto na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992 e Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001.

**Descrição:** Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.

A Lei Orçamentária Anual do exercício contemplou a Ação 2012 com dotação inicial da ordem de R\$ 7.907.424,00 (sete milhões novecentos e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais),

apresentando redução de R\$612.576,00 (seiscentos e doze mil quinhentos e setenta e seis reais) se comparado à dotação inicial no ano de 2014. A ação possui dois Planos Orçamentários – PO's, não conta com meta física e ao longo do exercício recebeu suplementação no valor total de R\$1.161.043,00 (um milhão cento e sessenta e um mil e quarenta e três reais).

#### PO 0001 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE CIVIS

Este plano orçamentário caracteriza-se pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor civil ou empregado.

A dotação inicial concedida foi de R\$6.360.000,00 (seis milhões trezentos e sessenta mil reais), havendo suplementação de R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) por meio do Decreto s/nº de 27/07/2015, formalizada na 2015ND800022, e o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por meio da Portaria Ministerial nº 614, publicada no DOU de 29/12/15 e formalizada na 2015ND800028. Ao final do exercício foi inserido o pedido nº 49856 no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, no qual foi solicitado o remanejamento de créditos de diversos benefícios e ofertou-se o valor de R\$14.957,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta e sete reais) para cancelamento. O pedido foi acolhido e formalizado na 2015ND001712, de 18/12/2015. Assim, considerando as suplementações e remanejamentos, obteve-se a dotação final de R\$6.745.043,00 (seis milhões setecentos e quarenta e cinco mil e quarenta e três reais).

No que tange aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor empenhado e liquidado) da ordem de R\$6.640.380,51 (seis milhões seiscentos e quarenta mil, trezentos oitenta reais e cinquenta e um centavos) equivalentes a 98,44% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve inscrição de restos a pagar neste Plano Orçamentário.

Cabe ressaltar que PO, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

#### PO 0004 – ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO

Este plano orçamentário caracteriza-se pela provisão de alimentação das Forças Armadas com a finalidade de manter o estado de pronto emprego da tropa mediante aquisição de gêneros e demais insumos, aquisição e manutenção de utensílios para copa e cozinha, depósitos e câmaras frigoríficas, contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividades das Forças Armadas.

A dotação inicial concedida foi de R\$1.547.424,00 (Um milhão quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte quatro reais). Ao final do exercício foi inserido o pedido nº 50376 no Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, no qual foi solicitado crédito adicional no valor de R\$776.000,00 (setecentos e setenta e seis mil reais). O pedido foi acolhido no valor de R\$761.043,00 (setecentos e sessenta e um mil e quarenta e três reais) por meio da Portaria Ministerial nº 610, publicada no DOU de 23/12/15 e formalizada na 2015ND800027 de 22/12/15, e pelo remanejamento de dotação na ordem de R\$14.957,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta e sete reais) formalizado na 2015ND800026, de 09/12/2015. Assim, considerando a suplementação e o remanejamento, obteve-se a dotação final de R\$2.323.424,00 (dois milhões trezentos e vinte e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

No que tange aos resultados, os dados consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam a realização financeira (valor liquidado) da ordem de R\$1.547.423,00 (um milhão quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais)



e trinta e seis mil e quarenta e três reais). Deste montante suplementado, R\$5.000,00 (cinco mil reais) foi a título da Ação de Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade (Portaria Ministerial nº 610, de 21/12/2015), R\$70.000,00 (setenta mil reais) a título da Ação Auxílio Transporte (Portaria Ministerial nº 610, de 21/12/2015) e R\$1.161.043,00 (um milhão cento e sessenta e um mil e quarenta e três reais) a título da Ação de Auxílio Alimentação (Decreto s/nº de 28/07/2015; Portaria Ministerial nº 614, publicada no DOU de 29/12/15; e Portaria Ministerial nº 610, publicada no DOU de 23/12/15). Para as demais ações do grupo de Outras Despesas Correntes, o HFA não obteve concessão de suplementação.

Os créditos concedidos para a UG 110404 no grupo de Outras Despesas Correntes se referem ao pagamento de benefícios para execução da folha de pagamento dos servidores do HFA, especificamente nas Ações de Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade (00M1); Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores Civis (2010); Auxílio Transporte aos Servidores Civis (2011); e Auxílio Alimentação aos Servidores Civis (2012). A descentralização totalizou R\$7.010.948,33 (sete milhões dez mil novecentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos).

A Ação de Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do HFA (20XT) teve consignada na LOA o valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) pertinente a créditos da Emenda Parlamentar nº 23630010 (Deputado Izalci) e o valor de R\$ 3.166.667,00 (três milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) pertinentes a Créditos Extraordinários autorizados por intermédio da Medida Provisória nº 667 de 02/01/15. Para a Ação de Administração da Unidade (2000), a retrocitada MP concedeu o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). A dotação para as ações do grupo de Despesas de Capital (investimentos) não recebeu suplementação ao longo do exercício.

Por meio do Ofício nº 5.745/SEORI/SG-MD, de 02 de junho de 2015, foi informado que o limite orçamentário definitivo para execução das despesas discricionárias em 2015 seria de R\$79.114.550,00 (setenta e nove milhões cento e quatorze mil e quinhentos e cinquenta reais). Considerando o valor disponibilizado inicialmente, o contingenciamento atingiu o montante de R\$13.035.651,00 (treze milhões trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais), impactando tanto nas despesas correntes como nas de capital. Por via do Ofício nº 8.494/SEORI/SG-MD, de 07 de agosto de 2015, foi informado que o limite de movimentação e empenho do HFA para o ano de 2015 estava definido em R\$72.745.343,00 (setenta e dois milhões setecentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e três reais). O novo valor contingenciado foi de R\$350.452,00 (trezentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais), o qual recaiu sobre a dotação de investimentos na ação 2000 por meio na 2015NL000228, de 18 de agosto de 2015.

Diversos expedientes foram encaminhados Ministério da Defesa no intuito obter a ampliação do limite orçamentário para empenhos, o remanejamento de cotas e concessão de créditos adicionais, tendo em vista que o hospital visualizava a possibilidade de interrupção dos serviços essenciais prestados pelos fornecedores, bem como a suspensão e/ou limitação dos procedimentos médico-hospitalares nas diversas clínicas e serviços. Dentre as medidas pleiteadas, foi solicitado em 26/11/2015, por meio do Ofício nº 4.875/SFIN/SDA/DCOI-HFA, o remanejamento do limite orçamentário a utilizar de investimento para custeio no valor de R\$2.274.000,00 (dois milhões duzentos e setenta e quatro mil reais), o qual foi acolhido e formalizado por meio da 2015NL000297, de 26/11/2015. Em 30/12/2015, através da 2015NL000387, houve a liberação do limite orçamentário a utilizar nos valores de R\$7.777.360,00 (sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta reais) em custeio e R\$222.640,00 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta reais) em investimentos.

Numa apuração sintética verifica-se ao final do exercício que para as despesas com custeio, grupo de despesas 03 – Outras Despesas Correntes, o HFA recebeu crédito orçamentário na ordem de R\$84.949.193,00 (oitenta e quatro milhões novecentos e quarenta e nove mil cento e noventa e três reais). Deste total, o saldo de R\$ 84.641.112,75 (oitenta e quatro milhões seiscentos e quarenta e um mil cento e doze reais e setenta e cinco centavos) foi realizado em despesas empenhadas, equivalendo

a 99,63% da dotação final recebida. Para as despesas com investimento, grupo de despesas 04 – Investimentos foram recebidos créditos orçamentários no montante de R\$13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais), dos quais foram empenhados o valor de R\$7.593.891,29 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil oitocentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos), representando 55,83% da dotação final. O baixo índice de realização da despesa em investimentos se deve aos contingenciamentos orçamentários imputados ao HFA, encerrando o exercício com R\$5.336.153,00 (cinco milhões trezentos e trinta e seis mil cento e cinquenta e três reais) em créditos indisponíveis para execução, ou seja, 39,23% da dotação final.

### 2.3.3 Demonstrativo da execução das despesas

**Quadro 2.3.3a – Despesas por modalidade de contratação**

Unidade orçamentária: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas		Código UO:52902		UGO: 112408	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c)</b>	<b>51.771.919,38</b>	<b>47.472.594,73</b>	<b>49.930.823,24</b>	<b>47.469.686,40</b>	
a) Tomada de Preços	-	139.115,62	-	139.115,62	
b) Concorrência	-	996.887,26	-	996.887,26	
c) Pregão	51.771.919,38	46.336.591,85	49.930.823,24	46.333.683,52	
<b>2. Contratações Diretas (d+e)</b>	<b>15.705.928,91</b>	<b>14.340.934,84</b>	<b>14.919.307,18</b>	<b>14.340.063,26</b>	
d) Dispensa	7.557.871,96	8.104.221,73	7.239.658,78	8.104.221,73	
e) Inexigibilidade	8.148.056,95	6.236.713,11	7.679.648,40	6.235.841,53	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>68.513,84</b>	<b>15.947,56</b>	<b>68.513,84</b>	<b>15.974,56</b>	
f) Suprimento de Fundos	68.513,84	15.947,56	68.513,84	15.947,56	
<b>4. Pagamento de Pessoal (g+h)</b>	<b>151.586.864,84</b>	<b>147.856.249,92</b>	<b>151.586.864,84</b>	<b>147.856.249,92</b>	
g) Pagamento em Folha	151.506.990,04	147.821.426,14	151.506.990,04	147.821.426,14	
h) Diárias	79.874,80	34.823,78	79.874,80	34.823,78	
<b>5. Outros</b>	<b>1.573.437,06</b>	<b>1.614.441,15</b>	<b>1.573.437,06</b>	<b>1.614.441,15</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>220.706.664,03</b>	<b>211.300.168,20</b>	<b>218.078.946,16</b>	<b>211.296.415,29</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 E TCA 2014.

**Quadro 2.3.3b – Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas					Código UO: 52902		UGO: 112408	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>151.506.990,04</b>	<b>147.821.426,14</b>	<b>151.506.990,04</b>	<b>147.821.426,14</b>	-	-	<b>151.506.990,04</b>	<b>147.821.426,14</b>
1 – Aposent. RPPS, Reser. Remuner. E Refor. Militar	21.304.115,33	20.146.132,45	21.304.115,33	20.146.132,45	-	-	21.304.115,33	20.146.132,45
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	102.861.546,39	101.041.998,39	102.861.546,39	101.041.998,39	-	-	102.861.546,39	101.041.998,39
13 – Obrigações Patronais	23.497.108,16	18.002.307,22	23.497.108,16	18.002.307,22	-	-	23.497.108,16	18.002.307,22
Demais elementos do grupo	3.844.220,16	8.630.988,08	3.844.220,16	8.630.988,08	-	-	3.844.220,16	8.630.988,08
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>84.848.030,72</b>	<b>73.544.019,86</b>	<b>75.626.960,46</b>	<b>60.465.845,48</b>	<b>9.221.070,26</b>	<b>13.078.174,38</b>	<b>72.999.242,59</b>	<b>60.462.065,57</b>
30 – Material de Consumo	23.903.968,19	27.807.727,91	18.952.451,64	18.656.560,69	4.951.516,55	9.151.167,22	18.402.671,28	18.656.560,69
37 – Locação de Mão-de-Obra	19.200.254,11	18.844.356,75	18.819.471,69	18.815.709,81	380.782,42	28.646,94	17.257.393,60	18.815.709,81
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ – Op.Int.Orç.	30.304.443,92	25.373.598,60	26.446.417,35	21.499.389,93	3.858.026,57	3.874.208,67	25.930.557,93	21.495.610,02
Demais elementos do grupo	11.439.364,50	1.518.336,60	11.408.619,78	1.494.185,05	30.744,72	24.151,55	11.408.619,78	1.494.185,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>7.640.581,29</b>	<b>5.483.103,89</b>	<b>3.617.459,63</b>	<b>3.012.896,38</b>	<b>4.023.121,66</b>	<b>2.470.207,51</b>	<b>3.617.459,63</b>	<b>3.012.896,38</b>
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ – Op.Int.Orç.	3.213.281,40	-	1.558.281,40	-	1.655.000,00	-	1.558.281,40	-
51 – Obras e Instalações	-	1.730.240,98	-	996.887,26	-	733.353,72	-	996.887,26
52 – Equipamentos e Material Permanente	4.427.299,89	3.752.862,91	2.059.178,23	2.016.009,12	2.368.121,66	1.736.853,79	2.059.178,23	2.016.009,12

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e TCA 2014.

### 2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O HFA não assumiu obrigações sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

### 2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro 2.3.5 – Demonstrativo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Ação de Governo	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS
	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
2000	3.779,91	3.779,91	2.592.857,19	388.379,97	2.204.477,22
2012	-	-	467.552,98	23,84	467.529,14
20XT	-	-	11.623.674,08	1.686.454,90	9.937.219,18
212B	-	-	864.297,64	-	864.297,64
<b>TOTAL</b>	<b>3.779,91</b>	<b>3.779,91</b>	<b>15.548.381,89</b>	<b>2.074.858,71</b>	<b>13.473.523,18</b>

**Base:** Tesouro Gerencial 2015 e Siafi Operacional 2015.

Os valores inscritos em restos a pagar processados são pertinentes a Ação 2000 – Administração da Unidade e corresponderam a despesas com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por meio da 2014NE800052 e Claro S.A. via 2014NE800089. Dos restos a pagar não processados inscritos o valor de R\$2.592.857,19 (dois milhões quinhentos e noventa e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos) também se refere à ação em comento e podem ser citadas as despesas com os prestadores Cetro Concurso Públicos, Consultoria e Administração no valor de R\$693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais), conforme 2014NE800639, e Servix Informática Ltda por meio da 2014NE801978, no valor de R\$593.000,00 (quinhentos e noventa e três mil reais).

Na Ação 2012 - Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, o valor inscrito em restos a pagar não processados são pertinentes ao prestador TR Refeições Industriais Ltda, CNPJ nº 27830827/0001-89, conforme 2014NE802093.

Vinculada à Ação 20XT – Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do HFA foram inscritos R\$11.623.674,08 (onze milhões seiscentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e quatro reais e oito centavos) em restos a pagar não processados, os quais em sua maioria correspondem a despesas com aquisição de medicamentos e produtos hospitalares. Dentre as despesas realizadas pode-se citar a aquisição de material para laboratório no valor de R\$497.155,30 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), via 2014NE800504; Aquisição de capotes cirúrgicos no valor de R\$409.800,00 (quatrocentos e nove mil e oitocentos reais), via 2014NE801924; aquisição de aparelho de anestesia no valor de R\$409.380,00 (quatrocentos e nove mil trezentos e oitenta reais), via 2014NE801979; aquisição de microscópios no valor de R\$366.520,00 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e vinte reais), via 2014NE801939.

A Ação 212B – Outros benefícios aos servidores civis, empregados e militares não foi contemplada na Lei Orçamentária de 2015, sendo substituída pela Ação 2012. O saldo inscrito em RP não processado é pertinente à contratação emergencial de serviço de alimentação no valor de R\$864.297,64 (oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme 2014NE802009.

### 2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

**Quadro 2.3.6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS					
CNPJ	03.568.867/0001-36					
UG/GESTÃO:	112408					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	1	1	0	R\$ 119.550,00	R\$ 36.449,82
Totais	0	1	1	0	R\$ 119.550,00	R\$ 36.449,82

Fonte: Subseção de Contratos - HFA

### 2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Dentre as despesas correntes, a modalidade mais utilizada pelo hospital para aquisição de insumos médico-hospitalares, bem como para apropriação de suas despesas em custeio é o Pregão. Este tipo de certame também foi utilizado para a contratação de diversos serviços de prestação continuada. O valor total empenhado na modalidade Pregão foi de R\$62.757.436,59 (sessenta e dois milhões setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos); o liquidado foi R\$ 51.771.919,38 (cinquenta e um milhões setecentos e setenta e um mil novecentos e dezenove reais e trinta e oito centavos); os valores pagos R\$ 49.930.823,24 (quarenta e nove milhões novecentos e trinta mil oitocentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos); e inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 12.826.613,35 (doze milhões oitocentos e vinte e seis mil seiscentos e treze reais e trinta e cinco centavos). Entre os serviços classificados nesta modalidade de maior representação no montante de despesas liquidadas no exercício pode-se citar o prestador Empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda, com valor de R\$12.431.750,97 (doze milhões quatrocentos e trinta e um mil setecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), conforme Pregão Eletrônico nº 32/2014; Nutrisabor Assessoria e Alimentos Ltda, com valor de R\$5.382.145,72 (cinco milhões trezentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), conforme Pregão Eletrônico nº 33/2014; Servix Informática Ltda, com o valor de R\$5.089.845,84 (cinco milhões oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), conforme Pregão Eletrônico nº 10/2013; e Tecnicall Engenharia Ltda no valor de R\$3.983.152,93 (três milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), conforme Pregão Eletrônico nº 18/2009.

As despesas apropriadas na modalidade de dispensa de licitação se referem às aquisições de materiais de consumo para funcionamento da unidade, tanto em suas atividades fim quanto meio, dos quais se destacam a compra de insumos, medicamentos e materiais de uso médico-hospitalar e odontológico; o pagamento de contratos de serviços em que não haja concorrência entre fornecedores, tendo por exemplo a concessionária de energia elétrica Companhia Energética de Brasília – CEB, a qual representou o somatório de R\$4.191.432,22 (quatro milhões cento e noventa e um mil quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos) em despesas liquidadas, conforme Dispensa de Licitação nº 179/2012; dentre outros. O único investimento executados com créditos originários na modalidade dispensa de licitação foi para aquisição de material permanente destinado ao Laboratório de Análises Clínicas, formalizado via 2015NE000766, de 21/05/15, no valor de R\$7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). Ao final do exercício restou o valor de R\$1.165.345,46 (um milhão cento e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) inscritos em resto a pagar.

A inexigibilidade normalmente é utilizada para o pagamento de serviços médico-hospitalares, com instituições devidamente credenciadas pelo Hospital das Forças Armadas para prestação de serviços de especialidades médicas, exames e procedimentos que não estejam disponíveis no HFA, de modo a oferecer total assistência médica aos servidores do hospital. O valor total empenhado na modalidade foi de R\$9.559.476,98 (nove milhões quinhentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e

setenta e seis reais e noventa e oito centavos); os liquidados foram R\$8.148.056,95 (oito milhões cento e quarenta e oito mil cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos); os valores pagos R\$7.679.648,40 (Sete milhões seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos); e os inscritos em restos a pagar foi R\$1.879.828,58 (um milhão oitocentos e setenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos). A inexigibilidade é adotada neste caso em virtude de não haver cerceamento e/ou possibilidade de competição entre os credenciados, uma vez que todos aqueles que atendam as exigências mínimas serão aceitos como credenciados, ficando a seleção da OCS a critério do usuário final. As demais despesas apropriadas como inexigibilidade representam contratações de serviços em que não há possibilidade de concorrência por parte dos fornecedores, tais como: contratação da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, qual representou o somatório de R\$3.144.904,69 (três milhões cento e quarenta e quatro mil novecentos e quatro reais e sessenta e nove centavos) em despesas liquidadas para prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto sanitário, conforme Inexigibilidade nº 04/2011; Ge Healthcare Do Brasil Comercio E Serviços, com valor de R\$1.630.343,77 (um milhão seiscentos e trinta mil trezentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos) em despesas liquidadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de diagnóstico por imagem da Marca GE, conforme Inexigibilidade 11/2012; Hospital Lago Sul S/A com valor de R\$1.417.068,07 (um milhão quatrocentos e dezessete mil sessenta e oito reais e sete centavos) em despesas liquidadas para prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e farmacêutica, conforme Inexigibilidade nº 13/2012.

As despesas classificadas na modalidade suprimento de fundos foram realizadas para aquisição de materiais de consumo por intermédio de 05 agentes supridos. O valor total empenhado, liquidado e pago na modalidade foi de R\$68.513,84 (sessenta e oito mil quinhentos e treze reais e oitenta e quatro centavos).

A modalidade outros foi utilizada em 2015 para casos de ressarcimento de despesas médico-hospitalares a servidores civis e militares; benefícios ao servidor a título de auxílio funeral; pagamento de diárias a servidores civis e militares; pagamento de obrigações tributárias e contributivas a exemplo de despesas junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, referentes ao emplacamento e pagamento de taxas de licenciamento de viaturas do HFA; pagamento de taxas condomiais e de zeladoria dos PNR's; e despesas de exercícios anteriores, dentre outra despesas.

### 2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

**Quadro 2.3.8a – Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	112408	FAHFA	-	-	6	68.513,84	8.000,00
2014	112408	FAHFA	-	-	5	15.947,56	4.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2015.

**Quadro 2.3.8b – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	112408	FAHFA	-	-	-	-	68.513,84	68.513,84
2014	112408	FAHFA	-	-	-	-	15.947,56	15.947,56

Fonte: Tesouro Gerencial 2015.

**Quadro 2.3.8c– Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
112408	FAHFA	30 – Material de Consumo	04 – Gás e outros materiais engarrafados	4.450,73
			09 – Material Farmacológico	301,86
			17 – Material de Processamento de Dados	155,00
			24 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações	18.301,23
			25 – Material para manutenção de bens móveis	19.100,82
			26 – Material elétrico e eletrônico	21.748,43
			28 – Material de Proteção e Segurança	594,21
			36 – Material Hospitalar	1.168,91
		42 - Ferramentas	2.692,65	

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e SIAFI Operacional 2015.

O Hospital das Forças Armadas adota o suprimento de Fundos apenas na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal, abstendo-se de utilizar a Conta Tipo “B”. Durante o exercício de 2015, foram disponibilizados cartões a 05 (cinco) portadores, com vistas a suprir despesas emergenciais com aquisição de medicamentos em caráter de urgência; bem como materiais de gases e refrigeração; materiais para manutenção de bens imóveis; comunicações; material elétrico e eletrônico; ferramentas; dentre outros de pequeno valor e utilização emergencial. A unidade evita a utilização de saques ao portador, dando preferência à utilização dos cartões na modalidade pagamento de faturas.

Em 2015 ocorreram pagamentos de faturas dos cartões disponibilizados, no valor total de R\$68.513,84 (sessenta e oito mil quinhentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), tendo suas prestações de contas sido devidamente analisadas e aprovadas. Os empenhos emitidos para os suprimentos foram utilizados pela Divisão de Engenharia, pela Seção de Manutenção e Reparos, pela Seção de Gases e Refrigeração e pela Divisão de Farmácia Hospitalar.

A Divisão de Farmácia dispôs de recursos concedidos a 2 (dois) agentes supridos. O agente suprido através do Termo de Concessão nº 06/2015 recebeu limite de R\$4.000,00 (quatro mil reais), sendo utilizado R\$301,86 (trezentos e um reais e oitenta e seis centavos) para aquisição de material farmacológico, não havendo novas concessões; o segundo agente foi suprido através do Termo de Concessão nº 12/2015 utilizando R\$1.168,91 (um mil cento e sessenta e oito reais e noventa e um centavos) para aquisição de materiais hospitalares.

A Divisão de Engenharia, embora possuidora de apenas um agente suprido, obteve mais de uma concessão, realizadas através dos Termos de Concessão nº 01/2015 e nº 08/2015, cada um no limite de R\$4.000,00 (quatro mil reais); e nos Termos de Concessão nº 11/2015 e nº 14/2015, cada um com limite de R\$8.000,00 (oito mil reais). Ao final do exercício, foram prestadas contas do valor de R\$20.451,27 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos) pertinentes a despesas para aquisição de materiais elétricos, material para manutenção de bens móveis, imóveis e instalações.

Para a Seção de Gases e Refrigeração foi autorizado um agente suprido, o qual obteve mais de uma concessão, realizadas através dos Termos de Concessão nº 03/2015 e nº 15/2015, cada um no limite de R\$4.000,00 (quatro mil reais); e nos Termos de Concessão nº 07/2015 e nº 10/2015, cada um com limite de R\$8.000,00 (oito mil reais). Ao final do exercício, foram prestadas contas do valor de R\$23.041,69 (vinte e três mil quatrocentos e um reais e sessenta e nove centavos) pertinentes a despesas para aquisição de gás e outros materiais engarrafados, material para manutenção de bens móveis, aquisição de ferramentas, material elétrico e eletrônico, material para manutenção de bens imóveis e instalações.

A Seção de Manutenção e Reparos também obteve mais de uma concessão realizadas através dos Termos de Concessão nº 04/2015, nº 16/2015 e nº 19/2015, cada um no limite de R\$4.000,00 (quatro mil reais); e nos Termos de Concessão nº 05/2015 e nº 09/2015, cada um com limite de R\$8.000,00 (oito mil reais). Ao final do exercício, foram prestadas contas do valor de R\$23.550,11 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais e onze centavo) pertinentes a despesas para aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, material para manutenção de bens móveis, imóveis e instalações, material de proteção e segurança e aquisição de ferramentas.

A Vice-Direção de Saúde foi concedida autorização para um agente suprido através do Termo de Concessão nº13/2015, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais). Contudo, não houve a realização de compras com o cartão de pagamento do governo federal.

## 2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

### 2.4.1 Indicadores específicos

No quadro a seguir, são apresentados os resultados obtidos pelo HFA, no exercício de 2015, por conta de seus indicadores institucionais, comparativamente ao ano de 2014, bem como os critérios adotados para efeito de apuração:

**Quadro 2.4.1 – Indicadores Específicos**

Indicadores	Exercício		Critérios de Apuração
	2014	2015	
Taxa de Ocupação Hospitalar	36,29%	29,14%	TOH = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de pacientes-dia em determinado período} \times 100}{\text{Lotação do hospital no período}}$
Taxa de Ocupação Específica UTI	85,13%	90,38%	TOE = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de pacientes-dia em determinado período} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de leitos disponíveis no período (UTI)}}$
Taxa Média de Infecção Hospitalar	3,25%	2,47%	TIH = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de infecções atribuíveis ao hospital no período} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de pacientes saídos no período}}$
Média de Permanência de Internação	4,80 dias	4,08 dias	MPE = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de pacientes-dia em determinado período}}{\text{N}^\circ \text{ de pacientes saídos no mesmo período}}$
Nº de Cirurgias realizadas	2.117	2.427	Somatório das cirurgias das diversas Clínicas.
Total de Procedimentos de Radiodiagnóstico	37.609	38.169	Somatório de procedimentos radiodiagnósticos (Ressonância Magnética, Tomografias, Mamografias, Ressonância Nuclear e RX).

Fonte: Assessoria de Planejamento – HFA

### 2.4.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

**Quadro 2.4.2 – Indicadores sobre Desempenho Operacional**

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
1	TOH – Taxa de Ocupação Hospitalar	31/12/2015	36,29%	29,14%	29,14%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>					
(Número de Pacientes-dia em determinado período x 100) / Número de Leitos Operacionais no período.					
<b>Utilidade:</b>					

<p>A análise dos dados relativos à Ocupação Hospitalar contribui para o entendimento dos ciclos de internação, espera e vacância de leitos, possibilitando avaliar o comportamento desses fatores ao longo do período observado e evidenciar suas variações. Desta forma, os gestores da Instituição podem avaliar as necessidades de crescimento da estrutura do hospital, estabelecendo metas e objetivos para curto, médio ou longo prazo. Assim, o gerenciamento de dados permite a melhoria dos serviços prestados e qualidade no atendimento a seus pacientes.</p>					
<p><b>Mensurabilidade:</b></p>					
<p>A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício no acompanhamento da Taxa de Ocupação Hospitalar torna-se evidente ao passo que permite aos gestores definirem os parâmetros de atendimento desejado, incrementando a disponibilidade de leitos e/ou de novas especialidades de tratamento hospitalar, a alocação de recursos humanos e materiais conforme as necessidades apresentadas e a elaboração de planos estratégicos para melhor aproveitamento das instalações do hospital. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros de entradas e saídas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.</p>					
<p><b>Análise do Resultado Alcançado:</b></p>					
<p>Durante o ano de 2015 a taxa de ocupação dos leitos hospitalares operacionais, excetuando-se aqueles destinados ao atendimento rotativo (Emergência e Centro Cirúrgico) e os de UTI (para os quais há indicador específico), bem como os leitos bloqueados e interditados, atingiu o índice de 29,14%, menor em referência ao ano de 2014. A diminuição percentual é reflexo da média de permanência de internação que passou de 4,80 dias em 2014, para 4,08 dias em 2015.</p>					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
2	TOE – Taxa de Ocupação Específica (UTI)	31/12/2015	85,13%	90,38%	90,38%
<p><b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b></p>					
<p><math display="block">\text{N}^\circ \text{ de pacientes-dia em determinado período} \times 100 / \text{N}^\circ \text{ de leitos disponíveis no período (UTI)}</math></p>					
<p><b>Utilidade:</b></p>					
<p>Os indicadores hospitalares devem ser considerados para a elaboração do planejamento estratégico e para todas as etapas da gestão da instituição. No contexto atual, intensifica-se a utilização de indicadores e informações para comparar as organizações de saúde, visando levá-las a níveis de superioridade e vantagem competitiva, por meio de referências de processos, práticas ou medidas de desempenho. A análise dos indicadores de Taxa de Ocupação Específica (UTI), em conjunto com os demais instrumentos de controle e verificação dos serviços médico-hospitalares, permite avaliar a qualidade da assistência prestada na Terapia Intensiva do hospital. É possível constatar, por exemplo, a existência de ociosidade ou a carência de leitos especializados e a possibilidade de remanejamento de leitos gerais para atividades mais específicas de internação.</p>					
<p><b>Mensurabilidade:</b></p>					
<p>A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício no acompanhamento da Taxa de Ocupação Específica (UTI) evidencia-se através de resultados como alocação adequada de recursos humanos e materiais para utilização em tratamentos mais específicos e complexos, procurando equilibrar a relação entre necessidade e disponibilidade de recursos para UTI, recursos estes que são tornam mais onerosos à instituição e que, portanto, devem ser utilizados na devida proporção da demanda percebida. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de eventuais casos de infecção e de altas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.</p>					

<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>													
<p>Em 2015, a taxa de ocupação específica, vinculada à unidade de terapia intensiva do Hospital das Forças Armadas, atingiu o percentual de 90,38%. Os parâmetros para cálculo da ocupação de UTI no ano de 2015 foram distintos do ano de 2014, em razão de um número menor de leitos ativos disponibilizados para a internação. Em 2014, a disponibilidade de leitos ativos era de 04 (quatro). Em 2015, a média de leitos ativos aumentou para 08 (oito) leitos.</p> <p>A taxa de ocupação para UTI apresentada pelo HFA no ano de 2015 está adequada e acima dos percentuais previstos na Portaria nº 1101/GM/2002, do Ministério da Saúde, que admite índices de ocupação entre 80% e 85% de ocupação.</p>													
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício								
		Data	Índice inicial	Índice final									
3	TIH – Taxa de Infecções Hospitalares	31/12/2015	3,25%	2,47%	2,47%								
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>													
$\text{N}^\circ \text{ de infecções atribuíveis ao hospital no período} \times 100 / \text{N}^\circ \text{ de pacientes saídos no período}$													
<b>Utilidade:</b>													
<p>O desenvolvimento e consequente acompanhamento dos indicadores de uma instituição caracterizam uma atitude de democratização da informação sobre os resultados alcançados pelo hospital. A análise dos indicadores de infecção hospitalar, em conjunto com outros instrumentos de desinfecção e controle de antimicrobianos, permite auxiliar na avaliação da qualidade de assistência prestada pelos hospitais, bem como do cuidado no trato com seus pacientes. Estes dados são subsídios importantes para um correto e amplo diagnóstico dos problemas nos serviços de saúde e, a partir deles, é possível identificar várias oportunidades de melhoria, como a alocação adequada de recursos humanos e/ou materiais, ou ainda a necessidade de qualificação e capacitação dos profissionais de saúde.</p>													
<b>Mensurabilidade:</b>													
<p>A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício para se mensurar a Taxa de Infecções Hospitalares torna-se evidente ao passo que busca evitar a proliferação de micro-organismos resistentes a medicações e tratamentos convencionais, que caracterizariam um custo maior por paciente, bem como o aumento da duração de seu período de internação e o consequente desgaste para a imagem do órgão. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de eventuais casos de infecção e de altas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.</p>													
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>													
<p>A figura a seguir demonstra que a variação média do índice de infecção hospitalar do Hospital das Forças Armadas foi inferior ao dos anos anteriores, resultado dos esforços e cuidados desenvolvidos que, em termos percentuais, diminuiu de 3,25% em 2014, para 2,47% em 2015.</p> <p>Foram estas as taxas apuradas nos últimos cinco anos:</p>													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Exercício</th> <th>Índice % (Taxa Média de Infecção)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>3,40%</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>4,24%</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>3,38%</td> </tr> </tbody> </table>				Exercício	Índice % (Taxa Média de Infecção)	2010	3,40%	2011	4,24%	2012	3,38%
Exercício	Índice % (Taxa Média de Infecção)												
2010	3,40%												
2011	4,24%												
2012	3,38%												

2013	3,42%
2014	3,25%
2015	2,47%

A Organização Mundial de Saúde estima entre 5% a 15% a taxa de infecção hospitalar, considerando o conjunto dos hospitais. No Brasil, a estimativa vai de 5% a 10%. Fonte: <http://www.mpsp.mp.br>. No entanto, a OMS estipula como taxa máxima de infecção hospitalar o valor de 5%.

O Serviço de Controle de Infecção Hospitalar juntamente com toda a equipe hospitalar e com o apoio da Administração do Hospital das Forças Armadas, tem o desafio de continuar realizando um trabalho preventivo para que as taxas de IH's sejam cada vez menores.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
4	MPE – Média de Permanência de Internação (dia)	31/12/2015	4,80 dias	4,08 dias	4,08 dias

#### Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de Pacientes-dia em determinado período / Número de Saídos no mesmo período.

#### Utilidade:

No contexto atual em que se inserem as unidades de saúde, cresce a exigência para que estes serviços organizem-se de modo a responder às necessidades das pessoas e ofereçam um cuidado efetivo e humanizado, provendo os tratamentos e cuidados que o usuário necessita. Para avaliar a qualidade da assistência à saúde oferecida por determinada instituição faz-se necessário a adoção de parâmetros capazes de promover a melhoria contínua das rotinas e processos do hospital. Uma das formas de avaliar a evolução desses procedimentos é a análise de indicadores de qualidade e desempenho hospitalar. Um dos indicadores mais utilizados é o tempo médio de Permanência dos pacientes no hospital, que permite averiguar a eficácia das medidas de tratamento adotadas, bem como peculiaridades no perfil dos pacientes atendidos pela instituição. A análise da Média de Permanência promove o alinhamento da organização, dos indivíduos e das iniciativas interdepartamentais, possibilitando que os esforços sejam dirigidos para as áreas que necessitem de maior atenção.

#### Mensurabilidade:

A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício para se mensurar a Média de Permanência torna-se evidente, uma vez que, a partir destes dados, é possível avaliar os parâmetros de tratamento e internação adotados pelo hospital, bem como a carência de recursos humanos, materiais e a adequação dos procedimentos e rotinas hospitalares. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de entrada, tempo de permanência e saída de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.

#### Análise do Resultado Alcançado:

A Portaria nº 1101/GM/2002, do Ministério da Saúde, estabelece como média de permanência para hospitais gerais o índice da ordem de 5,5 dias, sendo que a média nacional de permanência do Sistema Único de Saúde gira em torno de 5,98 dias. A média de permanência de pacientes do Hospital das Forças Armadas, em 2015, foi de 4,08 dias, abaixo e melhor do que o recomendado pelo Ministério da Saúde.

**Fonte:** Assessoria de Planejamento – HFA

### 2.4.3 Principais resultados relacionados ao Ambiente de Gestão

No exercício de 2015 o Hospital investiu R\$ 5.806.084,76 (cinco milhões oitocentos e seis mil e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) na aquisição de materiais e equipamentos, tais como: aparelho de Tomografia de Coerência óptica e bombas injetoras para aparelho de Tomografia, impedanciômetro, aparelho Endoscópio, aparelho de Ultrassonografia, Espirômetro, consultórios odontológicos, entre outros, em busca da constante melhoria no atendimento aos pacientes e bem-estar dos usuários.

Foram investidos recursos na recuperação e modernização de instalações físicas, tais como a completa revitalização do 8º andar da Lâmina hospitalar, manutenções preventivas e corretivas nas Seções de Gases e Refrigeração, Subseção de Comunicação e Subseção de Eletricidade, entre outros, para adequações das instalações do HFA às normas da ANVISA e ao Código de Edificações do DF, além da melhoria da apresentação e manutenção predial, objetivando a humanização, qualidade e a confiabilidade do sistema.

**FIGURA 2.4.3a – Corredor do 8º andar**



Fonte: Seção de Engenharia

**FIGURA 2.4.3b – Quarto hospitalar (8º andar)**



Fonte: Seção de Engenharia

**FIGURA 2.4.3c – Posto de Enfermagem (8º andar)**



**Fonte:** Seção de Engenharia

A Divisão Administrativa e a Divisão de Engenharia coordenaram a execução das atividades de manutenção corretiva, preventiva, de reparo, hidráulica, de alvenaria (pedreiro), elétrica, serralheria, marcenaria, pintura, chaveiros, vidraçaria e carpintaria, e emprego de mão de obra especializada contratada, no atendimento diário das Ordens de Serviços.

Foi implantado o Sistema de Gestão Integrada de Contratos e Processos (GESCON), para gerir todas as fases da vida útil de contratos, convênios e credenciamentos, desde a inicial de contratação até a da vigência contratual; foi instalado o novo Sistema de Pagamento de Pessoal Militar do Exército (SIPPE), agilizando sobremaneira a segurança e o controle na implantação de dados de militares; foi lançado o total de dados do patrimônio do HFA no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

A Portaria Normativa Nº 1.037/MD, de 17 de abril de 2012 que aprovou alterações no Regimento Interno do HFA, alterou a nomenclatura de Odontoclínica para Divisão de Odontologia, portanto, ocorreu um reajuste pessoal e estrutural, necessário ao aumento significativo e crescente da demanda de pacientes oriundos das três forças, acrescidos por pacientes autorizados, autoridades do MD, embaixadas e Corpo Diplomático.

Em consequência, discutiram-se ações e foram tomadas providências administrativas, tais como a solicitação do aumento do efetivo de profissionais da área fim; realizou-se ainda a realização de um mapeamento das prioridades, entre elas a renovação dos equipamentos e instrumentais; foram realizadas reuniões periódicas para normatização das atividades desenvolvidas nas diversas clínicas; foram adquiridos consultórios odontológicos; realizou-se a revitalização e montagem do arquivo de prontuários odontológicos; a climatização de toda a clínica; a pintura da fachada externa e dos corredores internos; o aprimoramento do controle e organização de filas de espera por especialidades, com consequente redução do tempo, entre outros. Tais providências levaram a Divisão Odontológica a alcançar os resultados de 24.726 (vinte e quatro mil setecentos e vinte e seis) atendimentos e 137.798 (cento e trinta e sete mil setecentos e noventa e oito) procedimentos no corrente ano.

A Divisão de Enfermagem realizou treinamentos sobre atendimento pré-hospitalar com suas respectivas equipes e Atualizações em Pacientes Críticos com os funcionários do 10º Andar; treinou-se ainda o pessoal lotado na Clínica Cirúrgica e os novos funcionários sobre Registro de Enfermagem e sobre a Divisão de Enfermagem. Realizou-se ainda a 42ª Semana da Enfermagem com o tema “Enfermagem no Processo de Educação em Saúde”; ocorreram ainda acompanhamentos a visitas técnicas, viabilizadas por Pedido de Cooperação de Instrução do Exército Brasileiro (PCI).

O 9º Andar (Clínica Cirúrgica) realizou atendimentos a 1.401 (um mil quatrocentos e um) pacientes cirúrgicos das Clínicas Vascular, Cirurgia Geral, Traumato-Ortopedia, Bucomaxilofacial, Cirurgia Ginecológica, Mastologia, Torácica, Cabeça e Pescoço, Urologia, Proctologia, Plástica, Otorrinolaringologia e Neurocirurgia, além de atendimentos esporádicos de pacientes da Clínica Médica; realizou, ainda, a manutenção de instrumento de coleta de dados, sobre indicadores de

controle de qualidade, da assistência de enfermagem, além de curso sobre Anotações de Enfermagem, buscando padronizar modelos de relatórios.

A Unidade de Terapia Intensiva foi transferida do 3º para o 9º andar em julho de 2015, em uma estrutura de enfermaria (um paciente por leito), iniciando com cinco leitos ativos e atualmente conta com um total de dez leitos. Foram realizadas 293 (duzentos e noventa e três) internações, com tempo médio de permanência de 11 (onze) dias, com média da taxa de ocupação de 90,38 % (noventa virgula trinta e oito por cento). Foram atendidos 156 (cento e cinquenta e seis) pacientes conveniados ao FUSEX, 38 (trinta e oito) conveniados ao SARAM, 40 (quarenta) conveniados ao FUSMA, 48 (quarenta e oito) conveniados ao MD e 11 (onze) de outros convênios. Prevalendo o perfil cirúrgico com 47,25% dos pacientes provenientes do Centro Cirúrgico. Foram realizados 10 (dez) treinamentos e 4 (quatro) reuniões com a equipe de Enfermagem, além da aquisição de 12 (doze) estativas móveis.

No Centro de Material e Esterilização foram instalados dois equipamentos de termodesinfecção, proporcionando maior agilidade e eficiência ao processo de limpeza de materiais. Realizou-se ainda treinamento em serviço para a utilização da Termodesinfectora. Implantou-se rotinas para realização de testes biológicos diários no STERRAD. Foram realizadas qualificações térmicas e calibração dos equipamentos de esterilização a vapor (autoclaves), validando os ciclos de esterilização. Instalou-se ar comprimido medicinal para secagem de materiais, garantindo redução de riscos aos usuários. Foram instalados equipamentos de ar condicionado na área de esterilização. Instalou-se equipamento de osmose reversa na área de lavagem de materiais, garantindo maior segurança no enxague dos instrumentais cirúrgicos. Implantou-se rotina que restringe o reprocessamento de materiais aos produtos regularizados pela ANVISA e dentro da legislação de artigo de uso único, entre outros.

O Banco de Leite Humano realizou 829 (oitocentos e vinte e nove) atendimentos individuais, atendendo não só à família militar, como à comunidade circunvizinha.

A Clínica de Nefrologia realizou ações visando manter os padrões exigidos pela ANVISA, tais como adequações físicas com a troca de piso da unidade. Adquiriu balança para cadeirantes, comprovantes de limpeza de reservatório do hospital e desinsetização; realizou controles de manutenção do gerador e equipamentos hospitalares, a manutenção da sala de procedimentos, o relatório de vigilância epidemiológica dos acessos vasculares emitido pela CCIH, o controle vacinal e sorológico dos profissionais que atuam na unidade.

A Clínica de Hemodinâmica e Intervenção Cardiovascular realizou em 2015, 26 (vinte e seis) Cineangiogramas; 7 (sete) Arteriogramas de membros inferiores; 03 (três) Aortogramas; 1 (uma) Flebografia de membros superiores e 5 (cinco) Angioplastias.

O Núcleo de Vigilância Epidemiológica e Imunização (NVEI) administrou em 2015:

- 20.988 (vinte mil, novecentas e oitenta e oito) doses de imunobiológicos.
- As vacinas mais administradas em 2015 foram: contra a Influenza sazonal, seguida da hepatite B, febre amarela e pneumocócica. A distribuição das doses aplicadas de imunobiológicos no NVEI/HFA em 2015 está representada na **Tabela 1**

**Quadro 2.4.3a – Distribuição das doses administradas de imunobiológicos no NVEI/HFA em 2015.**

<b>Tipo de Imunobiológicos</b>	<b>Doses Aplicadas 2015</b>
Anti-rábica	124
BCG	616
DPT + Hib + Hep. B (pentavalente)	1167
DPT	560
DTPa gestantes	339
DT	1162
Febre Amarela	1679
Hepatite A	465
Hepatite B	2057

HPV	75
Influenza Sazonal Campanha	5516
Meningite C	1329
Poliomielite oral (VOP) rotina	797
Poliomielite Oral (VOP) Campanha	741
Poliomielite inativada (VIP)	819
Pneumocócica 10	1447
Rotavírus	861
SRC + varicela	396
Tríplice viral rotina	772
Tríplice Viral campanha atualização	14
Varicela	52
<b>Total</b>	<b>20.988</b>

Fonte: NVEI/HFA

### Campanhas de vacinação realizadas em 2015:

No mês de março de 2015 o NVEI/HFA vacinou 353 (trezentos e cinquenta e três) militares do Comando Militar do Planalto (CMP) e 16º BLog, designados para missão no Haiti. Na ocasião foram administradas 942 (novecentas e quarenta e duas) doses de vacinas contra Difteria e Tétano, Febre Amarela, Tríplice Viral, Hepatite B e Hepatite A.

A partir de abril de 2015, ocorreu a Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza na qual foram vacinadas 5.516 (cinco mil quinhentas e dezesseis) pessoas. O grupo alvo da campanha foi: crianças até cinco anos incompletos (até 4 anos, 11 meses e 29 dias), trabalhadores de saúde, gestantes, puérperas, indígenas, portadores de doenças crônicas e maiores de 60 anos (idosos).

Os trabalhadores de saúde eleitos para vacinação foram aqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde. Assim, foram vacinados médicos, enfermagem, recepcionistas, pessoal da limpeza, equipes de laboratório, profissionais da vigilância epidemiológica e demais profissionais de saúde envolvidos no atendimento dos casos de infecção respiratória.

Nos dias 26/05 e 01/06 a equipe do NVEI foi ao Ministério da Defesa vacinar os servidores civis e militares daquela instituição. Foram administradas 362 (trezentas e sessenta e duas) doses de vacinas, entre elas: Febre Amarela, Difteria e Tétano, Influenza, Hepatite B e Tríplice Viral.

No dia 29/05 foram vacinadas 106 (cento e seis) pessoas *in loco* no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) contra a Influenza.

Em julho de 2015 foram vacinados 105 (cento e cinco) militares do 11º GAAAE que receberam 215 (duzentas e quinze) doses de vacinas contra Difteria e Tétano, Febre Amarela, Tríplice Viral, Hepatite B e Hepatite A.

De 15 de agosto a 2 de setembro ocorreu a Campanha Nacional de Erradicação da Poliomielite e Multivacinação, na qual foram vacinadas 741 (setecentas e quarenta e uma) crianças contra Poliomielite e das 343 (trezentas e quarenta e três) que compareceram para atualização do cartão vacinal, 169 (cento e sessenta e nove) estavam com o cartão atrasado e foram vacinadas contra diversas doenças.

No mês de outubro de 2015 foram vacinados 102 (cento e dois) militares designados para a missão no Haiti, contra Hepatite A, Difteria e Tétano, Febre Amarela, Tríplice Viral e Hepatite B.

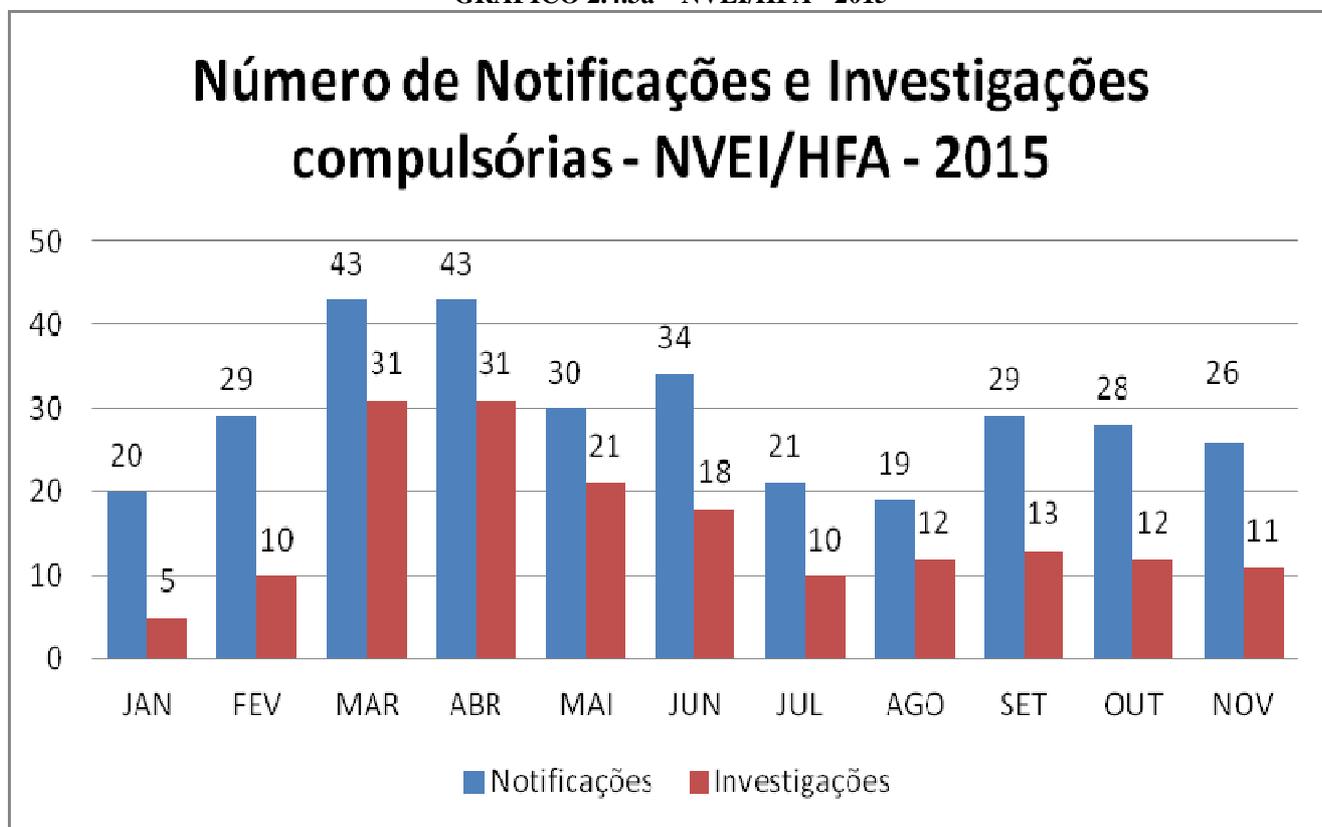
Em novembro de 2015 foram vacinados 7 (sete) militares contra Hepatite A que também estão designados para a missão no Haiti. Ressalta-se que durante o ano de 2015 foram vacinadas 468 (quatrocentas e sessenta e oito) pessoas fora do hospital (MD e CENSIPAM) e 567 (quinhentas e sessenta e sete) militares da Missão para o Haiti.

Ressalta-se ainda que nos meses de outubro e novembro de 2015 o NVEI-HFA teve sua demanda aumentada devido à greve dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde do DF, na qual os

postos de vacinação de todas as regionais se mantiveram fechados. Nesse período foram vacinadas 4.880 (quatro mil oitocentos e oitenta) pessoas entre crianças, gestantes e idosos.

Notificações Compulsórias realizadas em 2015: até o mês de novembro foram realizadas 322 (trezentos e vinte duas) notificações e 174 (cento e setenta e quatro) investigações. O Gráfico 1 mostra os dados das notificações por mês notificado e a Tabela 2 por doença ou agravo notificado.

GRÁFICO 2.4.3a – NVEI/HFA - 2015



Fonte: NVEI/HFA

Notificações realizadas pelo NVEI em 2015 por doença notificada:

Quadro 2.4.3b – Notificações realizadas pelo NVEI em 2015 por doença notificada

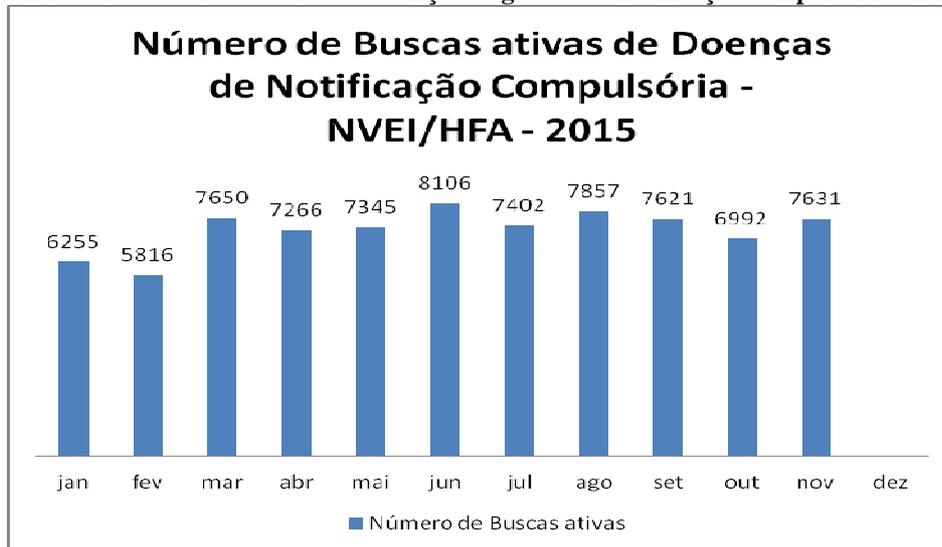
DOENÇA OU AGRAVO	QUANTIDADE NOTIFICAÇÕES – 2015	DE
Acidente de trabalho com material biológico	11	
Acidente por animal peçonhento	03	
Atendimento anti-rábico humano	30	
Condiloma Acuminado	33	
Coqueluche	01	
Dengue	100	
Doença Meningocócica e outras meningites	01	
Eventos adversos pós-vacinal	05	
Febre Amarela	02	
Febre Chikungunya	03	
Hantavirose	03	
Infecção pelo HPV (exceto verruga)	46	
Infecção pelo HIV	04	
Leptospirose	04	

Leishmaniose visceral	01
Malária	01
Sífilis Adquirida	10
Síndrome da Úlcera Genital	9
Síndrome do Corrimento Cervical	19
Síndrome do Corrimento Uretral	20
Varicela	10
Violência Doméstica	04
Zika vírus	02
<b>TOTAL</b>	<b>322</b>

Fonte: NVEI/HFA

Buscas Ativas realizadas em 2015: de janeiro a novembro de 2015, realizou-se 79.941 (setenta e nove mil novecentas e quarenta e uma) buscas ativas de DNC. O **gráfico 2** demonstra os dados das buscas ativas realizadas pela equipe no ano de 2015.

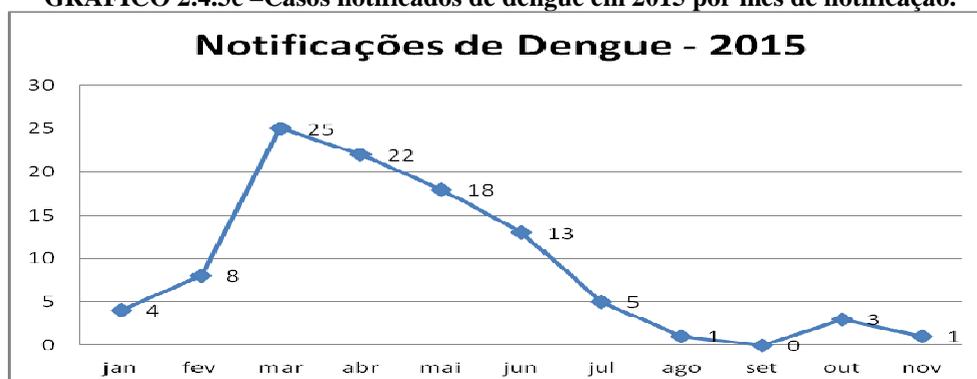
**GRÁFICO 2.4.3b – Busca ativa de doenças e agravos de notificação compulsória em 2015**



Fonte: NVEI/HFA

Notificações de Dengue em 2015: o NVEI/HFA notificou 100 (cem) casos suspeitos de dengue, sendo que a maior incidência ocorreu no mês de março em que foram registrados 25 (vinte e cinco) casos, conforme representado no **Gráfico 3**.

**GRÁFICO 2.4.3c – Casos notificados de dengue em 2015 por mês de notificação.**



Fonte: NVEI/HFA

Monitoramento das Doenças Diarreicas Agudas (DDA): realizou-se também, diariamente, o monitoramento de doenças diarreicas agudas e das síndromes gripais por meio dos atendimentos da Emergência.

Até novembro de 2015 foram monitorados 1.459 (um mil quatrocentos e cinquenta e nove) pacientes que apresentaram Doenças Diarreicas Agudas (DDA).

Monitoramento das Síndromes gripais (SG): como estratégia de enfrentamento da pandemia de Influenza A (H1N1), ocorrida no ano de 2009, iniciou-se o monitoramento de todos os pacientes atendidos pelo setor de emergência e que apresentam algum sintoma gripal. Esse monitoramento é uma medida preventiva para detectar as Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), com o objetivo de realizar o diagnóstico precoce e reduzir a morbimortalidade causada pela Influenza. A definição de caso de síndrome gripal (SG) é: *pessoa que apresenta febre e coriza acompanhadas de tosse e/ou dor de garganta, com início a menos de 7 dias*. Em 2015 registrou-se 1.078 (um mil e setenta e oito) casos de síndromes gripais atendidas pelo PAM.

O Serviço de Diagnóstico por Imagem realizou um total 12.726 (doze mil, setecentos e vinte e seis) exames de imagem/radiológicos de janeiro a novembro de 2015. Esses estão distribuídos por tipo de procedimento na tabela 1.

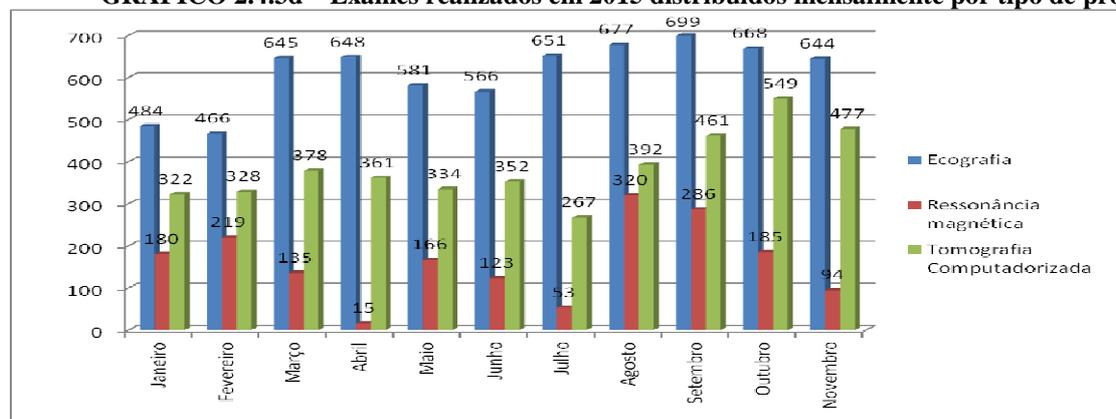
**Quadro 2.4.3c – Exames realizados em 2015 distribuídos por tipo de procedimento.**

PROCEDIMENTOS	TOTAL ANUAL
Ecografia	6.729
Ressonância magnética	1.776
Tomografia Computadorizada	4.221
<b>TOTAL</b>	<b>12.726</b>

Fonte: Serviço de Diagnóstico por Imagem

O **gráfico 1** indica o número de exames realizados em cada mês. Destaca-se que nos meses de abril, julho e novembro a execução de ressonâncias magnéticas foram significativamente mais baixas devido a defeito no equipamento.

**GRÁFICO 2.4.3d – Exames realizados em 2015 distribuídos mensalmente por tipo de procedimento.**



Fonte: Serviço de Diagnóstico por Imagem

O Pronto Atendimento Médico (PAM) realizou a Classificação de Risco segundo o protocolo de Manchester e efetivou a criação da equipe de Transporte do HFA, sendo composta por 20 (vinte) técnicos de enfermagem militares que realizam transporte extra-hospitalar.

A Divisão de Ensino e Pesquisa (DEP) organizou e providenciou eventos científicos para 33 (trinta e três) servidores civis e militares, sem ônus para o HFA; recebeu, analisou e compilou propostas de capacitação referentes ao Plano Anual de Capacitação - PAC 2015, dos quais 34 (trinta e quatro) profissionais (18 da atividade fim e 16 da atividade meio) foram capacitados com recursos do PAC – Plano Anual de Capacitação; realizou Treinamento Instrucional em Urgências e Emergências

com 40 (quarenta) civis e militares; realizou a 42ª Semana de Enfermagem do Hospital das Forças Armadas com 150 (cento e cinquenta) participantes civis e militares.

Realizou o 1º Treinamento de Controle de Qualidade em PET/CT e SPECT/CT da Clínica de Medicina Nuclear do Hospital das Forças Armadas com 30 (trinta) participantes civis e militares; o Curso de Prevenção e Combate a Incêndio com 150 (cento e cinquenta) participantes militares; matriculou 35 (trinta e cinco) alunos nos Programas de Residência Médica das especialidades de Anestesiologia (2), Cardiologia (2), Cirurgia Geral (1), Cirurgia Plástica (2), Clínica Médica (10), Coloproctologia (2), Gastroenterologia (1), Ginecologia e Obstetrícia (1), Oftalmologia (2), Ortopedia (3), Otorrinolaringologia (2), Pneumologia (2), Psiquiatria (2), Radiologia e Diagnóstico por Imagem (2) e Urologia (1).

36 alunos concluíram o Programa de Residência Médica nas seguintes especialidades: Anestesiologia (2), Cardiologia (2), Cirurgia Geral (2), Cirurgia Plástica (2), Cirurgia Vascular (2), Clínica Médica (8), Coloproctologia (2), Gastroenterologia (1), Ginecologia e Obstetrícia (2), Medicina Intensiva (1), Oftalmologia (2), Otorrinolaringologia (2), Pneumologia (1), Ortopedia (3), Psiquiatria (2), Radiologia e Diagnóstico por Imagem (2) e Urologia (1). Matriculou 40 (quarenta) alunos do Programa de Residência Médica nos cursos de Ética Médica, promovidos pelo Conselho Regional de Medicina do DF; entre outros.

Apesar da constante evasão de profissionais, reflexo do descompasso da política de cargos e salários dos servidores do HFA em comparação com o ofertado no Distrito Federal, este Hospital alcançou um número de 309.609 (trezentos e nove mil, seiscentos e nove) atendimentos ambulatoriais, bem como 1.162.106 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, cento e seis) procedimentos médicos e de apoio em 2015.

A contínua evasão de profissionais qualificados é uma questão premente a ser resolvida, pois reflete diretamente no desempenho institucional e organizacional do Hospital. O número considerável de vacâncias ocorridas ano após ano, mesmo com a feitura de concursos definitivos e temporários não tem conseguido suprir a demanda necessária para cumprir a missão deste hospital terciário.

Realizou ainda 67.106 (sessenta e sete mil, cento e seis) atendimentos de Emergência, bem como 28.655 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco) procedimentos médicos e de apoio, nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Traumato-Ortopedia, Oftalmologia e Otorrinolaringologia. As especialidades de Cardiologia, Neurocirurgia, Urologia, Psiquiatria, Cirurgia Plástica e Ginecologia permaneceram de sobreaviso.

Realizou-se ainda 2.427 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete) procedimentos cirúrgicos e 2.666 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis) procedimentos anestésicos, no Centro Cirúrgico, nas especialidades de Cirurgia Vascular, Cardiovascular, Geral, Pediátrica, Plástica e Torácica.

Apesar dos expressivos dados apresentados na área fim, há a necessidade de implementação de medidas de captação, manutenção, retenção e valorização visando manter os profissionais de Saúde. Certamente este dado é de extrema relevância, uma vez que até mesmo a manutenção do patamar atual de atendimentos não poderá prescindir da presença de um quantitativo adequado à necessidade do Hospital no transcorrer dos próximos exercícios; Portanto, o número histórico alcançado pelo HFA em 2011, com mais de 500.000 (quinhentos mil) pacientes atendidos, somente poderá ser mantido com a compatível presença de servidores civis ou militares.

Devido a sua ampla estrutura e por atuar na atividade fim do hospital, a Divisão de Medicina possui grande demanda de atribuições e desafios, competindo à Divisão planejar, coordenar, avaliar, executar e fiscalizar as atividades desempenhadas pelos setores que a compõem, visando à elevação técnica do padrão profissional do corpo clínico do HFA e à prestação de atendimento de qualidade aos pacientes do hospital.

Em 2015 o HFA foi afetado pela carência de pessoal administrativo e de pessoal da área de Saúde, o que agravam os desafios para manter a organização técnica e oferecer um atendimento de qualidade aos pacientes do HFA. Dentre as dificuldades enfrentadas, ressalta-se que o Centro Obstétrico, a UTI Neonatal, as clínicas de Alergologia, Cirurgia Oncológica e o Serviço de Radioterapia atualmente estão inoperantes.

A UTI adulto atua com número reduzido de leitos, e o quantitativo de procedimentos cirúrgicos eletivos foi restrito em virtude da disponibilidade de salas durante o período de reforma e do quantitativo de técnicos em enfermagem e de anestesistas. Em consequência da falta de determinadas especialidades, carência ou defeito de equipamentos, tem-se realizado o encaminhamento de pacientes dos convênios MD/HFA às Organizações Civas de Saúde (OCS) credenciadas. São frequentes os encaminhamentos emergenciais nas áreas de Pediatria e Ginecologia, tendo em vista que estas especialidades não dispõem de pronto atendimento no hospital. Exames eletivos na área de oftalmologia e na área de radiologia também são encaminhados com frequência.

Em referência à gestão administrativa, a Divisão de Medicina em 2015 padronizou a rotina das clínicas do Serviço de Clínicas Cirúrgicas, quanto à solicitação de autorização para procedimento cirúrgico aos convênios (HFA/MD, FUSEX, FUSMA, FUNSA), com o objetivo de estabelecer uma rotina eficiente e evitar glosas. A DM também iniciou o controle do cancelamento de agendas ambulatoriais e de encaminhamentos eletivos e emergenciais às OCS, convênio MD/HFA. Ainda em relação às OCS, considerando que compete à Divisão Administrativa assegurar a execução e o controle econômico-financeiro das despesas alocadas pelo HFA, executar e controlar, na sua área de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos, as atividades ligadas a contratos, a DM em 2015 solicitou que o controle das faturas e notas fiscais fosse efetuado pela DA. Em referência às Autorizações de Não Conveniados, a DM tem realizado o atendimento de pacientes vinculados aos servidores do MD/HFA e às Forças Armadas, após autorização do Diretor Técnico de Saúde do hospital, e considerando previamente o parecer da clínica preterida para avaliar a possibilidade de atendimento sem prejudicar o atendimento dos pacientes conveniados.

Apesar dos óbices elencados, a Clínica de Hematologia conseguiu manter a permanência da equipe de assistência médica completa para suas atividades ambulatoriais; as Clínicas Médica, de Infectologia, de Dermatologia, de Reumatologia, de Endocrinologia e de Geriatria mantiveram o número de consultas oferecidas em anos anteriores, além da preceptorial em Dermatologia, Endocrinologia, Infectologia e Clínica Médica; a Clínica de Cardiologia aumentou o número de consultas oferecidas, bem como o número de procedimentos médicos (Teste Ergométrico e Ecocardiograma) e respostas a pareceres dentro dos padrões estabelecidos.

A Clínica de Ortopedia e Traumatologia foi totalmente reformada e realizou as seguintes consultas ambulatoriais e de Pronto Atendimento: convênios do FUSMA: 337 (trezentos e trinta e sete); FUSEX: 1.295 (mil duzentos e noventa e cinco); SARAM: 425 (quatrocentos e vinte e cinco); MD/HFA: 414 (quatrocentos e quatorze), CD: 16 (dezesesseis), num total geral de 2.487 (dois mil quatrocentos e oitenta e sete) consultas.

Realizou ainda Cirurgias Orto/Trauma de urgência e eletiva a todos os convênios FUSMA/FUSEX/SARAM/MD/HFA/CD num total geral de 169 (cento e sessenta e nove) cirurgias; e os seguintes procedimentos (imobilizações e curativos) do FUSMA / FUSEX / FUNSA/ MD/HFA/Corpo Diplomático/ num total de 3.101 (três mil cento e um). Atendeu ainda no Pronto Atendimento Médico – PAM um total de 5.300 (cinco mil e trezentos). Total globalizado de procedimentos ortopédicos Consultas ambulatoriais, Pronto Atendimento - PA, Cirurgias Ortopédicas, Imobilizações e Curativos e Atendimentos do Pronto Atendimento Médico - PAM): 11.057 (onze mil e cinquenta e sete).

A Clínica de Cirurgia Geral manteve o mesmo número de consultas oferecidas e as agendas ambulatoriais do ano de 2014; a Clínica de Cirurgia Vascular aumentou o número de atendimentos ambulatoriais e o número de exames de USG Doppler, em parceria com a radiologia; manteve o número de cirurgias realizadas em caráter hospitalar e ambulatorial; a Clínica de Cirurgia Cardiovascular efetivou a aquisição dos equipamentos básicos para a realização de operações cardiovasculares e da circulação extracorpórea, além do console de contrapulsão de balão intra-aórtico.

A Clínica de Urologia manteve o número de consultas do ano de 2014, além da aquisição de Sling para incontinência urinária, da Fibra Óptica para equipamento de laser, do cateter Duplo J, e da agulha de biópsia e Basket. A Clínica de Ginecologia e Obstetrícia recebeu instrumental para

laparoscopia, aumentou os ambulatórios de especialidades, realizou a consolidação do alto risco e do planejamento familiar, aumentou o número de atendimentos no pré-natal e realizou a abertura do Pronto Atendimento.

A Clínica de Mastologia manteve o número de atendimento ambulatorial e a demanda de procedimentos cirúrgicos diversos; o Serviço de Anestesia e Gasometria recebeu dois equipamentos de broncofibroscópio para intubação de via aérea difícil. Foi contratada uma empresa de transporte de material radioativo para realização dos transportes dos insumos necessários para a realização dos exames cintilográficos para o Serviço de Medicina Nuclear, além da aquisição de Fonte de Germânio para controle de qualidade diário-semanais do equipamento PET/CT; Adquiriu também um sistema de Injeção Stellant (bomba injetora) para realização de exames no PET/CTe a Fonte de Co-57, em uso nas suas aplicações.

A Clínica de Pneumologia manteve o número de procedimentos médicos e respostas a pareceres dentro dos padrões estabelecidos; recebeu também um equipamento de Função Pulmonar com medida de volumes pulmonares e DLCO, 3 (três) equipamentos de polissonografia e retomou os exames de volumes pulmonares, difusão pulmonar de CO e pletismografia.

A Clínica de Cardiologia recebeu novos aparelhos de MAPA, Holter, Ecocardiograma e materiais para realização de Estudo Eletrofisiológico Invasivo e Ablação de Arritmias. A Clínica de Urologia realizou os seguintes procedimentos: Biópsia prostática: 32 (trinta e dois), Cateterismo vesical: 36 (trinta e seis), Cistoscopia: 71 (setenta e um), Dilatação Uretral: 30 (trinta), Estudo Urodinâmico: 41 (quarenta e um), Fluxometria: 98 (noventa e oito), Pequena cirurgia: 42 (quarenta e dois), Peniscopias: 20 (vinte), Relatório médico: 12 (doze), Litotripsia Extracorpórea: 2 (dois), consultas médicas: 1099 (mil e noventa e nove).

O Serviço de Anestesia e Gasoterapia aumentou o número de procedimentos anestésicos, bem como a abertura do ambulatório pré-anestésico. O Serviço de Medicina Nuclear realizou o controle de qualidade do Eluato de Tecnécio com relação ao molibdênio presente na eluição, bem como o registro da entrada e saída de material radioativo conforme nova exigência da CNEN; recebeu ainda novos EPIs como o avental de chumbo, protetor de tireoide, óculos plumbífero, para proteção dos servidores que manipulam material radioativo, bem como o Treinamento de radioproteção para todos os funcionários da Clínica.

Apesar da redução no quadro efetivo, a Divisão Médica mantém atendimento em diversas áreas, e apresenta demandas a serem observadas a fim de que o serviço seja prestado com qualidade.

A clínica de Oncologia, reativada em setembro de 2009, mesmo em instalações provisórias e com déficit de pessoal médico, vem respondendo por parte substancial do faturamento hospitalar do HFA e, conseqüentemente, por economia relevante para os Fundos de Saúde e para a família militar, que deixam de incorrer nos custos diretos da assistência oncológica por OCS(s). A frustração nas perspectivas de melhoria das condições de trabalho, em novas dependências (projeto CION – Centro Integrado de Oncologia), e de recomposição da estrutura de remuneração dos servidores enseja preocupação do setor com a continuidade do projeto em curso desde 2009.

A Clínica Médica passou e passa por déficits de servidores médicos nas diversas especialidades e em consequência no atendimento ao público. A clínica espera conseguir pessoal suficiente para o bom desempenho das tarefas e dos números de consultas demandas, com o propósito de incrementar a capacidade resolutive.

A Clínica de Neurologia possui espaço físico e instalações adequadas e um aparelho de Eletroneuromiografia, mas necessita de contratação de médicos neurologistas para suprir a grande quantidade de pacientes neurológicos e para realização do exame de Eletroneuromiografia.

A Clínica de Cardiologia permanece com o foco de conseguir um espaço maior para a devida adequação ao número de profissionais existentes e manter o bom atendimento da especialidade nas Enfermarias, ambulatório e Pronto Socorro.

A Clínica de Cirurgia Plástica relatou que está em constante adaptação à realidade orçamentária de 2015 para melhoria de seu funcionamento, bem como otimização do atendimento ao usuário.

A Clínica de Cirurgia Vascular permanece com o foco de adaptação às restrições orçamentárias do Hospital. Conforme citado acima, a Clínica procura aumentar seus procedimentos ambulatoriais e horários de Centro Cirúrgico menos disputados.

A Hemodinâmica informou que os pedidos de aquisição de materiais estão sendo realizados, porém a indisponibilidade de variedades de tamanhos dos OPME's inviabiliza o pleno funcionamento da unidade.

A Clínica de Proctologia informou que os avanços experimentados nos últimos anos possibilitarão o acolhimento da clientela com excelência em qualidade, além de produtiva com foco na demanda do público alvo, haja vista os recursos humanos e técnicos disponíveis.

A Clínica de Neurocirurgia informou que todas as ações destinam-se a proporcionar o mínimo de conforto, segurança, e melhor desempenho dos servidores, além da busca de um atendimento de qualidade para os usuários da mesma.

Em relação à Clínica de Urologia, faltam apenas a aquisição dos materiais citados na letra "b" da Gestão Administrativa, por parte da CPL e da DSG, que, provavelmente, não foram adquiridos devido a restrição orçamentária do hospital.

A Anestesiologia aumentou a média de procedimentos anestésicos, mesmo com problemas em algumas salas cirúrgicas. A perspectiva, em médio prazo, é que haja um aumento do número de procedimentos.

A Clínica de Medicina Nuclear, para atuar em suas quatro áreas básicas (Cintilografia, PET-CT, densitometria e cirurgia radioguiada), necessita do fornecimento contínuo do material radioativo para realização das cintilografias e PET-CT e contar com uma equipe de profissionais que possam cobrir todas as áreas de atuação. Para atuar plenamente, conta também com o conhecimento dos profissionais solicitantes sobre os procedimentos de solicitação dos exames, a fim de otimizar o uso dos insumos disponibilizados.

O Serviço de Diagnóstico por Imagem continua desempenhando as atividades com limitações técnicas e administrativas adaptando-se às restrições orçamentárias do HFA. O Setor de Anatomia Patológica declarou estar precisando de uma reforma completa urgente. Ainda ocorre evasão de profissionais técnicos e médicos

O avanço nas atividades técnicas da Clínica de Cirurgia Torácica, após recebimento do material videocirúrgico, foi relevante. Com a obtenção dos equipamentos em espera, pode-se ampliar em quantidade e qualidade os procedimentos oferecidos. A manutenção do pessoal próprio administrativo permitiu um grande avanço nas suas metas e realizações administrativas.

A Clínica de Pneumologia, no decorrer de 2015, teve o atendimento aos pacientes diminuído em virtude da exoneração de profissionais médicos e redução da carga horária dos que permaneceram; contudo, através da dedicação dos servidores remanescentes, manteve todos os exames e o atendimento ambulatorial, bem como a resposta a pareceres das clínicas e assistência aos residentes de Clínica Médica. No que tange aos recursos materiais, foi contemplada com a aquisição de novos equipamentos médicos, como: Sistema de função pulmonar, broncofibroscópio portátil, oxímetro de pulso e novos aparelhos de polissonografia que garantirão o melhor serviço de pneumologia do Distrito Federal. Para o ano de 2016 o principal desafio do serviço será a reposição do quadro de pessoal com a contratação de novos servidores, a fim de aperfeiçoar o atendimento.

O Serviço de Controle de Infecção Hospitalar SCIH orienta o cumprimento das legislações vigentes do Ministério da Saúde e da ANVISA dando suporte aos diversos setores desta instituição, visando garantir uma assistência mais segura e de qualidade aos clientes, buscando minimizar os riscos que podem vir a ser causados pela assistência relacionada à saúde.

O Centro Cirúrgico alegou que a estrutura atual é inadequada para atender a demanda já existente, sobretudo porque 2/3 do andar do centro cirúrgico é ocupado pelo Instituto de Cardiologia do DF. Além disso, a área física do Centro Cirúrgico do HFA está obsoleta, com diversos problemas estruturais que envolvem obras de engenharia hidráulica, elétrica, sistemas de ar condicionado central e instalação de gases medicinais. Hoje, o centro cirúrgico não está em seu funcionamento pleno. O setor tem como objetivo oferecer segurança, assistência de qualidade, conforto e bem estar, garantindo

práticas profissionais humanizadas e com competência técnica. Oferecer educação continuada aos seus componentes, contribuindo assim para a excelência no atendimento e o fortalecimento da Instituição.

A Clínica de Nefrologia permanece na busca em adaptar-se às restrições orçamentárias e às mudanças de gestão hospitalar adotadas. A Clínica de Ginecologia apresentou um bom funcionamento, que poderá ser otimizado a partir da resolução ou amenização dos problemas supracitados.

A Clínica de Mastologia apresentou um bom funcionamento, não necessitando de intervenções diretas. A clínica de Medicina Hiperbárica está aguardando o início das obras para descer a câmara monoplace do sétimo andar para o térreo, obra que servirá para adequar o SMH as determinações da RDC 50 e 51 da Anvisa.

Ressalte-se que o potencial de produtividade da SMH-HFA é muito expressivo, estando no momento operando muito aquém dessa capacidade, em decorrência da carência de pessoal qualificado.

A Divisão Médica está ciente das dificuldades enfrentadas pelos setores subordinadas e mantém suporte, conforme suas possibilidades, para apoiar as gestões das Clínicas. Observou-se que a evasão de pessoal especializado foi um problema comum às Clínicas, apesar da melhora no atendimento eletivo das Clínicas de Pediatria e Ginecologia, em virtude da suspensão do atendimento emergencial. Entretanto, constatou-se que setores importantes como a Cirurgia Cardiovascular e Hemodinâmica estão sem estrutura para prestar o serviço. Em relação aos procedimentos cirúrgicos, é importante ressaltar a necessidade de contratação de anestesistas, e apesar de ser necessária a adequação do atual Centro Cirúrgico, é preciso levar em consideração que as Clínicas da Subdivisão de Cirurgia necessitam da aquisição de materiais para realizarem os procedimentos. Para que o médico realize o atendimento, a área administrativa deve ser qualificada permanentemente para a atuação na gestão, o que requer a participação de outras Divisões, que atuam para definir estratégias, prever os insumos materiais e capacitar os recursos humanos, reforçando a ideia de que as Divisões devem atuar de forma conjunta para que a atividade fim da instituição almeje sempre a melhoria da qualidade.

Enfim, considerando-se o contexto dos macroprocessos finalísticos da Instituição, as principais dificuldades enfrentadas no transcorrer do exercício foram a carência de pessoal, sobretudo na área médica, e a constante evasão de profissionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e maiores remunerações. O Hospital tem trabalhado no sentido de viabilizar, junto ao Ministério do Planejamento, a reestruturação do Plano de Cargos e Salários, com vistas a tornar a unidade mais atrativa aos profissionais de saúde. Além disso, este Nosocômio enfrentou a inadimplência de clientes corporativos, resultando em uma dificuldade de realizar investimentos planejados para a atividade fim da instituição, uma vez que a frustração de receitas ou o recebimento destas sem prazo hábil para realizar as etapas de contratação e compras da Administração Pública inviabilizam a aquisição dos equipamentos e materiais planejados ainda no mesmo exercício.

### 3. GOVERNANÇA

#### 3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Portaria Normativa nº 711/MD, de 25 de março de 2015, aprovou o Regimento Interno do HFA, contemplando a estrutura de governança e de controle interno informada neste tópico. Entretanto, o Hospital tem buscado promover a inserção de medidas e unidades de governança em seus processos mais críticos, estabelecendo formas de controle e conferência de atividades, buscando favorecer o processo decisório compartilhado; em vista do exposto, a Portaria Normativa nº 2.744/MD, de 21 de dezembro de 2015 revogou a de nº 711/MD, atualizando as estruturas e ampliando as atribuições.

Dentre as iniciativas no sentido de conferir maior transparência, controle e governança aos atos praticados pela instituição, pode ser mencionada a criação da Comissão Permanente de Pesquisa de Preços, por intermédio da Portaria nº 47/DIR-HFA, de 05 de fevereiro de 2014, que passou a concentrar todas as pesquisas de valores praticados pelo mercado para as aquisições de produtos e serviços realizadas pelo hospital. Os processos adotados por esta nova seção visam atender a recomendações da Gerência de Auditoria da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – GEAUD/CISET/MD.

Aliada a estas iniciativas, também fora criada em 2011 a Seccional de Conformidade Contábil, para o controle dos procedimentos contábeis do hospital, criada por intermédio da Portaria nº 84/SEORI, de 14/01/2011, tendo entre outras missões, o contido no item II, art. 2º: “Verificar a conformidade de gestão efetuada pela unidade gestora”.

A Portaria Normativa nº 711/MD, que vigorou durante o ano de 2015, traz a seguinte estrutura da governança, abaixo resumida:

#### I. **Direção:**

##### a) Gabinete:

1. Seção de Apoio Técnico Administrativo;
2. Assessoria de Comunicação Social:
  - 2.1. Ouvidoria;

##### b) Assessoria Técnica Especial;

##### c) Assessoria de Controle Interno;

##### d) Assessoria de Inteligência;

##### e) Conselho Econômico-Financeiro;

##### f) Conselho Técnico;

##### g) Divisão de Coordenação e Organização Institucional:

##### 1. Gabinete;

- 1.1. Seção de Apoio Técnico Administrativo;
- 1.2. Assessoria de Planejamento e Gestão;
- 1.3. Assessoria de Segurança;
- 1.4. Capelania;

##### 2. Subdivisão Administrativa:

- 2.1. Coordenador Administrativo;
- 2.2. Seção de Próprio Nacionais Residenciais;
- 2.3. Seção de Finanças;
- 2.4. Seção de Intendência;
- 2.5. Seção de Conformidade;

##### 3. Subdivisão de Logística:

- 3.1. Seção de Engenharia;
- 3.2. Seção de Transportes;
- 3.3. Seção de Infraestrutura Hospitalar;

##### 4. Subdivisão de Tecnologia da Informação;

##### 5. Subdivisão de Contas Hospitalares;

6. Contingente Militar;
7. Escritórios de Representação dos Hospitais Militares das Forças Armadas em Brasília;
8. Subdivisão de Gestão de Pessoas:
  - 8.1. Seção de Apoio Técnico Administrativo
  - 8.2. Seção de Pessoal Militar
  - 8.3. Seção de Pessoal Civil
  - 8.4. Subseção de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos
  - 8.5. Subseção de Seleção, Recrutamento e Treinamento
  - 8.6. Subseção de Cadastro, Lotação e Movimentação;
  - 8.7. Subseção de Frequência e Controle
  - 8.8. Subseção de Inativos e Pensionistas
  - 8.9. Subseção de Benefícios;
  - 8.10. Subseção de Arquivo.

## II. **Vice-Direção de Saúde:**

- a) Gabinete;
- b) Serviço de Apoio Técnico Administrativo;
- c) Seção Médico-Pericial da Organização Militar;
- d) Comissões Técnicas:
  1. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
  2. Comissão de Ética e Revisão Técnico-Profissional;
  3. Comissão de Padronização de Medicamentos;
  4. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
  5. Comissão de Revisão de Óbitos;
  6. Comissão de Revisão de Prontuários;
  7. Comissão de Mortalidade Materno-Infantil;
  8. Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional;
  9. Comissão Gestora de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
  10. Comissão de Residência Médica;
- e) Seção de Saúde e Segurança do Trabalhador;
- f) Divisão de Medicina:
  1. Seção de Apoio ao Diagnóstico;
  2. Unidades de Pacientes Internos;
- g) Divisão de Odontologia:
  1. Seção Administrativa;
  2. Seção de Serviços Técnicos e Auxiliares;
  3. Seção de Clínicas;
- h) Divisão de Farmácia:
  1. Laboratório de Análises Clínicas;
  2. Farmácia Hospitalar;
  3. Seção de Farmacotécnica;
  4. Seção de Abastecimento Farmacêutico;
- i) Divisão de Enfermagem:
  1. Seção de Apoio à Divisão de Medicina;
  2. Seção de Apoio à Divisão de Odontologia;
  3. Seção de Apoio à Divisão de Farmácia;
  4. Seção de Apoio à Subdivisão de Atividades Complementares;
  5. Seção de Enfermagem do Núcleo de Vigilância e Epidemiologia Hospitalar;
  6. Seção de Apoio à Vice-Direção de Saúde;
- j) Divisão de Atividades Complementares:
  1. Seção de Apoio Técnico;

2. Seção de Nutrição e Dietética;
3. Seção de Psicologia;
4. Seção de Terapia Ocupacional;
5. Seção de Fisioterapia;
6. Seção de Serviço Social;
7. Seção de Fonoaudiologia;

### III. **Vice-Direção de Ensino:**

- a) Gabinete;
- b) Seção de Apoio Técnico Administrativo;
- c) Divisão de Ensino e Pesquisa:
  1. Seção de Ensino;
  2. Seção de Pesquisas;

Competências e atribuições das Unidades:

**I. Direção:** Dirigir, coordenar e controlar todas as atividades do Hospital; zelar para que as atividades do Hospital acompanhem o desenvolvimento da técnica e do progresso científico; orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do Hospital;

cumprir as diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do Ministério da Defesa e dos demais órgãos da administração pública; manter informado o Ministério da Defesa quanto às atividades e aos programas de trabalho desenvolvidos pelo Hospital; promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres; elaborar o programa de trabalho anual do Hospital; promover convênios, contratos e outros instrumentos administrativos com entidades militares e civis, privadas e públicas, objetivando a complementação da assistência à saúde; designar comissões permanentes e transitórias de natureza técnica ou administrativa de interesse da unidade militar; determinar a elaboração de estudos, análises e pesquisas visando ao aprimoramento dos serviços prestados pelo Hospital;

acompanhar a produção e o controle de qualidade dos serviços prestados no Hospital; por intermédio da Divisão de Coordenação e Organização Institucional:

**II. Vice-Direção de Saúde:** Secundar o Diretor no exercício de suas atividades; executar os atos administrativos que lhe forem atribuídos ou delegados pelo Diretor; coordenar as atividades dos órgãos técnicos constitutivos do Hospital; coordenar e controlar a prestação da assistência médico-hospitalar no HFA; organizar e apresentar ao Diretor as dados informativos técnicos do Hospital; supervisionar as juntas de inspeção de saúde em funcionamento no Hospital, de acordo com as instruções e normas em vigor; assinar, em conjunto com o Chefe da Divisão de Coordenação e Organização Institucional, todos os documentos referentes à vida funcional do Diretor e a autenticação das cópias do Boletim Interno; e manter contatos, quando autorizado, com instituições públicas e privadas, relativos a assuntos de sua responsabilidade.

**III. Vice-Direção de Ensino:** Dirigir e coordenar as modalidades de ensino na área de saúde no HFA; servir como elemento de ligação entre o HFA e os estabelecimentos militares e civis de ensino e pesquisa, mediante autorização da Direção; promover atividades de caráter técnico-científico de modo a assegurar o aperfeiçoamento do pessoal militar e civil em exercício no HFA; planejar e coordenar os Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) de outras Organizações Militares; planejar, organizar, coordenar e supervisionar os Programas de Residência Médica e Multiprofissionais, bem como os Programas de Instrução em Serviço no âmbito do HFA, em conformidade com os dispositivos legais em vigor; planejar, organizar, coordenar e supervisionar a realização de estágios no âmbito do HFA, destinados à capacitação e ao aperfeiçoamento de pessoal oriundo de Estabelecimentos Civis de Ensino, em conformidade com os dispositivos legais em vigor; planejar, organizar e coordenar cursos, conferências, palestras, seminários, simpósios, trabalhos, pesquisas clínicas e experimentais e outras atividades de caráter científico no Hospital; e administrar a biblioteca e os auditórios do HFA.

a) **Gabinete:** prestar assistência ao Comando nos encargos de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades inerentes ao Gabinete do Comando; receber, através da Secretaria,

os expedientes enviados ao Comando e preparar os respectivos despachos promovendo as informações complementares que se fizerem necessárias; participar, juntamente com as Diretorias, da elaboração final do relatório anual das atividades do HFA a ser submetido à apreciação do Comando; manter um cadastro de documentos sigilosos e executar as atividades de informações através do seu setor próprio, e em coordenação com o Plano de Segurança do HFA.

b) **Assessoria Técnica Especial:** responsável por assessorar o Comandante Logístico e as chefias de divisões nos assuntos técnicos necessários à boa administração do HFA, mantendo-se atualizada com a legislação em vigor, bem como assessorar o Diretor quanto ao encaminhamento dos assuntos de natureza jurídica à manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

c) **Assessoria de Controle Interno:** responsável por orientar, avaliar, acompanhar e fiscalizar a execução financeira e patrimonial; acompanhar e apoiar a atuação dos órgãos de controle da administração pública, bem como os serviços de auditoria realizados pelo Ministério da Defesa; realizar a conformidade contábil e documental no âmbito do HFA;

d) **Assessoria de Inteligência:** responsável por assessorar o Comandante Logístico do HFA nos assuntos pertinentes às atividades de inteligência e contra-inteligência no âmbito do HFA; no momento, as Assessorias de Segurança e Inteligência estão funcionando sob um mesmo comando.

e) **Conselho Econômico-Financeiro:** assegurar a execução e o controle econômico-financeiro das receitas e despesas alocadas pelo HFA; elaborar, planejar, controlar e acompanhar o plano orçamentário destinado ao incremento da receita; executar a elaboração e a atualização do orçamento; compatibilizar as ações programáticas com as projeções de recursos; assessorar o Diretor, o ordenador de despesas e o chefe da Subdivisão Administrativa nos assuntos pertinentes à área de competência; elaborar dados estatísticos e relatórios; realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

f) **Conselho Técnico:** assessorar o Comando em assuntos relativos à assistência médico-hospitalar e às atividades de ensino e pesquisas.

g) **Divisão de Coordenação e Organização Institucional:** assistir diretamente o Comando no exercício de suas atribuições, sobretudo no que se refere à administração dos recursos do Hospital, à disciplina, à moral, à segurança interna e defesa do HFA; participar dos Conselhos Técnico e Econômico-Financeiro; coordenar e fiscalizar as atividades realizadas pelas áreas sob sua subordinação direta, fazendo cumprir as diretrizes e as ordens emanadas do Comando; fiscalizar a aplicação das leis, diretrizes, regulamentos, avisos e outros documentos normativos do HFA; estudar, solucionar e colaborar na solução dos problemas administrativos que não puderem ser resolvidos pelas Diretorias; e coordenar o preparo de relatórios sobre as atividades desenvolvidas.

h) **Assessoria de Segurança:** responsável por assessorar o Comandante Logístico nos assuntos pertinentes às atividades de segurança no âmbito do HFA.

i) **Assessoria de Planejamento e Gestão:** responsável por coordenar a elaboração e definir as funções das atividades para compor o Plano Estratégico da Unidade, coordenar o processo de formulação de política de planejamento; desenvolver funções de planejamento, controle, estatística, pesquisa, informação e modernização da gestão no âmbito do Hospital.

j) **Assessoria de Tecnologia da Informação:** responsável por assessorar o Comandante Logístico nos assuntos pertinentes à Tecnologia da Informação, de interesse geral do HFA; coordenar o desenvolvimento de projetos na área de informática, de forma a atender a demanda do HFA;

k) **Divisão de Medicina:** supervisionar, coordenar e controlar as Chefias subordinadas, bem como fiscalizar de modo permanente o preenchimento dos Prontuários Médicos, zelando tanto pela forma, legibilidade e clareza, quanto pela qualidade técnica e suficiência das anotações; supervisionar o padrão técnico da assistência médico-hospitalar prestada; elaborar o plano anual das necessidades em equipamentos das Clínicas subordinadas; baixar normas técnicas para o atendimento médico geral e especializado, em consonância com os interesses das diferentes Clínicas; reunir os chefes das diferentes Clínicas para consultas periódicas sobre como aumentar a eficiência da assistência prestada; receber, dentro dos prazos estabelecidos, as informações das diversas Clínicas sobre seu movimento operacional, encaminhando-as ao Centro de Processamento de Dados.

l) **Divisão de Odontologia:** Distribuir, orientar, supervisionar e avaliar os trabalhos executados por seus assistentes, militares e funcionários; cumprir e fazer cumprir a rotina; controlar a produtividade de cada Assistente; dirigir as atividades científicas; Supervisionar a utilização dos materiais permanentes e de consumo existentes, bem como orientar a manutenção e conservação dos equipamentos; fiscalizar a manutenção de estoque mínimo de materiais; comparecer a reuniões do Hospital, quando convocado; apreciar e aprovar os impressos odontológicos propostos pelas chefias das Unidades componentes, tendo em vista o seu aperfeiçoamento técnico e padronizado; distribuir os profissionais pelas suas especialidades e turnos, visando o melhor aproveitamento técnico e científico de seus trabalhos; fiscalizar a distribuição de pacientes, conforme as altas verificadas; providenciar as requisições de material permanente e de consumo; promover reuniões científicas dos profissionais, através de entendimentos com o DEP para elevação do padrão dos serviços prestados.

m) **Divisão de Farmácia:** Distribuir aos diversos setores do Departamento de Medicina os medicamentos necessários ao atendimento dos doentes internados, mediante solicitação; organizar, pôr em funcionamento e controlar a venda de produtos aos usuários, pelo sistema reembolsável; fazer o recolhimento diário, para a Tesouraria, da receita apurada nas indenizações ou vendas de produtos, materiais e medicamentos; calcular o custo final de venda dos produtos, para fins de indenização; guardar e distribuir os entorpecentes e psicotropicos de uso do HFA, mantendo rigoroso controle e escrituração, elaborando mapas próprios e atualizados dos mesmos; proceder ao recebimento e fazer controle administrativo dos materiais, medicamentos e produtos pertinentes ao Serviço de Farmácia; organizar pedidos para compra de medicamentos, drogas e correlatos, de acordo com as especificações e padronização determinadas por ordem superior, estabelecendo as quantidades a serem adquiridas; solicitar, em caráter de urgência, medicamentos ou materiais em falta e que sejam de uso imprescindível e imediato; receber, cumprir e difundir as normas emitidas pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia; aviar e manipular fórmulas farmacêuticas; Preparar, dentro das possibilidades do Serviço, produtos farmacêuticos afins; exigir dos diversos setores do Hospital os recipientes vazios, para fornecimento de igual quantidade de entorpecentes e psicotrópicos; manter ligação com o CPD para controle computadorizado dos medicamentos.

n) **Divisão de Enfermagem:** estabelecer e manter a Divisão organizada de acordo com os princípios de administração; promover e manter o cuidado integral de enfermagem aos pacientes; prever e manter material e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente que permitam dar uma boa assistência aos pacientes; promover treinamento do pessoal através de programas adequados de educação e orientação em serviço; prover meios que permitam estágio para estudantes de nível médio de enfermagem e outros; participar dos programas de saúde do Hospital; planejar, supervisionar e executar as atividades de Enfermagem existentes no Hospital; executar todas as atividades específicas relacionadas com os deveres profissionais e administrativos atribuídos à Enfermagem, em complementação à assistência médica ditada pelo Corpo Clínico e consoante aos objetivos e aos regulamentos do Hospital; definir e imprimir a filosofia, os fins, as normas e os padrões da Divisão relacionadas com as Unidades de Enfermagem e atividades afins; coordenar as funções da Divisão com as de todas as outras Divisões e Serviços, visando melhorar a assistência aos pacientes; estabelecer os limites de autoridade de cada uma das categorias funcionais que integram a estrutura hierárquica da Divisão; organizar e manter um sistema eficiente de registros e de relatórios técnicos e administrativos; prover e executar medidas para manutenção do pessoal de Enfermagem qualitativa e quantitativamente adequado às necessidades do Hospital.

o) **Vice-Direção de Ensino:** Através das Coordenações de Cursos, programar, propor e coordenar a execução de cursos para pessoal técnico de nível superior; acompanhar criteriosamente a realização dos cursos, com vistas à avaliação crítica dos mesmos e ao aproveitamento do pessoal participante; propor a realização de intercâmbio cultural e científico com instituição de ensino médico do País ou do exterior.

As estruturas de apoio ao controle interno realizado no Hospital das Forças Armadas comportam dois âmbitos – atividade meio (administrativas e de apoio), a cargo do Ordenador de Despesas, e atividade fim (médico-hospitalar e ensino e pesquisa) a cargo do Diretor Técnico de Saúde

e Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa. Para acompanhamento das atividades de apoio do hospital, pode-se mencionar a relevância da Seção de Conformidade e Registro de Gestão – SCRG no balizamento e conferência da produção documental em aderência aos dispositivos legais de natureza econômico-financeira.

Além das iniciativas mencionadas e com o intuito de aprimorar e ampliar as estruturas de governança, o atual Comando Logístico do HFA tem trabalhado no sentido de atualizar o Regimento Interno do Hospital. Dentre as mudanças propostas está a criação da Assessoria de Controle com a previsão de atribuições regimentais de governança, controle interno e responsabilização administrativa.

### **3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS**

A estrutura do sistema de correição no âmbito do HFA é desempenhada pela Assessoria Técnica Especial e pelas Seções de Pessoal Militar e Civil/Subseção de Legislação de Pessoal, cabendo-lhes o acompanhamento dos processos administrativos disciplinares desde a sua instauração até seu arquivamento.

Nesse sentido, os respectivos processos são inseridos no Sistema CGU-PAD, nos termos do que preconiza a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, que determina a nomeação de Coordenador e Administrador do Sistema no âmbito de cada Órgão/Ministério.

No caso específico do HFA, por meio da Portaria nº 183 GAB DIR/HFA, de 15 de maio de 2014, foram nomeadas 2 (duas) Cadastradoras, 1 (uma) Administradora Adjunta e 1 (uma) Coordenadora Adjunta, todas do quadro de servidores efetivos deste Hospital, conforme publicado no Aditamento de Pessoal Civil nº 20 ao Boletim Interno do HFA nº 90, de 15 de maio de 2014.

Assim sendo, compete à Subseção de Legislação de Pessoal a atualização dos dados do Sistema CGU-PAD, em conformidade com o disposto na legislação vigente. Dessa forma, tão logo seja autorizada a abertura de Sindicância ou PAD, e publicada a Portaria de designação pertinente, são tomadas as providências no sentido de incluir na plataforma do CGU-PAD as informações sobre a abertura e andamento dos processos de apuração, em todas as suas fases.

A seguir estão descritas as fases da sistemática de apuração dos ilícitos eventualmente cometidos por colaboradores deste Hospital:

- a) recebida a denúncia relatando a ocorrência de algum ilícito, a Seção de Legislação verifica seu conteúdo, a fim de determinar o rito procedimental a ser empregado no caso concreto;
- b) na sequência, confecciona-se a Portaria de Instauração do processo que, depois de assinada, é inserida no Sistema CGU-PAD, para posterior início da montagem do mesmo;
- c) assinada a Portaria nomeando a comissão, seus membros são chamados à Seção de Legislação para ter ciência dos fatos e demais informações pertinentes ao processo, bem como de seus possíveis desdobramentos;
- d) durante o andamento dos trabalhos, a referida Seção acompanha os prazos processuais e efetua as devidas recomendações à comissão processante, com vistas a que essa proceda aos necessários e tempestivos pedidos de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos ou de sua recondução à frente do processo, tudo conforme cada caso concreto;
- e) encerrado o processo, seus demais dados pertinentes são lançados no Sistema CGU-PAD;
- f) em ato contínuo, os autos são encaminhados à apreciação da Assessoria Técnica Especial (ATE) que, após proceder à análise formal do seu conteúdo, o encaminha para a competente manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa (CONJUR-MD);
- g) após a apreciação jurídica por parte da CONJUR-MD, os autos do processo retornam ao HFA para que a autoridade julgadora emita sua competente decisão, cujo conteúdo é publicado no Aditamento de Pessoal ao Boletim Interno do Hospital e inserido no retrocitado Sistema da CGU; e
- h) por fim, a Seção de Legislação convoca o acusado para tomar ciência do conteúdo do julgamento proferido no processo, cujos autos serão remetidos à ATE, com vistas ao seu devido arquivamento.

Nesses termos, considera-se que a inserção de dados no Sistema de Correição da Controladoria-Geral da União permite ao HFA o maior controle do andamento e do resultado dos processos, dos possíveis atrasos injustificados, bem como de dados estatísticos sobre o quantitativo de processos administrativos abertos em âmbito federal e as devidas punições aplicadas aos servidores, além de conferir maior lisura e transparência às apurações disciplinares conduzidas no âmbito do Hospital.

Importante esclarecer que o HFA não possui uma Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância. Sendo assim, para cada processo instaurado, são selecionados servidores lotados neste Nosocômio, observada a adequação de cada perfil, para comporem as respectivas comissões processuais. Concluído o processo, a comissão o encaminha à Assessoria Técnica Especial, com vistas à apreciação formal do seu conteúdo e posterior encaminhamento à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, a quem compete a análise de mérito dos processos administrativos instaurados no âmbito do HFA, mediante a emissão do seu Parecer Jurídico e posterior restituição dos autos, com vistas a que a autoridade julgadora disponha dos subsídios necessários à emissão de seu julgamento, após o que serão adotadas as demais providências decorrentes, tais como a publicação da Solução do processo e a ciência às partes interessadas, dentre outras condutas pertinentes.

No decorrer do ano de 2015, em relação ao pessoal civil do Hospital, foram instaurados 7 (sete) Processos Administrativos Disciplinares, 5 (cinco) Sindicâncias Acusatórias; sendo uma delas para apuração de ocorrência de dano ao Erário; 1 (uma) Sindicância Investigativa e 1 (um) Procedimento Disciplinar, tendo em vista o quadro de pessoal deste Nosocômio contar com Empregados Públicos, regidos pela CLT.

No tocante aos julgamentos emitidos, em um dos processos instaurados foi aplicada a penalidade de Advertência ao servidor acusado. Além disso, houve 3 (três) arquivamentos, enquanto que os 10 (dez) processos restantes ainda estão em andamento.

Na esfera militar, foi instaurada 1 (uma) sindicância militar, cuja Solução determinou o arquivamento do processo, e 3 (três) Inquéritos Policiais Militares (IPM), todos encaminhados à 11ª Circunscrição Judiciária Militar.

Nesse ponto, importa consignar que todos os procedimentos correccionais retrocitados foram inseridos em tabela específica, com vistas à sua melhor visualização. Assim, vejamos:

**Quadro 3.2 – Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

<b>Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos</b>			
<b>PROCESSO</b>	<b>TIPO</b>	<b>PENALIDADE APLICADA</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
PORTARIA Nº 14/DIR-HFA, DE 15/01/2015. (60550.000032/2015-03) ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO NO PRONTO ATENDIMENTO DO HFA.	SINDICÂNCIA MILITAR	NÃO HOUE PENALIDADE APLICADA.	ARQUIVADO EM 15/06/15 APÓS PUBLICAÇÃO NO BOLETIM INTERNO Nº 111/HFA, DE 15/06/15.
PORTARIA Nº 62/GAB DIR-HFA, DE 05/03/2015. (60550.000100/2015-26) ASSUNTO: APURAÇÃO DE POSSÍVEL ADULTERAÇÃO EM ATESTADO MÉDICO.	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	NÃO HOUE PENALIDADE APLICADA.	ARQUIVADO EM 07/05/15 APÓS PUBLICAÇÃO NO ADITAMENTO DE PESSOAL CIVIL Nº 18, DE 07/05/15.
PORTARIA Nº 237/DIR-HFA, DE 07/08/2015 (60550.000659/2015-56) ASSUNTO: SUPOSTO DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR CIVIL.	SINDICÂNCIA	Não houve penalidade aplicada conforme Solução de Sindicância: “Pelo exposto, esta Comissão entende que não houve desvio de função...”	ARQUIVADO EM 24/12/2015, APÓS PUBLICAÇÃO NO ADITAMENTO DE PESSOAL Nº 51, de 24/12/2015.

<p>PORTARIA Nº 251 GAB DIR-HFA, DE 03 de SETEMBRO DE 2015. (60550.000754/2015-50)</p> <p>ASSUNTO: FALTA AO PLANTÃO DE SOBREAVISO.</p>	<p>SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA</p>	<p>ADVERTÊNCIA</p> <p>“Concordar com o Relatório da comissão processante, tendo por base o que dos autos consta, bem como no Parecer nº 00955/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 14 de dezembro de 2015, para determinar a aplicação da penalidade de “ADVERTÊNCIA” ao servidor VALÉRIO ALVES FERREIRA, nos termos do que preceituam os artigos 127, I, c/c o art. 129 e art. 145, II, por haver faltado com o dever funcional de “observar as normas legais e regulamentares” e “ser assíduo e pontual ao serviço”, todos constantes no artigo 116, III e X, da Lei nº 8.112/90”. [Extraído da Solução de Sindicância].</p>	<p>ARQUIVADO EM 18/02/16 APÓS PUBLICAÇÃO NO ADITAMENTO DE PESSOAL CIVIL Nº 07 DE 18/02/16.</p>
<p>60550.000179/2015-95 PORTARIA Nº 237 ASSUNTO: SUPOSTO DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR CIVIL.</p>	<p>SINDICÂNCIA</p>	<p>Não houve penalidade aplicada conforme Solução de Sindicância: “Pelo exposto, esta Comissão entende que não houve desvio de função...”</p>	<p>Arquivado em 24/12/2015, após publicação no Aditamento de Pessoal nº 51, de 24/12/2015.</p>
<p>PORTARIA Nº 90/DIR-HFA, DE 13 DE ABRIL DE 2015. (60550.000269/2015-86) ASSUNTO: SUPOSTA FALSIFICAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO.</p>	<p>SINDICÂNCIA</p>	<p>Observação: “Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com base no artigo 145, III, da Lei nº 8.112/90, contra a servidora ROSEMARY DE MELO DA SILVA”; [Extraído da Solução de Sindicância].</p>	<p>PROCESSO ARQUIVADO COM DETERMINAÇÃO DE ABERTURA DE PAD.</p>
<p>PORTARIA Nº 283/DIR-HFA, DE 19/10/2015. (60550.000830/2015-27) ASSUNTO: ABANDONO DE CARGO.</p>	<p>SINDICÂNCIA</p>	<p>-</p>	<p>Autos enviados ao SEPESD/MD, para análise conclusiva, pelo Ofício nº 5315/ATE, de 16/12/2015.</p>
<p>PORTARIA Nº 168/DIR-HFA, DE 25/06/2015. (60550.000520/2015-11) ASSUNTO: ATRASOS E INASSIDUIDADE HABITUAL.</p>	<p>SINDICÂNCIA</p>	<p>-</p>	<p>Autos enviados ao SEPESD/MD, para análise conclusiva, pelo Ofício nº 4573/ATE, de 10/11/2015.</p>
<p>PORTARIA Nº 85/DIR-HFA, DE 1º/04/2015. (60550.000220/2015-23) ASSUNTO: FALTAS E ATRASOS REITERADOS – ATESTADO MÉDICO INVÁLIDO.</p>	<p>PAD</p>	<p>-</p>	<p>Autos enviados ao SEPESD/MD, para análise conclusiva, pelo Ofício nº 5333/ATE, de 17/12/2015.</p>
<p>PORTARIA Nº 245/DIR-HFA, DE 02/09/2015. (60550.000702/2015-83) ASSUNTO: IRREGULARIDADE NA ESCALA DE SERVIÇO E INSUBORDINAÇÃO.</p>	<p>PAD</p>	<p>-</p>	<p>EM TRÂMITE.</p>
<p>PORTARIA Nº 261/DIR-HFA, DE 22/09/2015. (60550.000714/2015-16)</p>	<p>PAD</p>	<p>-</p>	<p>Autos enviados ao SEPESD/MD, para análise conclusiva, pelo Ofício nº</p>

ASSUNTO: ABANDONO DE CARGO.			5395/ATE, de 23/12/2015.
PORTARIA Nº 105/DIR-HFA, DE 28/04/2015. (60550.000309/2015-90) ASSUNTO: POSSÍVEL RESPONSABILIDADE POR DÉFICIT CONTÁBIL.	PAD	-	Solução de Sindicância enviada para publicação em Aditamento de pessoal, em 22/02/2016.
PORTARIA Nº 322/DIR-HFA, DE 10/12/2015. (60550.000950/2015-24) ASSUNTO: ATENDIMENTO NEGADO A PACIENTE.	PAD	-	EM TRÂMITE.
PORTARIA Nº 323/DIR-HFA, DE 14/12/2015. (60550.001047/2015-81) ASSUNTO: SUPOSTA FALSIFICAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO.	PAD	-	EM TRÂMITE.
PORTARIA Nº 325/DIR-HFA, DE 17/12/2015. (60550.001073/2015-17) ASSUNTO: SUPOSTA FALSIFICAÇÃO DE CARTÃO PARA ACESSO AO ESTACIONAMENTO.	PAD	-	EM TRÂMITE.
PORTARIA Nº 154, de 10/06/2015, ASSUNTO: APURAR FATOS NARRADOS NA SINDICÂNCIA Nº 60550.001091/2013-29 (inventário da Odontoclínica).	IPM	Autos Enviados à CJM pelo Ofício nº 3595/ATE, de 11/09/2015.	-
PORTARIA Nº 174, de 30/06/2015 (60550.000608/2015-24) ASSUNTO: FURTO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO.	IPM	Autos Enviados à CJM pelo Ofício nº 3918/ATE, de 01/10/2015.	-
PORTARIA Nº 238, de 24/08/2015, ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS.	IPM nº 0000157-10.2015.7.11.0111	Autos Enviados à CJM pelo Ofício nº 4088/ATE, de 09/10/2015.	-
PORTARIA Nº 74/DIR-HFA, DE 20/03/2015. (60550.000179/2015-95) ASSUNTO: AUSÊNCIAS E FALTA DE COMPROMETIMENTO.	PROCEDIMENTO DISCIPLINAR (CLT)	-	Autos sobrestados a partir de 30/07/2015.

Fonte: Assessoria Técnica Especial – HFA

### 3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O HFA não dispunha de uma Seção específica para tratar da Gestão de riscos e controles internos no exercício de 2015 e anteriores. Esta atividade era considerada um encargo, sendo desenvolvida por algumas seções do Hospital, de acordo com a demanda e o assunto envolvido. Para o exercício de 2016 está em caráter experimental um novo organograma funcional, que contempla uma Seção de Controle Interno. As atividades a serem desempenhadas por esta Seção estão sendo regulamentadas.

## 4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 4.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Compõem os Canais de acesso do cidadão usuário do HFA as seguintes estruturas, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, pedidos, entre outros:

a) **Assessoria de Comunicação:** responsável por assessorar o Comandante Logístico nos assuntos pertinentes ao atendimento do público interno e externo. O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 18:00 h, ou pelo email: drp.hfa@gmail.com.

b) **Ouvidoria:** é o setor responsável por receber opiniões, reclamações, críticas, elogios, sugestões e denúncias, garantindo o princípio da ética e da transparência nas relações com o usuário. O Ouvidor é o profissional que tem a função de receber com solicitude as reclamações dos usuários e encaminhá-las aos setores competentes para averiguação e solução, dando ao solicitante um parecer, baseado nas respostas recebidas dos respectivos setores, no menor tempo possível.

Localiza-se no Ambulatório, no início da Ala B, e o usuário ao se dirigir à Ouvidoria poderá fazer sua reclamação, críticas, elogios e sugestões presencialmente por escrito, ou através do e-mail **ouvidoria@hfa.mil.br**. Poderá fazer também pelo telefone para tirar dúvidas e em algumas situações sanar eventuais problemas.

Toda e qualquer queixa, crítica, sugestões ou elogios deverão ser feitos por escrito, com a identificação do usuário e serão desconsideradas as situações acima sem a identificação do reclamante.

O reclamante não satisfeito com as providências tomadas pela Ouvidoria poderá ser encaminhado à Assessoria de Comunicação Social.

A ouvidoria também funciona como achados e perdidos de objetos esquecidos na área do Hospital, com exceção dos materiais extraviados nos andares das lâminas de internação e no Centro Cirúrgico, que são encaminhados à Hotelaria.

Além do setor de Ouvidoria, existem 20 (vinte) urnas espalhadas no interior do Hospital, contendo fichas, onde o usuário poderá fazer sua reclamação, críticas, elogios e sugestões, por escrito.

c) **Serviço de Informações ao Cidadão:** esta seção recebe as solicitações, processa e responde os dados do Hospital das Forças Armadas que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011).

O Hospital das Forças Armadas disponibiliza canais de comunicação para atender da melhor forma possível as solicitações de seus usuários e público externo. As críticas, dúvidas e sugestões também são elementos importantes para o aperfeiçoamento e qualidade dos serviços.

Para esclarecer assuntos que se relacionem com o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como para obter orientação sobre como navegar e consultar as informações disponíveis, o usuário deverá selecionar o tema de seu interesse, ler as informações importantes sobre o assunto e, caso ainda seja necessário, enviar uma mensagem para a equipe do SIC. As informações de caráter pessoal deverão ser feitas pessoalmente.

O SIC do HFA pode ser acessado pela Rede Mundial de Computadores, no endereço [www.hfa.mil.br](http://www.hfa.mil.br), no ícone **Acesso à Informação, SIC**. Para orientações e esclarecimentos de dúvidas, tais como a protocolização de requerimentos de acesso à **LAI**, assim como a tramitação de solicitação de informação, os meios de acesso são por telefone ou email [sic@hfa.mil.br](mailto:sic@hfa.mil.br).

A Ouvidoria recebeu 330 (trezentos e trinta) reclamações em 2015, e em 2014 um total de 296 (duzentos e noventa e seis). As críticas/reclamações de maior relevância foram 115 (cento e quinze) por falta de vagas para consultas em determinadas especialidades; 98 (noventa e oito) para dificuldades no agendamento e marcação de exames e consultas; 52 (cinquenta e duas) sobre as instalações físicas (buracos no asfalto de acesso ao estacionamento, pintura velha nos quartos, falta de cadeiras de rodas, falta de cantina, bebedouros com defeito, ventilador quebrado, falta de climatização); 41 (quarenta e um) por demora do atendimento; 15 (quinze) por mau atendimento das secretárias e/ou recepcionistas ou do(a) médico(a); e 9 (nove) por dificuldade para marcação de retorno de consulta médica.

O alto índice de reclamação da falta de vagas em determinadas especialidades deve-se à crescente evasão de profissionais da área fim, haja vista a diferença de remuneração praticada pelo GDF.

Para resolver o problema de falta de vagas, das demandas reprimidas e no agendamento e marcação de exames e consultas, o Hospital realizou concurso público, conforme Edital nº 09/14, publicado no DOU de 08 de julho de 2014, para profissionais médicos de várias especialidades, num total de 325 (trezentas e vinte e cinco) vagas, das quais 135 (cento e trinta e cinco) médicos tomaram posse.

O HFA modificou a sistemática de marcação de consultas, diminuiu o período de abertura de agendas, realocou usuários nas desistências de consultas, encaminhou usuários aos hospitais de cada Força, no caso de atendimentos primários e secundários; e em casos terciários e quartenários, foram encaminhados às organizações de Saúde conveniadas (OCS). Some-se a estas providências a implantação do novo Sistema de Gestão Hospitalar, em processo de implantação, que irá substituir no corrente ano a atual sistemática usada pelo HFA, em que as agendas são abertas conforme as clínicas enviem as vagas à secretaria da Seção de Arquivos Médicos.

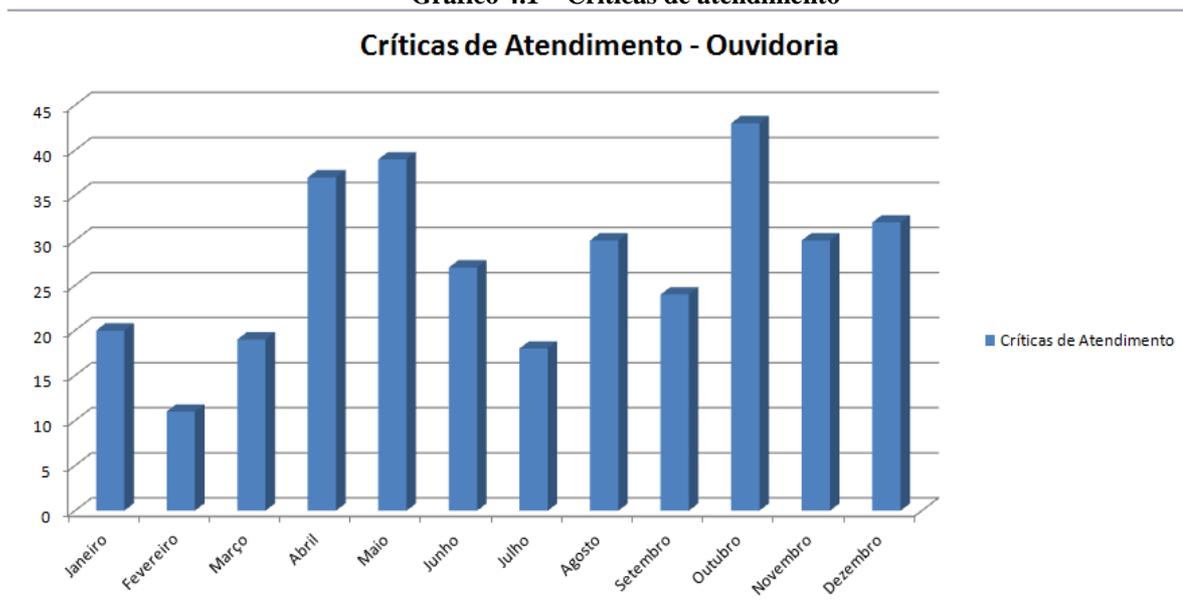
A Divisão de Ensino e Pesquisa capacitou com recursos do PAC – Plano Anual de Capacitação 34 (trinta e quatro) profissionais, 18 (dezoito) da atividade fim e 16 (dezesseis) da atividade meio, com cursos voltados especificamente no atendimento ao público, visando reduzir ou minimizar reclamações por mau atendimento.

A Direção hospitalar autorizou ainda a participação em eventos científicos de 33 (trinta e três) servidores civis e militares, sem ônus para o HFA; foi ainda realizado Treinamento Instrucional em Urgências e Emergências com 40 (quarenta) participantes civis e militares; o Curso de Prevenção e Combate a Incêndio com 120 (cento e vinte) militares; 40 (quarenta) alunos do Programa de Residência Médica foram matriculados nos cursos de Ética Médica, promovidos pelo Conselho Regional de Medicina do DF; foi realizada a 42ª Semana de Enfermagem com 150 (cento e cinquenta) participantes; a I Jornada de Saúde Mental com 153 (cento e cinquenta e três) participantes; a IX Jornada de Nutrição com 192 (cento e noventa e dois) participantes; o II Encontro de Fisioterapia do Hospital das Forças Armadas com 75 (setenta e cinco) participantes, entre outros.

No que se refere às instalações físicas, a Zeladoria do HFA já reparou o asfalto de acesso aos estacionamentos, recapeando as principais vias de acesso aos mesmos. A Subseção de Manutenção e reparos realizou reformas nas salas cirúrgicas, em toda a Clínica de Ortopedia e Traumatologia, a Clínica de Coloproctologia foi totalmente pintada, entre outras ações em andamento. Após o recolhimento semanal das pesquisas de críticas/satisfação, a Assessoria de Comunicação Social entra em contato telefônico ou por e-mail com os cidadãos que se identificam nas referidas pesquisas, e providencia as referidas ou providências tomadas; e em seguida envia as reclamações ou sugestões à Subdivisão Administrativa e à Subseção de Manutenção e reparos para as providências que se façam necessárias, como a falta de cadeiras de rodas, a necessidade de uma cantina, reparos em bebedouros, em ventiladores, falta de climatização, entre outras sugestões.

Conforme o Gráfico nº 1, da Ouvidoria do HFA, há uma média de 28 críticas/reclamações.

Gráfico 4.1 – Críticas de atendimento



Fonte: Ouvidoria

#### 4.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do Hospital das Forças Armadas (HFA), estabelecida pelo Decreto Nº 6.932 de 11 de agosto de 2009 da Casa Civil da Presidência da República, é um documento que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por este Nosocômio, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos e padrões de atendimento assumidos.

A sua confecção e divulgação implicam num processo de transformação sustentado em princípios fundamentais – participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão. Esses princípios têm como premissas o foco no cidadão e a indução do controle social.

Neste sentido o HFA apresenta sua Carta de Serviços em seu sítio eletrônico, da Rede Mundial de Computadores, no endereço [www.hfa.mil.br](http://www.hfa.mil.br). Ao acessar o site, o cidadão deverá clicar no ícone **Acesso à Informação** (ao final da página, no canto inferior esquerdo), abrirá a página **Portal da Transparência do Hospital das Forças Armadas**, deverá clicar no ícone Carta de Serviços ao Cidadão, e esta será imediatamente aberta.

Ao público interno, a Carta de Serviços ao Cidadão encontra-se disponível na Intranet, no endereço eletrônico <http://intranet.hfa.br/default.aspx>, no **Menu** (lado esquerdo da página), no item **Documentos**, bastando clicar no *link* Carta de Serviços ao Cidadão.

Neste propósito o HFA, ao divulgar sua Carta de Serviços, assumiu o compromisso com os seus usuários na melhoria das ações a serem realizadas, objetivando a busca da excelência dos serviços oferecidos, a fim de legitimar a sua imagem perante a sociedade e estabelecer a confiança dos cidadãos por meio de uma gestão transparente e eficaz.

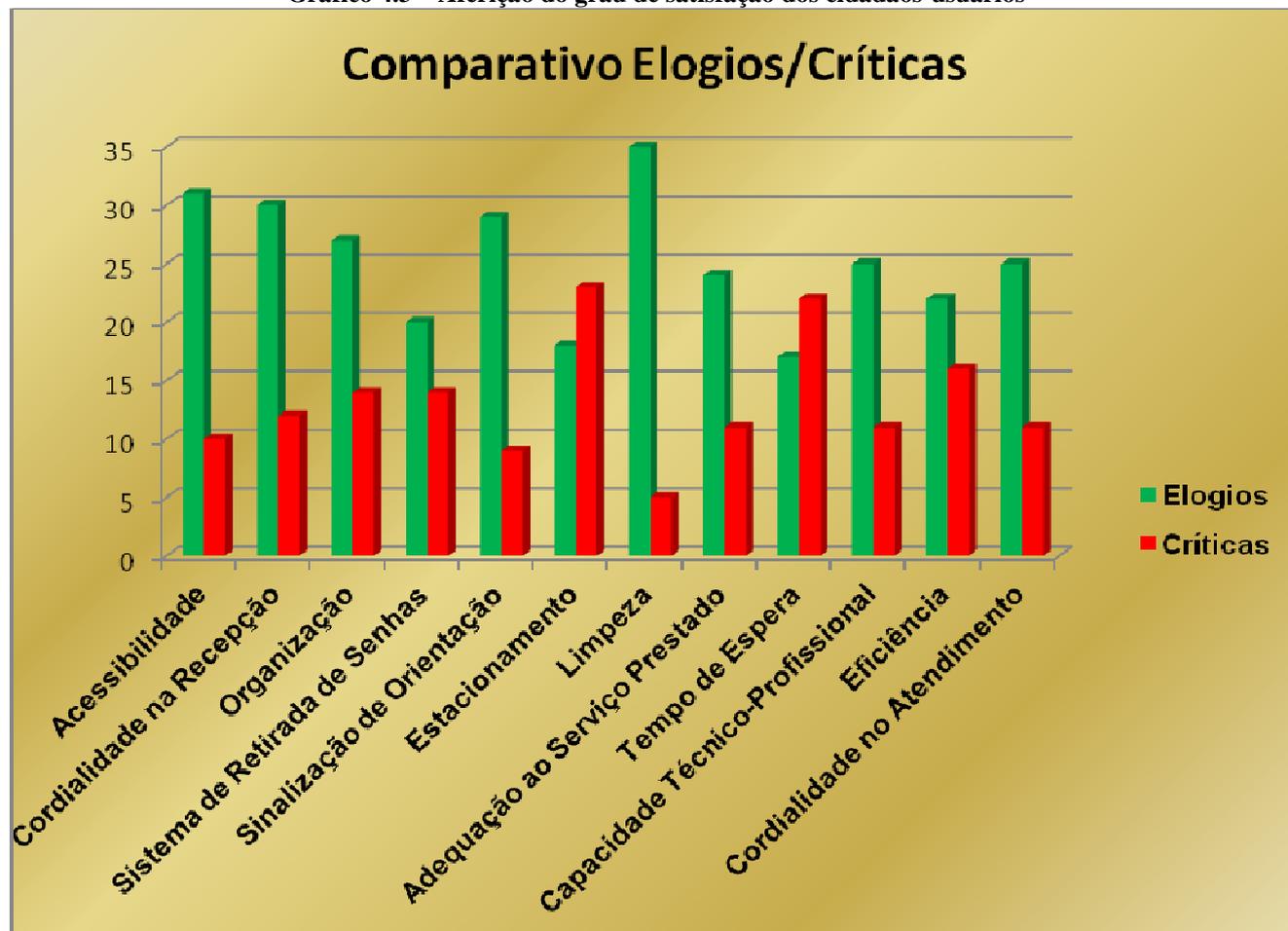
#### 4.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O HFA realiza permanentemente pesquisas de satisfação dos seus usuários, desde o mês de agosto de 2015, quando foram implementadas em locais estratégicos da lâmina hospitalar e nos ambulatórios urnas com formulários de “Pesquisa de Satisfação do Usuário”, cujos dados começaram a fazer parte da análise descritiva, haja vista oferecerem subsídios para a análise dos resultados apresentados, bem como a visão do usuário em relação à Recepção, Instalações e Atendimentos, possibilitando a verificação contínua do grau de satisfação do mesmo.

As Clínicas que obtiveram reconhecimento dos usuários, pela nova filosofia do Projeto Fênix, cujo objetivo é a busca da recuperação da confiança do público no bem servir e na humanização do atendimento.

As principais solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, críticas e sugestões informadas pelos usuários foram:

Gráfico 4.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários



Fonte: Assessoria de Planejamento e Ouvidoria - HFA

Os resultados mensais apurados mostram uma pequena queda no número de atendimentos, e um aumento no número de exames e procedimentos realizados no Hospital.

A análise comparativa do efetivo de pessoal revela um aumento de 10,05% no número de servidores civis em janeiro de 2016 (1839), em relação a janeiro de 2015 (1.671).

As clínicas de Alergologia, Neonatologia e Centro Obstétrico encontram-se sem atendimento desde o ano de 2014, a clínica de Nefrologia Pediátrica desde janeiro de 2015, a clínica de Nefrologia desde março de 2015 e a clínica de Reumatologia desde novembro de 2015.

#### 4.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O relacionamento do Hospital das Forças Armadas com a sociedade ocorre de maneira ampla, abrangendo praticamente todos os setores da instituição, uma vez que sua finalidade precípua é o atendimento ao paciente (usuário final). Além da comunicação natural que ocorre entre servidores e usuários, existem canais institucionalizados de contato entre o cidadão e a unidade. As seções responsáveis pelo acesso direto do cidadão à entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias

e sugestões são a Ouvidoria, a Secretaria Geral, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, bem como outros setores que possuem recepções e caixas de sugestões próprias.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC foi instituído como canal de comunicação, nos termos do disposto pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18/11/2011. Este serviço está disponível para solicitação e retirada de dados pertinentes ao hospital, tanto em meio físico quanto eletrônico. Diversas informações de interesse público são disponibilizadas diretamente no portal eletrônico do hospital, por intermédio do endereço eletrônico <http://www.hfa.mil.br/>; o cidadão deverá clicar no ícone Acesso à Informação, localizado no canto inferior esquerdo da página.

Além de realizar consultas neste sítio, poderá ainda deixar suas críticas, dúvidas, sugestões e qualquer cidadão pode solicitar maiores esclarecimentos por intermédio dos canais de comunicação do Serviço de Informação ao Cidadão ou pessoalmente na unidade.

Este ícone leva o cidadão à página Portal de Transparência do Hospital das Forças Armadas, a qual é dividida em 15 (quinze) *links*, para esclarecer assuntos que se relacionem com o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como para obter orientação sobre como navegar e consultar as informações disponíveis selecione o tema de seu interesse, o usuário deverá ler as informações importantes sobre o assunto e, caso ainda seja necessário, enviar uma mensagem para a equipe do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O Portal Transparência do Hospital das Forças Armadas disponibiliza os seguintes temas:

a) Institucional: Nesta seção são divulgadas informações institucionais e organizacionais do Hospital das Forças Armadas, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação do HFA.

b) Ações e Programas: Nesta seção são divulgadas informações pertinentes aos programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Hospital das Forças Armadas.

c) Auditorias: Nesta seção são divulgadas informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas no Hospital das Forças Armadas.

d) Despesas: Nesta seção são divulgadas informações sobre a execução orçamentária e financeira detalhada do Hospital das Forças Armadas.

e) Licitações abertas: Nesta seção são divulgadas informações sobre a Intenção de Registro de Preços (IRP), Concorrências e Pregões Eletrônicos em vigência.

f) Servidores: O HFA possui no seu Quadro de Pessoal militar da Marinha, Exército e Aeronáutica, no qual está inserido o pessoal de Carreira, Temporários e Prestadores de Tarefa por Tempo Certo, bem como os servidores civis regidos pelo Regime Jurídico Único – Lei nº 8.112/90, provenientes do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA (Lei nº 11.784/2008), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE (Lei nº 11.357/2006), Lei nº 10.225/2001, além de Médicos Residentes (Lei nº 6.932/81).

g) Convênios: Nesta seção são divulgadas informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pelo Hospital das Forças Armadas.

h) Sobre a Lei de Acesso à Informação: Nesta seção são divulgadas informações sobre a lei de Acesso à Informação, tais como os temas tratados na lei, os procedimentos para solicitação de acesso e mecanismos recursais, estatísticas de acesso, dentre outras informações.

i) Serviço de Informação ao Cidadão: esta seção recebe as solicitações, processa e responde os dados do Hospital das Forças Armadas que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011).

j) Perguntas Frequentes: Nesta seção são divulgadas as perguntas frequentes sobre o Hospital das Forças Armadas e ações no âmbito de sua competência.

k) Fale Conosco: Esta seção possibilita o contato virtual e direto com o sistema de informação. Basta que o usuário envie um *e-mail* para [sic@hfa.mil.br](mailto:sic@hfa.mil.br). Para mais informações deverá entrar em contato pelo telefone 55(61) 3966-2555. Caso deseje atendimento presencial, deverá se dirigir ao SIC

do HFA, localizado na entrada B do prédio da Administração (Hospital das Forças Armadas - Estrada Contorno do Bosque, s/nº - Cruzeiro Novo).

l) Como Navegar no Portal: Esta seção possibilita ao usuário informações de como utilizar o portal, tais como a navegação pode ser iniciada através da barra (menu) horizontal, bem como por meio dos ícones representativos das funções desejadas que levam diretamente para o *link*.

m) Publicação do Rol de Documentos Classificados e Desclassificados: Para atender ao que determina o art. 30 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de sua regulamentação, o Hospital das Forças Armadas torna pública as relações de documentos classificados e desclassificados em grau de sigilo. Essa medida de transparência ativa segue orientações do Governo Federal – em especial aquelas emanadas da Controladoria-Geral da União (CGU).

As relações publicadas abrangem os seguintes setores da estrutura organizacional: Direção e Secretaria Geral do Hospital das Forças Armadas, e divide-se em Rol das informações classificadas e Rol das informações desclassificadas.

n) Carta de Serviço ao Cidadão: Estabelecida pelo Decreto Nº 6.932 de 11 de agosto de 2009 da Casa Civil da Presidência da República, é um documento que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pelo HFA, como acessar e obter esses serviços e as mais diversas instalações físicas do hospital, e quais são os compromissos e padrões de atendimento assumidos.

Em 2015 o SIC recebeu 120 (cento e vinte) pedidos de acesso à informação, tendo sido todos respondidos e disponibilizados no portal do HFA na internet para consulta, elementos importantes para o aperfeiçoamento e qualidade dos serviços.

#### **4.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES**

Os elementos arquitetônicos existentes no HFA acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Pessoas com Necessidades Especiais – PNE), estão adequadas às leis e normas vigentes de acessibilidade, em especial a Lei Nº 10.098/2000 (normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida), ao Decreto Nº 5.296/2004 (prioridade de atendimento às pessoas que especifica a Lei Nº 10.098/2000), a NBR 9050/2004 (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), ao RDC Nº 50/2002 (Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde), a Lei Nº 2.105/1998 (Código de Edificação do Distrito Federal), e a Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Para isso, foram selecionados pontos essenciais de acesso e circulação dos usuários do HFA (estacionamentos, bloco da unidade de urgência e emergência, bloco da unidade ambulatorial, bloco da unidade de internação, bloco da unidade administrativa com auditório) de acordo com as normas vigentes e o que foi adaptado no exercício de 2014 e 2015 com o auxílio da Divisão de engenharia.

O acesso ao HFA dá-se por meio de transporte particular e por transporte coletivo. Existem próximas ao portão de entrada comum paradas de ônibus cujo deslocamento do transeunte é feito por meio de calçadas. As calçadas possuem rebaixamentos e rampas para facilitar o acesso de PNE. As calçadas passam por reparos periódicos, de acordo com as necessidades e desgastes, para nivelamento facilitando a circulação do transeunte. Existem nas vias internas do hospital alguns pontos com faixas de pedestres, sinalizadores no asfalto e quebra molas que orientam e facilitam o fluxo do trânsito de veículos e pessoas, para proteção dos usuários.

Desde a entrada do hospital existem placas indicativas e de orientações de estacionamentos e localização dos blocos da unidade hospitalar.

A vegetação existente passa por cuidados diários para que galhos não fiquem pendentes e raízes não fiquem expostas e causem acidentes.

Nos estacionamentos do HFA existem vagas reservadas para idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais, nos estacionamentos para o público em geral. As vagas são identificadas por

sinalização horizontal (desenho no piso e área livre para desembarque) e sinalização vertical (placas indicativas).

O acesso das vias para as edificações são sempre feitas através de rebaixamento do meio fio ou por rampas com inclinação adequada.

Todos os blocos possuem o nome da unidade escritas na fachada.

As unidades possuem balcões de identificação onde os funcionários fornecem orientação, localização e fazem o controle do fluxo para as pessoas autorizadas.

Existe em pontos do hospital mobiliário adaptado para os PNE como telefone público, equipamento de registro de ponto e bebedouros.

As unidades estão sinalizadas com totens e painéis suspensos informando quais tipos de clínicas e setores existem no bloco e indicando com setas onde estão localizados.

Todas as circulações internas obedecem às dimensões mínimas exigidas em normas vigentes. Os pisos internos são nivelados. Rampas internas possuem material antiderrapante. As escadas possuem faixa antiderrapante nos degraus e corrimão em ao menos um dos lados. Os elevadores apresentam boa manutenção, possuem sinalização sonora indicando a localização e a direção vertical, e o painel apresenta tanto a indicação dos andares escrita de forma convencional como em braile.

Os banheiros da maioria dos quartos de internação estão adaptados para os PNE com barras de apoio próximo aos vasos sanitários e chuveiros, campainha de emergência, portas de 0,90m abrindo para fora ou de correr, área de giro livre de no mínimo 1,10m.

Todos os blocos do complexo hospitalar possuem ao menos um banheiro adaptado para os PNE.

O auditório, localizado no bloco da Administração, possui porta ampla, rampa de acesso ao espaço interno e espaço livre específico para cadeirante.

Em 2014, foi reestruturado todo o estacionamento frontal do HFA, reorganizando o fluxo, aumentando a quantidade de vagas e incluindo mais vagas específicas para idosos, gestantes e PNE.

Foram feitas manutenção dos pisos e das fitas antiderrapantes nas diversas escadas e rampas.

Na reforma do 8º andar foram incluídos itens de acessibilidade como o banheiro no corredor adaptados ao PNE para funcionários e visitantes, portas dos quartos se aproximando ao máximo possível a 1,10m de largura, portas dos banheiros dos quartos com 0,90m, banheiros dos quartos todos adaptados e nos corredores o bate maca é do tipo destacado da parede que também é usado como corrimão.

Na reforma da clínica de Ortopedia os consultórios foram redimensionados para terem a área mínima exigida e portas de acesso com 90 cm, as circulações internas foram dimensionadas com 1,20 m assim como exigem as normas vigentes.

Em 2015, especificamente, foi confeccionado o projeto e a obra de adequação da recepção da Radiologia, incluindo a construção de novo balcão com guichê adequado para atendimento aos PNE.

Os banheiros da recepção central da lâmina hospitalar, próximo a farmácia, foram reformados incluindo Box sanitários adequados ao uso de PNE.

Também foram confeccionados projetos para adequação/troca das portas dos quartos de internação do 11º andar e de reforma dos banheiros de PNE localizados no ambulatório e na emergência para que esses também sejam adequados às normas vigentes.

Todos os projetos confeccionados pela Seção de Engenharia visam atender sempre as normas vigentes, inclusive relativos à acessibilidade, aos critérios de humanização; e em toda revitalização e readequação os itens tem sido observados e utilizados, como por exemplo, nos projetos para construção de rampa de acesso ao Serviço da Anatomia Patológica e dos banheiros para PNE na antiga instalação da lanchonete.

## 5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZACÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

#### a) NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Hospital são efetuados considerando os seguintes itens:

1) **Método de Depreciação:** Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;

2) **Taxas de Depreciação:** Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6, do referido documento, a seguir detalhado:

3) **Base da Depreciação:** Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;

A partir do exercício de 2010, o Hospital das Forças Armadas passou a efetuar a contabilização da depreciação de acordo com os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e conforme procedimentos especificados na Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

Em obediência aos normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização do registro da depreciação, foram definidos os seguintes critérios:

1) **Vida Útil:** de acordo com a tabela da Macrofunção 02.03.30 do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (item 27):

- máquinas - 10 anos
- veículos - 5 anos
- móveis - 10 anos
- imóveis - 25 anos

2) **Valor Residual:** Tabela Macrofunção 02.03.30 do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (item 27):

Cálculo: Valor de Entrada X Valor Residual em %;

3) **Depreciação Mensal:**

$$\text{Cálculo: } \frac{\text{Valor Depreciável}}{\text{Vida Útil (em meses)}}$$

4) **Método de depreciação:** Método de Cotas Constantes;

5) **Início da depreciação:** bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010;

Com a adoção da depreciação, os bens do ativo imobilizado passaram a ser mensurados na contabilidade pelo valor real, sendo deduzidos valores em razão dos desgastes pelo tempo e pelo uso, conforme orientações do Manual SIAFI.

Estes desgastes são contabilizados deduzindo os valores dos bens em contrapartida de conta de despesa, cujo resultado impacta em redução da situação patrimonial do Hospital.

No exercício de 2015 essa redução no patrimônio foi de **R\$ 2.704.838,61** conforme registrado na conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis e **R\$ 93.758,76** registrado na conta 3.3.3.1.1.02.00 - Depreciação de Bens Imóveis.

Em dezembro de 2015 foi apropriada despesa referente à amortização de softwares adquiridos conforme as notas de empenhos 2015NE801298, 2015NE801299 e 2015NE801300. Esta apropriação impactou em uma redução no patrimônio no valor de **R\$ 216.427,97** que foi registrado na conta 3.3.3.2.1.02.00 – Amortização de Intangível.

#### b) NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Hospital estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6ª edição, que estabelece:

- 1) **Disponibilidades:** estão mensuradas pelo valor original;
- 2) **Créditos e obrigações:** estão mensuradas pelo valor original;
- 3) **Estoques:** estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o Custo Médio Ponderado. O Ministério da Defesa realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços;
- 4) **Imobilizado:** seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação;
- 5) **Intangível:** seu registro é realizado com base no valor de aquisição.

Em observância à NBC T 16.10 o Hospital efetuou os seguintes registros em 2015:

- Registro dos rendimentos de aplicações financeiras nas contas 1.1.1.1.1.50.06 - Fundo de Aplicação financeira e 4.4.5.2.1.01.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras, no valor de **R\$ 694.423,69**;

- Provisões de receitas a receber registradas nas seguintes contas contábeis:

- 1.1.2.2.1.01.06 - Faturas/dupl. a Rec. - Prestação de Serviços no valor de **R\$ 3.162.184,08**;
- 1.1.2.2.2.01.06 - Faturas/dupl a Rec. – Prest. de Serviços – Intra no valor de **R\$ 12.531.862,94**;
- 1.1.2.3.1.01.00 – Cred. por Transf. de Instituições Privadas no valor de **R\$ 30.000,00**.

- Provisão de despesas na conta 2.1.3.1.1.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais no valor de **R\$ 882.759,24**.

## 5.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula: O Hospital das Forças Armadas não dispõe de uma seção ou subunidade específica para gerenciamento de custos. Porém, possui uma Diretoria de Coordenação Administrativa e Financeira que possui diversas Seções subordinadas e uma Assessoria de Planejamento e Gestão. Cada Seção alimenta a Diretoria de Coordenação Administrativa e Financeira que sob orientação do Ordenador de Despesas gerencia todo Orçamento do HFA.
- b) identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados: não são apurados custos de unidades específicas, mas quando necessário para o processo de tomada de decisões por parte da Diretoria do HFA, são levantados os custos de atividades específicas.
- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos: o HFA não dispõe de um sistema informatizado de apuração de custos. Os custos quando apurados são feitos por meio de planilhas utilizando as informações do SIAFI.
- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos: os custos são divididos de forma geral em gastos com despesas da atividade fim (hospitalar) e atividade meio. Estas se dividem em despesas fixas (contratos), aquisições de material de consumo, contratação de serviços, aquisição de materiais permanentes, pagamentos de médicos residentes e diárias e passagens.

- e) impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos: não houveram impactos significativos atribuídos a atividade de gerenciamento de custos.
- f) relatórios utilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão: não foram emitidos relatórios no exercício de 2015.

### 5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão apresentadas de forma consolidada no Anexo I.

### 5.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

#### DECLARAÇÃO PLENA

Quadro 5.4 – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS		112408	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	19/02/2016
Contador Responsável	GILMAR CARLOS DANTAS	CRC nº	DF-013170/O-7

## **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

### **6.1 GESTÃO DE PESSOAS**

A composição e distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas: está de acordo com o publicado na PORTARIA NORMATIVA Nº 2.744, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, DOU de 23/12/2015 (nº 245, Seção 1, pág. 60).

O Hospital das Forças Armadas apresentou em 2015 uma previsão total de vagas em seu quadro de pessoal efetivo da ordem de 3.484 cargos. Entretanto, o quadro efetivo existente contou apenas com 1.837 servidores, ou seja, um déficit de 1.647 vagas, correspondente a 47,27% do quadro total. Considerando-se a existência de 08 servidores sem vínculo em cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS, o quadro total de servidores lotados no HFA em 2015 foi de 1.845.

Do total de servidores, 1.486 foram lotados na atividade finalística da unidade e 359 na atividade meio, ou seja, 80,55% e 19,45% respectivamente. Considerando-se o nível de escolaridade exigido pelos cargos, a lotação foi de 536 servidores em cargos de nível superior, 1.280 em nível intermediário e 29 em nível auxiliar. Agrupando-se os servidores por tipo de regime e/ou vínculo, em 2015 a configuração foi de 1.431 servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA; 219 pertencentes ao Plano Geral de cargos do Poder Executivo – PGPE; 183 empregados públicos celetistas regidos pela Lei nº 10.225/2001; 04 empregados públicos em regime de contratação temporária, regidos pela Lei nº 8.745/1993; e 08 servidores sem vínculo em cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS.

A gestão de capacitação e treinamento do hospital visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional por meio da realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como o custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

As atividades de capacitação e treinamento no âmbito do Hospital das Forças Armadas durante o exercício de 2015 compreenderam a participação de seus servidores em congressos nacionais e internacionais; a participação em cursos realizados em instituições externas ou em eventos realizados na própria instituição; o comparecimento a jornadas, conferências e seminários, dentre outros eventos que contribuam para a formação do servidor e para a melhoria do exercício de suas capacidades laborais. Em 2015 foram capacitados 323 (trezentos e vinte e três) servidores, de um público médio total de 1.739 servidores civis. Desta forma, o índice médio de capacitações alcançou o percentual de 18,6% de servidores capacitados na instituição, frente a 12,1% de servidores capacitados no exercício de 2014.

As principais despesas associadas à manutenção de pessoal na unidade dizem respeito à folha de pagamento de pessoal civil da unidade, que inclui seus vencimentos e auxílios, bem como a concessão de outros benefícios indiretos como programas de capacitação e treinamento internos e externos e a manutenção de Próprios Nacionais Residenciais que permitem a moradia de servidores civis e militares em unidades funcionais de habitação.

Os custos com a folha de pagamento dos servidores civis de carreira vinculados ao órgão totalizou o montante de R\$ 129.370.750,49. As despesas com servidores sem vínculo com a administração pública, em geral cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) perfizeram em 2015 um total de R\$ 249.936,07 e as despesas com servidores em regime de contratação temporária alcançaram o total de R\$ 210.570,86. Os gastos com servidores cedidos com ônus para a administração do hospital totalizaram R\$ 1.672.312,02.

A apuração de irregularidades relacionadas ao pessoal da unidade são desempenhadas em conjunto pelas áreas de Assessoria Técnica Especial e pela Seção de Pessoal Civil, através da Subseção de Legislação de Pessoal, cabendo-lhes acompanhar, conforme determinação da Direção do hospital, a instauração e demais fases relativas a processos administrativos disciplinares e sindicâncias

investigativas e apuratórias. Todas as fases dos referidos procedimentos devem ser registradas no sistema CGU-PAD, nos termos do disposto na Portaria CGU nº 1.043/2007.

O controle do andamento dos processos é realizado por intermédio do sistema CGU-PAD que permite o controle de prazos, dados estatísticos, quantitativo de procedimentos instaurados, etapas em que se encontram cada apuração, bem como eventuais punições aplicadas, conferindo transparência e lisura aos processos em curso.

No decorrer do ano de 2015, em relação ao pessoal civil do Hospital, foram instaurados 7 (sete) Processos Administrativos Disciplinares, 5 (cinco) Sindicâncias Acusatórias; sendo uma delas para apuração de ocorrência de dano ao Erário; 1 (uma) Sindicância Investigativa e 1 (um) Procedimento Disciplinar, tendo em vista o quadro de pessoal deste Nosocômio contar com Empregados Públicos, regidos pela CLT.

No tocante aos julgamentos emitidos, em um dos processos instaurados foi aplicada a penalidade de Advertência ao servidor acusado. Além disso, houve 3 (três) arquivamentos, enquanto que os 10 (dez) processos restantes ainda estão em andamento.

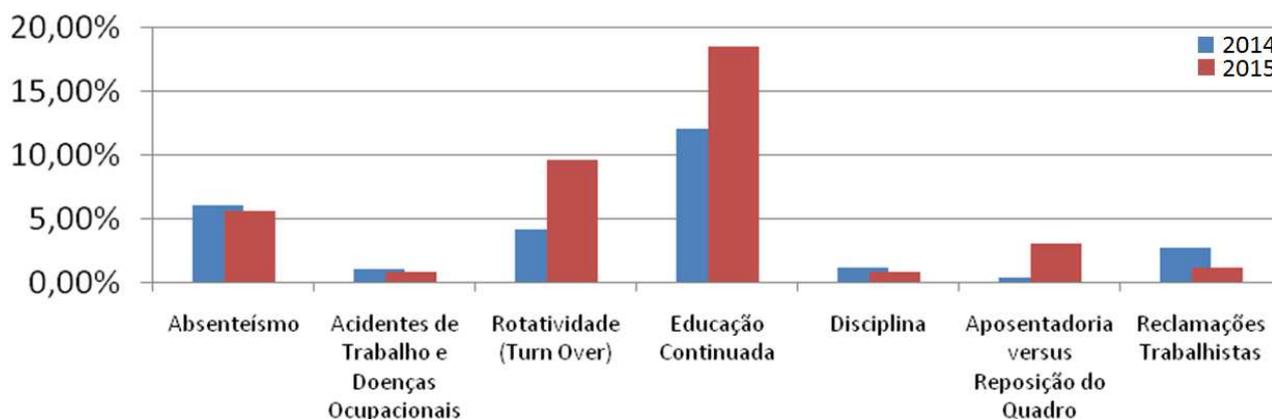
No que tange à verificação de acumulação indevida de cargos, empregos ou funções públicas, o procedimento adotado por este Hospital é o constante do artigo 133, da Lei nº 8.112/90, o qual prevê que “detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, o servidor é notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, será adotado procedimento sumário para apuração e regularização imediata.

Em 2015, 09 (seis) servidores foram notificados em virtude da verificação de possível acumulação ilícita de cargos. Destes, 04 (quatro) casos foram solucionados, tendo os servidores regularizado a situação por meio de opção por um dos vínculos constatados, solicitado redução de carga horária na unidade ou ainda tendo solicitado exoneração da unidade. Os outros 05 (cinco) casos estão sob análise administrativa, tendo 02 (dois) servidores ingressado judicialmente com pedido de Mandado de Segurança.

Os principais riscos na área de gestão de pessoas do HFA são os relacionados à evasão de pessoal, em função da baixa remuneração dos seus servidores. Visando minimizar essa situação, foi enviado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, via Ministério da Defesa, o Processo nº 0550.000149/2011-55, solicitando a reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA, com melhorias salariais. Como não foi atendido o pleito, foi reiterada a solicitação, com as devidas atualizações dos dados.

Com o intuito de demonstrar as características a respeito dos Indicadores de Recursos Humanos do Hospital das Forças Armadas (HFA), estabeleceu-se um comparativo, conforme gráfico abaixo, dos percentuais alcançados nos anos de 2014 e 2015, de modo a auxiliar o desenvolvimento de estratégias de gestão.

**Gráfico 6.1 – Comparativo dos percentuais de Indicadores de Recursos Humanos de 2014 e 2015**



**Fonte:** Diretoria de Recursos Humanos

Ao analisar o índice **Absenteísmo**, nota-se um decréscimo de 0,4%, partindo de 6,1% para 5,7% nos anos de 2014 e 2015. Tal diminuição se deve ao menor número de ausências por parte dos servidores, levando-se em conta a igualdade em dias úteis entre 2014 e 2015.

Com relação ao indicador de **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**, pode-se observar uma pequena, porém significativa, diminuição de 0,2% nos afastamentos de servidores relacionados às doenças provocadas no trabalho. Em 2014 foram 1,1% e em 2015 0,9%.

A respeito da **Rotatividade (Turn Over)**, houve um progresso expressivo de 4,21% em 2014 para 9,57% em 2015, um salto de 5,49%. Essa elevação se deve ao ingresso de novos servidores estatutários na área fim, aprovados em concurso público. Ressalta-se que neste aspecto a elevação do índice caracterizou-se como positiva, uma vez que a rotatividade foi proveniente, sobretudo, de ingressos e não de egressos.

Com relação aos indicadores de **Educação Continuada**, notavelmente o índice se elevou de 12,1% para 18,6% em 2015, uma elevação de 6,5%. Tal porcentagem demonstra um aumento no número de servidores que participaram de eventos de capacitações, principalmente nos meses de maio, agosto e outubro de 2015.

Ao se falar em **Disciplina**, a situação se demonstra positiva. Em 2014 o Hospital das Forças Armadas concluiu este indicador com 1,2% e em 2015, com 0,9%. Demonstrando ações de conscientização no trabalho e melhoria das relações interpessoais.

Relevante alteração ocorreu em relação ao indicador de **Aposentadoria versus Reposição do Quadro**, para o qual em 2014 obteve-se um índice de 0,48% e em 2015 de 3,08%. Essa elevação se deveu ao fato de que em 2015 houve o ingresso dos servidores estatutários na área fim, aprovados no Concurso. Mesmo com um número significativo de aposentadorias, este se demonstrou pequeno frente ao ingresso de servidores.

Nos indicadores relacionados às **Reclamações Trabalhistas** houve uma queda de 2,8% para 1,17% demonstrando uma redução de 1,63%, em 2015, na quantidade de reclamações por parte dos servidores do HFA.

**Quadro 6.1 – Indicadores relacionados às reclamações trabalhistas**

INDICADORES	2014	2015
Absenteísmo	6,1%	5,7%
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	1,1%	0,9%
Rotatividade ( <i>Turn Over</i> )	4,21%	9,57%
Educação Continuada	12,1%	18,6%
Disciplina	1,2%	0,9%
Aposentadoria <i>versus</i> Reposição do Quadro	0,48%	3,08%
Reclamações Trabalhistas	2,8%	1,17%

**Fonte:** Diretoria de Recursos Humanos

### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

**Quadro 6.1.1a – Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	3.380	1.835	251	83
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.380	1.835	251	83
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.378	1.833	251	83
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	-	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	106	4	-	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	3.494	1.847	251	83

Fonte: Seção de Pessoal Civil

**Quadro 6.1.1b – Força de Trabalho da UPC (Militares da Marinha)**

TIPOS DE CARGOS	PREVISTOS	EXISTENTES	INGRESSO 2015	EGRESSO 2015
CARREIRA	30	33	9	5
TEMPORÁRIOS	0	2	0	1
PTTC	0	6	0	0
<b>TOTAL</b>	30	41	9	6

Fonte: Seção de Pessoal Militar

**Quadro 6.1.1c – Força de Trabalho da UPC (Militares do Exército)**

TIPOS DE CARGOS	PREVISTOS	EXISTENTES	INGRESSO 2015	EGRESSO 2015
CARREIRA	281	93	23	12
TEMPORÁRIOS	0	164	24	34
PTTC	0	36	7	3
<b>TOTAL</b>	281	293	54	49

Fonte: Seção de Pessoal Militar

**Quadro 6.1.1d – Força de Trabalho da UPC (Militares da Aeronáutica)**

TIPOS DE CARGOS	PREVISTOS	EXISTENTES	INGRESSO 2015	EGRESSO 2015
CARREIRA	91	17	1	2
TEMPORÁRIOS	0	38	5	11
PTTC	0	11	3	1
<b>TOTAL</b>	91	66	9	14

Fonte: Seção de Pessoal Militar

**Quadro 6.1.1e – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	354	1.481
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	354	1.481
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	353	1.480
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	4
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	6	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	360	1.487

Fonte: Seção de Pessoal Civil

**Quadro 6.1.1f – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	14	14	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	14	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	8	8	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	70	69	6	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	70	69	6	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	84	84	9	10

Fonte: Seção de Pessoal Civil

### Análise Crítica

O HFA vem ao longo dos anos atravessando sérias dificuldades na retenção de seus recursos humanos, tanto na área fim, quanto na área meio, pelo fato de que, dentre outras, não possui uma tabela remuneratória atrativa. Nesse sentido, existe uma grande diferença entre a lotação efetiva atual e a lotação autorizada, que vem aumentando gradativamente. Visando minimizar esta situação, esforços vêm sendo envidados pela Administração do HFA, no sentido de obter aprovação do Processo de Reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do HFA, junto ao Ministério da Defesa/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com relação aos cargos comissionados, o HFA possui apenas 14 (quatorze) DAS nos níveis “1” e “2” quantitativo, portanto, muito aquém da necessidade.

**Relação entre servidores efetivos e temporários:** está de acordo com o descrito no Quadro abaixo

**Quadro 6.1.1g – Efetivo de militares de carreira e temporários.**

QUADRO	CARREIRA	TEMPORÁRIO	TOTAL	% CARREIRA	% TEMPORÁRIO
OF	76	128	204	37,25	62,75
PR	101	125	226	44,69	55,31
OF/PR	177	253	430	41,16	58,84

Fonte: Seção de Pessoal Militar

Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim: os militares estão distribuídos de acordo com a referenciação constante do Quadro de Cargos de Previstos (QCP). Atualmente, encontra-se em estudo uma proposta de alteração do atual QCP, com o aumento do efetivo militar nos diversos setores da atividade-fim do HFA.

Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade e outros aspectos relevantes no contexto da unidade: está descrito conforme informações constantes do quadro abaixo, relativo ao efetivo militar do HFA.

**Quadro 6.1.1h – Resumo de Escolaridade**

Ordem	Escolaridade	Total
1	Fundamental	17
2	Médio	55

3	Superior	97
4	Pós Graduação - Especialização	33
5	Pós Graduação - Mestrado	5
6	Pós Graduação - Doutorado	1
7	Não identificado	101
8	TOTAL	309

**Fonte:** Seção de Pessoal Militar

#### **6.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal**

Em relação ao tema, os militares são classificados no HFA mediante processo de seleção conduzido pelas respectivas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). O HFA informa o perfil desejado e os atributos profissionais necessários para o desempenho funcional, cabendo às Forças selecionar os militares, de acordo com seus próprios indicadores. O desempenho dos militares pertencentes ao HFA é gerenciado pelos sistemas de avaliação de desempenho de cada força, que possuem critérios próprios.

## 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 6.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	98.771.653,62	532.921,25	8.948.569,52	7.421.967,29	5.631.953,67	4.779.605,06	3.046.099,31	11.726,39	226.254,38	129.370.750,49
	2014	102.110.108,08	495.064,83	8.763.590,38	8.232.985,22	5.467.189,94	6.804.481,81	3.154.736,43	15.118,56	245.672,60	135.288.947,85
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	249.936,07	-	-	-	-	-	-	-	-	249.936,07
	2014	290.922,81	-	-	-	-	-	-	-	-	290.922,81
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	1.372.057,72	-	100.448,19	36.085,63	57.185,00	106.535,48	-	-	-	1.672.312,02
	2014	1.207.584,34	3.116,50	103.040,89	43.155,10	83.255,73	12.507,78	-	-	-	1.452.660,34
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	162.942,72	-	21.386,22	26.241,92	-	-	-	-	-	210.570,86
	2014	157.624,45	-	21.513,52	18.817,97	1.686,97	-	-	-	-	199.642,91

Fonte: Seção de Pagamento de Servidores Civis

### **6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Principais riscos identificados na gestão de pessoal militar da Marinha do Brasil: dificuldade em cumprir o cronograma de atividade da subseção MB, virtude falta de pessoal, a subseção encontra-se somente com um militar, sob a responsabilidade de gerenciar a carreira de 44 militares incluindo um Oficial General.

Principais riscos identificados na gestão de pessoal militar do Exército Brasileiro: necessidade de um banco de dados, em substituição ao PMIL, em uma plataforma mais segura; inconsistências nas informações prestadas pelos militares e também nas informações existentes no banco de dados do Departamento Geral do Pessoal; demandas de diversas pesquisas, relações e levantamentos de informações não gerenciáveis pelo PMIL; o Boletim Interno disponibilizado na rede com defasagem temporal, o que ocasiona sensíveis prejuízos à administração; o Boletim Reservado, normalmente ocorre 01 (uma) vez por mês o que atrapalha a publicação e tramitação de certos documentos que necessitam destas publicações para darem seu andamento processual; necessidade de um maior conhecimento e controle de informações dos militares distribuídos nas diversas clínicas, o registro de férias, quer regulamentares ou radiológicas e o repasse dos períodos solicitados pelos militares à SDPM; remessa de documentos ao DRH, com erros ou fora dos padrões determinados, pelas secretarias das clínicas do HFA; falta de apresentação do militar de carreira e PTTTC por início/término de dispensa, férias, recompensas, etc; e dificuldade da realização das diversas providências a serem tomadas pelo militar (temporário) interessado no tocante aos processos de Prorrogação de Tempo de Serviço, Promoção e outras atividades.

Principais riscos identificados na gestão de pessoal militar da Força Aérea: concessão e alteração de férias após publicação do Plano de Férias em Boletim, bem como um elevado índice de pedidos de alterações de férias, inviabilizando o “Plano”; dificuldade em realizar o reacompanhamento do efetivo da FAB (dificuldade de preencher a Tabela de Lotação de Pessoal); Prorrogação de Tempo de Serviço (falta de comprometimento e apatia por parte dos militares para solicitar a prorrogação, a não realização de exames dentro do prazo e não se preocupam com os critérios para prorrogação); falta de acesso ao Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal da Aeronáutica (SIGPES), o que dificulta o gerenciamento administrativo do efetivo e o bom andamento do serviço; e a falta de acesso ao Sistema acima mencionado acarreta um trâmite ainda maior e mais demorado para a resolução de problemas, publicações e concessões a serem feitas aos militares do efetivo.

Desta forma, faz-se a publicação em BI/HFA, ofício ao COMAR VI para transcrição das matérias já publicadas para posteriores publicações, concessões e pagamentos financeiros a serem feitos nas alterações dos militares.

No ano de 2015 houve um número expressivo de problemas financeiros ocasionados por esse lapso temporal entre a solicitação do militar / a aquisição do direito e sua respectiva publicação e concessão dos direitos financeiros.

Alguns problemas ocorridos com vários militares: atraso no recebimento dos proventos salariais, do adicional de férias, do adicional de compensação orgânica, do auxílio transporte, do auxílio fardamento, do recebimento de auxílio natalidade, de promoção e do adicional de habilitação; débitos indevidos nos contracheques; retirada do contracheque das cotas de compensação orgânica já incorporadas pelos militares que exercem atividades efetivas com raios-x ou substâncias radioativas, por um período ininterrupto de um ano, cujo pagamento desse adicional é definitivo, e corresponde aos períodos de efetivo exercício da atividade; retirada do contracheque dos complementos das cotas de compensação orgânica que são pagos; e não inclusão de dependentes dos militares no cadastro de dependentes e na declaração de beneficiários, apesar das publicações em Boletim do HFA e do VI COMAR.

Principais providências adotadas pela carteira responsável pelo pessoal militar da Marinha do Brasil: foi solicitado ao Comando da Marinha um Sargento para auxiliar a Subseção da Marinha.

Principais providências adotadas pela carteira responsável pelo pessoal militar do Exército Brasileiro: contato próximo com as secretarias das diversas clínicas, bem como com os militares à fim de orientá-los quanto às providências de documentação de acordo com os prazos e padrões determinados pelo HFA, remessa de Plano de Férias e redação de outros documentos cujos modelos encontram-se disponíveis na Rede do HFA; busca-se viabilizar junto às secretarias de clínicas da atividade fim, acesso para que estas atualizem os dados relativos ao seu efetivo, mediante registro eletrônico (nome/data/seção) daquele que efetue tal alteração/atualização; atendimento telefônico e/ou pessoalmente para prestar informações e orientações aos usuários solicitantes; antecipação na confecção de documentos com prazos pré-fixados; realização de leituras de documentos internos e externos, análise e estudo de processos e solicitações em horários externos ao expediente; e realização de diversas pesquisas, relações e levantamentos através de consultas e criação de novas tabelas, a fim de atender as demandas emanadas pela Direção.

Principais providências adotadas pela carteira responsável pelo pessoal militar da Força Aérea: contato próximo com as secretarias das diversas clínicas, bem como com os militares a fim de orientá-los quanto às providências de documentação de acordo com os prazos e padrões determinados pelo HFA, remessa de Plano de Férias e redação de outros documentos cujos modelos encontram-se disponíveis na Rede do HFA; foi solicitado acesso ao Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal da Aeronáutica (SIGPES) e ao Sistema de Aplicativos da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica ao VI COMAR, através dos ofícios no 4469 - Gab VD/SeçAer/DRH – HFA, de 19 de novembro de 2014 e no 4520 - Gab VD/SeçAer/DRH – HFA, de 26 de novembro de 2014, respectivamente, mas até o presente momento não foi deferido pela autoridade competente.

Principais providências relativas a problemas ocorridos com diversos militares: foram orientados e conscientizados sobre como planejar as férias para que se evite transtornos administrativos; foi informado a Seção de Inteligência sobre a necessidade de se obter uma rede sigilosa; foi encaminhado Ofício, ao MD, solicitando recompletamento de pessoal; estão sendo orientados sobre conscientização das responsabilidades de cada um no processo; contato direto com a TI, informando as dificuldades do PMIL, a fim de serem sanadas; foi encaminhado Ofício, ao MD, solicitando recompletamento de um Cb ou Sd para atender as necessidades da seção; aviso em Formatura diária sobre a importância de acompanhar as ATAS DE INSPEÇÃO DE SAÚDE de mapear e acompanhar seu documento; e divulgado em reuniões, formaturas e quadro de aviso sobre as necessidades de comparecimento dos envolvidos e nos respectivos dias da realização dos TAFs e a necessidade e importância de se apresentarem para início e término de férias.

### 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

**Quadro 6.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

Unidade Contratante						
Nome: HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS						
UG/Gestão: 112408						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	Situação
			Início	Fim		
2011	Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a prestação de serviços técnicos, de forma permanente e de serviços de consultoria, de forma eventual, no que se refere ao cuidado das tecnologias em saúde.	04.128.433/0001-88	29/02/2011	29/02/2017	Não há exigência	P
2015	Prestação de serviços de mão de obra para serviços de agente de portaria, cabineiro (ascensorista) e encarregado geral.	04.356.735/0001-03	12/02/2015	11/02/2017	Não há exigência	P
2015	Serviço de limpeza técnica hospitalar e administrativa.	00.339.291/0001-47	01/02/2015	31/01/2017	Não há exigência	P
2015	Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar.	00.339.291/0001-47	10/12/2015	31/03/2016	Não há exigência	E
2015	Fornecimento de refeições para pacientes e servidores do HFA.	02.540.779/0001-63	01/05/2015	30/04/2016	Não há exigência	P
2010	Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e telefônicas; dos sistemas de gases medicinais, de geração de vapor, de prevenção contra e combate a incêndio, de prevenção contra descargas atmosféricas; de serviços de manutenção e modernização de bens móveis e imóveis.	72.581.283/0001-13	21/01/2010	20/01/2016	Não há exigência	E

**Fonte:** Subseção de contratos do HFA

### **6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

Não houve ocorrência neste exercício.

## **6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA**

### **6.2.1 Gestão da frota de veículos própria**

Não foram inseridas informações sobre veículos contratados de terceiros, haja vista que esta UJ não dispões deste tipo de frota.

**a)** Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Nr 2, da letra d), do Item XI, do Artigo 5º e Item III, do Artigo 67, ambos da Portaria Normativa Nr 1037/MD, de 17 Abr 12, Regimento Interno do HFA.

**b)** A importância da frota de veículos nas atividades do HFA vem das mais de 80 (oitenta) seções atendidas pela Seção de Transporte. Apoiando o serviço do corpo de saúde e os serviços administrativos.

- Apoio à atividade fim (saúde):

Os principais apoios são: transporte de pacientes em estado grave ou não, transporte para o banco de leite, transporte para o banco de sangue, transporte para o serviço de farmácia, transporte de pessoal das diversas clínicas, transporte para assistência social.

- Apoio às atividades administrativas:

Para todas as seções administrativas: transporte de pessoal para diversos destinos e atividades, cursos diversos, atividades militar, solenidades civil e militar, audiências, justiça, serviço de estafeta.

**c)** A frota do HFA é composta por 21 veículos, na seguinte distribuição:

- 02 viaturas de representação: 02 PEUGEOT 307 SD;

- 09 viaturas de transporte administrativo: 01 FORD FIESTA HATCH, 01 VW GOL, 04 FIAT UNO MILLE ECONOMY, 01 GM S-10, 01 COROLLA e 01 GM ASTRA;

- 02 viaturas de transporte de carga: 01 CAMINHÃO GMC 7-110 e 01 IVECO CAMINHÃO;

- 04 viaturas de transporte de pessoal (coletivo): 01 SPRINTER MBB 413 CDI, 01, 01 SPRINTER MBB 310D, 01 RENAULT MASTER BUS16 DCI e 01 MICROÔNIBUS AGRALE;

- 04 viaturas de transporte especial (ambulância): 01 AMBULÂNCIA MBB SPRINTER CDI 313, 01 AMBULÂNCIA MBB SPRINTER 313 UTI, 01 AMBULÂNCIA RENAULT MASTER MARIMAR A e 01 AMBULÂNCIA RENAULT MASTER MARIMAR UTI;

**d)** A quilometragem percorrida pelas viaturas no ano de 2014: 147.593 km

- 02 viaturas de representação: 23.344 km;

- 12 viaturas de transporte de pessoal (coletivo): 92.558 km

- 03 viaturas de transporte carga: 7.417 km;

- 04 viaturas de transporte pessoal: 4.822 km;

- 03 viaturas de transporte de especial (ambulância): 19.452 km

**e)** A frota do HFA é composta por: 21 veículos, com idade média de 8,7 anos;

- Viaturas de representação: 9 anos

- Viaturas de transporte de pessoal : 7,77 anos

- Viaturas de transporte carga: 9 anos;

- Viaturas de transporte pessoal (coletivo): 10,5 anos e

- Viaturas de transporte especial (ambulância): 6,25 anos

- Idade média geral das viaturas: 8,7 anos

**f) Gastos com a frota de veículos do HFA em 2014:**

- Lubrificantes: 175 litros
- Combustível gasolina 2014: 13.256 litros
- Combustível diesel 2014: 6.893 litros
- Manutenção anual: R\$ 57.385,00
- Manutenção mensal por veículo (média aritmética): R\$ 2.732,61
- Seguro obrigatório 2014: R\$ 3.128,60
- Licenciamento 2013: R\$ 1.600,00

**g) Plano de substituição da frota do HFA em 2015:**

1) Aquisições de Viaturas:

- 03 (TRÊS) VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO PASSEIO MODELO SEDAN - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 05 (cinco) VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO PASSEIO MODELO HATCH - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 01 (um) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 02 (dois) VEÍCULOS AMBULÂNCIA TIPO "A", para simples remoção - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 01 (um) VEÍCULO AMBULÂNCIA SUPORTE AVANÇADO TIPO "D", UTI Móvel - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 01 (um) VEICULO TIPO CAMINHÃO ¾ ``BAÚ - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 01 (um) VEICULO TIPO CAMINHÃO ¾' COM CARROCERIA ABERTA EM MADEIRA - Fabricação Nacional - Novo - Zero Quilômetro - Ano de Fabricação 2016, Modelo 2017.
- 01 (um) trator com roçadeira;

2) Descargas: foram descarregadas 02 (duas) viaturas administrativas com mais de 10 (dez) anos de uso e 01 (uma) ambulância para simples remoção com 10 (dez) anos de uso.

**h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

- Valor total das aquisição das viaturas listadas no item 1), letra e., excetuando-se as ambulâncias: R\$ 819.000,00 (oitocentos e dezenove mil reais).
- Estimativa de gastos com manutenções preventivas e preditivas, taxas DETRAN e seguro obrigatório, anuais, da viaturas citadas no item anterior: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- Gastos totais, ao longo de cinco anos, com viaturas próprias: R\$ 1.219.000,00 (um milhão, duzentos e dezenove mil reais).
- Valor total dos custos, anual, com aluguel de viaturas, consideradas no item 1), letra e., excetuando-se as ambulâncias: R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).
- Gastos totais dos custos com aluguel de viaturas ao longo de cinco anos: R\$ 2.280.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta mil reais).
- Observação: As empresas de aluguel de serviços de ambulância não fazem orçamentos sem conhecer o grau de complexidade dos atendimentos do hospital, exigindo para tal, reuniões com a direção médica do HFA.

**i) A estrutura de controle para manutenção da frota:**

1) Foi executada de acordo com o plano de manutenção preventiva, observando o que prescreve os respectivos manuais das viaturas do setor de transporte. A seção de transporte adota

critérios de controle e registro na escrituração dos serviços para assegurar uma prestação de serviço eficiente e econômica.

2) As viaturas que necessitam de manutenção/reparação especializada são encaminhadas para oficinas credenciadas.

j) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte: a seção solicitante, com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, solicita a viatura via modelo pré determinado. A Seção de Transporte realiza o agendamento das necessidades verificando os seguintes aspectos: tipo de transporte, horário, local, números de pessoas a serem transportadas. Com tais dados é feito estudo de viabilidade de reunir duas ou três necessidades em uma única viatura, de acordo com os resultados do estudo. A Seção de Transporte dispõe de pessoal e planilhas exclusivas para tal estudo, visando a economia no serviço de transporte.

### **6.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

Os veículos inservíveis ou fora de uso são submetidos a Exame e Averiguação de Material para verificar a viabilidade de recuperação ou não. Caso negativo a viatura é descarregada da carga efetiva do Hospital. A Comissão de desfazimento faz o Termo de desfazimento, descrevendo a destinação do material que geralmente é a transferência para o 16º Batalhão Logístico, do Exército Brasileiro, para que seja feito processo de alienação.

Não há, atualmente, viaturas em processo de descarga. Se houver processo de descarga de viaturas para este ano, não haverá custos para o HFA, uma vez que, a alienação será feita pelo Exército Brasileiro, já aproveitando a equipe e estrutura existente para tal.

### **6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada: a Divisão de Coordenação e Organização Institucional (DCOI) criada em 2015, a qual é atribuída o controle e gestão patrimonial imobiliária do HFA, sendo a Seção de Engenharia e a Seção de PNR subordinadas em seu quadro organizacional.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União: o complexo hospitalar do Hospital das Forças Armadas (HFA) possui uma área total de 357.591,9 m<sup>2</sup>, além dos edifícios diretamente relacionados às atividades hospitalares (centro de internação com 14 pavimentos, ambulatório, emergência, odontoclínica, instituto do coração, unidade de saúde mental, departamento de ensino e pesquisa.) e seu funcionamento (guarita, guarda e contingente militar, administração, seção de transportes, departamento de serviços gerais, almoxarifado, lavanderia, alimentação, depósitos, caixa d'água, energia elétrica, central de ar-condicionado), possui também uma capela, uma agência da Caixa Econômica Federal, uma lanchonete e dois setores residenciais internos.

Os imóveis estão localizados da seguinte forma:

- Setor Hospitalar Sudoeste (SHLSW) – Avenida do Contorno do Bosque - s/nº;
- SHCES Quadra 1303 – Blocos C e D;
- SQN 114 - Blocos A e B; e
- SQS 113 - Blocos C, D, F e J,

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet: as informações relativas aos registros dos imóveis jurisdicionados ao HFA, os quais constam do Sistema de Registro dos Imóveis de Uso da

União (SPIUnet), são lançadas pela Seção de PNR/HFA, subordinada à Divisão de Coordenação e Organização Institucional (DCOI).

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação: conforme Quadro 6.2.1a e 6.2.1b.

e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis: as despesas em manutenção predial das instalações/HFA e de PNR, as quais executadas no exercício financeiro de 2015 pela empresa contratada Tecnical Engenharia Ltda, totalizaram em R\$ 2.754.804,56 (dois milhões setecentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), gastos com mão de obra; e R\$ 1.455.272,64 (um milhão quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), gastos com serviços eventuais e material. O controle financeiro do contrato supracitado é executado por fiscal designado pelo Comandante Logístico/HFA e publicado em Boletim Interno. Em 2015 foram autorizadas 2.744 (duas mil setecentos e quarenta e quatro) Ordens de Serviço (OS), para atendimento das diversas instalações/HFA e permissionários dos PNR. Cabe ressaltar que os valores pagos pelos moradores do PNR a título de taxa de ocupação, custeiam as despesas de manutenção dos PNR.

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los: a gestão dos imóveis relacionada à distribuição dos PNR, os quais jurisdicionados pelo HFA, obedece ao que prevê a Orientação Normativa nº 03/DIR-HFA, de 23 de Junho de 2009. O risco relativo à gestão demonstra-se pela diminuta estrutura física e quantidade reduzida de pessoal pertencente à Seção de PNR/HFA, para administrar a totalidade dos PNR pelo controle da distribuição e apurar os inúmeros casos subjúdice. A destinação dos imóveis obedece o preconizado no Capítulo II da ON supracitada, com observância do que prescreve o Decreto nº 980-Casa Civil Presidência da República, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União aos servidores públicos federais, para evitar a distribuição indevida a servidor que não faça jus a ocupação de imóvel residencial pertencente ao HFA.

Pelo do Decreto nº 34.549 foi aprovado o Projeto Urbanístico de desmembramento da Gleba do Hospital das Forças Armadas pelo Governo do Distrito Federal em 06 de agosto de 2013, com as seguintes fases desenvolvidas em sequência.

1. Em 19 de setembro de 2013, o referido Projeto Urbanístico foi encaminhado a Superintendência do Patrimônio da União - SPU, para fins de registro no Cartório de Registro de Imóveis conforme determina o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 9.636/98.

2. Em 16 de outubro de 2013, através do Ofício nº 1640/2013/CODER/SPU/DF/MP, a Superintendência do Patrimônio da União encaminhou ao Cartório de Registro de Imóveis a documentação referente ao desmembramento e a solicitação de retificação e registro da área.

3. Em 08 de maio de 2014 foram efetivados os registros da área original e do desmembramento, que resultou na criação de duas unidades autônomas com matrículas individuais, a saber: **Área Especial 1** (uso hospitalar), matrícula nº 159993 e **Área Residencial 1**, matrícula nº 159994.

4. Através do Ofício nº 07/2014/CODER/SPU/DF, a Superintendência do Patrimônio da União informou ao HFA que para a efetivação do registro das edificações existentes na Área Residencial 1, com a individualização das unidades habitacionais, segunda etapa do processo de regularização, se faz necessário que o HFA apresente àquela Superintendência a seguinte documentação:

- “Habite-se”, original das edificações;
- Instituição e Convenção do Condomínio residencial e
- Quadro de áreas, com metragem e espaço comum, de acordo com a Lei nº 4.591/64 e em conformidade com a NBR 12.721/06, assinados por Engenheiro, acompanhados de ART.

5. A fim de atender a solicitação da SPU/DF, o Coordenador do Grupo de Trabalho do HFA elaborou Projeto Básico, objetivando a contratação de pessoa jurídica para prestar serviço de assessoria na elaboração e obtenção dos documentos solicitados pela SPU, tendo em vista que o HFA não possui em seu quadro de pessoal, um profissional habilitado para executar o serviço. O pedido de contratação foi feito através do PAM/S nº 01/2014/SDSE que foi protocolado no protocolo do Ordenador de Despesas sob nº 182, de 25/02/2014.

6. Em 10 de setembro de 2014 foi celebrado o Contrato nº 23/2014 com a empresa JKL SERVIÇOS LTDA ME, para a prestação dos referidos serviços de assessoria.

7. Em 08 de dezembro de 2014, através do Ofício nº 4647/2014/DA/SDSE-HFA, o HFA encaminhou à SPU/DF a documentação elaborada pela empresa contratada, listada no item 6 anterior.

8. Em 09 de dezembro de 2014, através do Ofício nº 1710/2014/SEADL/SPU-DF, a SPU/DF encaminhou ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, a referida documentação, com a solicitação dos registros individualizados das unidades habitacionais dos imóveis situados na Área Residencial 1 do Hospital das forças Armadas.

9. Em 06 de janeiro de 2015, através do Ofício nº 05/2015/CODER/SPU/DF, a SPU/DF informou ao HFA que para efetivar o registro das edificações, com a individualização das unidades habitacionais se faz necessário o cumprimento de exigências cartoriais anotadas nas notas de devolução nº 486.033, 486.034 e 486.036, referentes à apresentação dos seguintes documentos:

- Projetos das edificações (plantas) devidamente aprovadas pela Administração Regional do Cruzeiro e,
- As Certidões negativas de contribuições previdenciárias (CND/INSS), em relativas às edificações.

10. Em face das exigências listadas acima, o coordenador do grupo de trabalho solicitou à empresa de assessoria contratada pelo HFA para pesquisar junto à Administração Regional do Sudoeste/Octogonal a fim de obter cópias dos projetos das edificações, bem como a obtenção das CND/INSS referente às edificações.

De acordo com a pesquisa realizada naquela Administração Regional, verificou-se que apenas os cinco primeiros blocos (A, B, C, D e E) têm projeto de arquitetura aprovado e que os demais blocos (F,G,H, I e J), construídos posteriormente, não têm projeto de construção aprovado na Administração Regional, embora tenham sido expedidas cartas de *habite-se* para todos os bloco existentes na Área residencial 1.

Quanto às CND/INSS, a empresa de assessoria contratada pelo HFA está envidando esforços no sentido de obtê-las, porém com dificuldade em virtude de que as construtoras que executaram as obras não efetuaram a matrícula CEI das obras à época da construção.

11. Diante do exposto este Grupo de Trabalho aguarda a resposta da empresa de assessoria contratada pelo HFA sobre a obtenção das referidas certidões. Assim que os referidos documentos estejam disponíveis, os mesmos serão encaminhados à SPU a fim de cumprir as exigências cartoriais.

12. O HFA recebeu o Ofício nº 05/2015/CODER/SPU/DF, da Superintendência do Patrimônio da União, solicitando o cumprimento de exigências cartoriais anotadas nos protocolos nºs 486.033, 486.034 e 786.036.

13. Em 25 de fevereiro de 2015, através do Ofício nº 607/2015/DA/SDSE, o HFA encaminhou àquela Superintendência, os documentos solicitados, com vista a dar cumprimento às citadas exigências cartoriais.

14. Em 24 de março de 2015, o HFA recebeu Ofício nº 412/2015/SECUP/SPU/DF, da Superintendência do Patrimônio da União, solicitando o cumprimento de novas exigências anotadas nos protocolos nº 488.321 e 488.324 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

15. Em 07 de abril de 2015, através do Ofício nº 1182/2015/DA/SDSE, o HFA encaminhou à SPU a documentação solicitada, após haver cumprido as exigências formuladas nas anotações do Cartório de Registro de Imóveis.

16. Em 27 de maio de 2015, por meio de contato telefônico, este Coordenador foi convocado para participar de uma reunião com a Sr<sup>a</sup> Valéria Veloso Caetano Soares, Coordenadora do SPU/DF, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, para tratar do assunto em pauta.

17. O Oficial do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, após análise da documentação recebida da SPU, pronunciou que aquela documentação estava de acordo para a efetivação do registro, faltando, porém a cópia de uma planta contendo a localização das edificações existentes na área desmembrada.

18. Este Coordenador informou que a referida planta estava autuada no processo nº 390.000858/2007/SEDUMA, que deu origem ao desmembramento, o qual estava em poder da SPU.

19. A Coordenadora Valéria se prontificou em localizar tal planta no referido processo e encaminhar cópia àquele Cartório.

20. Conforme relatório anterior datado de 30 de junho de 2015, toda a documentação solicitada pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) através do Ofício nº 412/2015/SECUP/SPU/DF, de 24 de março de 2015, foi encaminhada àquela Superintendência por meio do Ofício nº 1182/2015/DA/SDSE-HFA, de 07 de abril de 2015, após terem sido cumpridas todas as exigências formuladas nas anotações do Cartório de Registro de Imóveis.

21. Em 30 de junho de 2015, através do Ofício nº 2368/2015/DA/SDSE, o HFA solicitou à SPU informações sobre o andamento do registro das edificações da área residencial 1.

22. Em 04 de agosto de 2015, após contato telefônico com a Coordenadora da SPU, o HFA recebeu cópia do Ofício nº 1220/2015/DCODER/SPU/DF, no qual a Superintendência do Patrimônio da União solicita à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH) o fornecimento “das plantas das edificações do Setor Residencial 1 (Blocos “A” ao “J”), devidamente aprovadas pela Administração Regional”, a fim de atender exigência constante da nota de devolução nº 492.359 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, com vista a efetivação do registro das edificações.

23. Em 24 de setembro de 2015, através do Ofício nº 1266/2015/CODER/SPU/DF, a SPU reiterou à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal a solicitação contida no Ofício nº 1220/2015/DCODER/SPU/DF, de 04/08/2015.

24. Em 03 de fevereiro de 2016, através do Ofício nº 1860/S Seç Mnt Rep/Seç Eng S Div Log/DCOI/Cmt Log, o HFA reiterou à SPU a solicitação contida no Ofício 2368/2015/DA/SDSE, de 30/06/2015, sem resposta até a presente data.

#### 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

**Quadro 6.2.4a – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	<b>ESTRADA PARQUE CONTORNO DO BOSQUE, S/Nº - CRUZEIRO NOVO. CEP: 70.658-900.</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0010-03.</b>
	Nome ou Razão Social	<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AGÊNCIA HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS).</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>ESTABELECIMENTO BANCÁRIO.</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 218/2013.</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.</b>
	Prazo da Cessão	<b>09/01/2016 A 08/01/2017 OBS: VIGÊNCIA INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, LIMITADO A 60 (SESSENTA) MESES.</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>CESSÃO DE USO SOBRE UMA ÁREA MEDINDO 335,00M² (TREZENTOS E TRINTA E CINCO METROS</b>

		<b>QUADRADOS), LOCALIZADA PRÓXIMA AO PRÉDIO DO AMBULATÓRIO E À ENTRADA DO SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO.</b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>O VALOR TOTAL ANUAL PAGO À CONCEDENTE É DE R\$ 221.971,00 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL, NOVECENTOS E SETENTA E UM REAIS).</b>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<b>A CESSIONÁRIA EFETUA O PAGAMENTO VIA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO SE UTILIZANDO DO CÓDIGO DE DEPÓSITO DE ALUGUEL (RECEITA DE CONCESSIONÁRIAS, DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA) COD – 28808-8 E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (ÁGUA E LUZ) COD – 28830-6 EM FAVOR DA UG 112408.</b>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<b>RECEITA PRÓPRIA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. OS RECURSOS DECORRENTES DA CESSÃO DO ESPAÇO SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DO CEDENTE.</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>DE ACORDO COM A CLÁUSULA NONA DO CONTRATO N° 01/2014, O CESSIONÁRIO PAGARÁ AO CEDENTE O VALOR RELATIVO AO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA, TENDO COMO EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO DE TAIS DESPESAS, HIDRÔMETROS E RELÓGIOS DE LUZ.</b>

Fonte: DSG/HFA.

**Quadro 6.2.4b – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	<b>ESTRADA PARQUE CONTORNO DO BOSQUE, S/N° - CRUZEIRO NOVO. CEP: 70.658-900.</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00000000/3216-64.</b>
	Nome ou Razão Social	<b>BANCO DO BRASIL S/A.</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>ESTABELECIMENTO BANCÁRIO.</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 16/2015.</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.</b>
	Prazo da Cessão	<b>01/06/2015 A 31/05/2016 OBS: VIGÊNCIA INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, LIMITADO A 60 (SESENTA) MESES.</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>CESSÃO DE USO SOBRE UMA ÁREA MEDINDO 20,75M<sup>2</sup> (VINTE METROS E SETENTA E CINCO CENTÍMETROS QUADRADOS), LOCALIZADA NO LADO ESQUERDO DA VIA DE ACESSO AO AMBULATÓRIO DO HFA.</b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>O VALOR TOTAL ANUAL PAGO À CONCEDENTE É DE R\$ 15.435,00 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).</b>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<b>A CESSIONÁRIA EFETUA O PAGAMENTO VIA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO SE UTILIZANDO DO CÓDIGO DE DEPÓSITO DE ALUGUEL (RECEITA DE CONCESSIONÁRIAS, DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA) COD – 28808-8 E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (ÁGUA E LUZ) COD – 28830-6 EM FAVOR DA UG 112408.</b>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<b>RECEITA PRÓPRIA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. OS RECURSOS DECORRENTES DA CESSÃO DO ESPAÇO SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DO CEDENTE.</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao	<b>DE ACORDO COM A CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO N° 01/2012, O CESSIONÁRIO PAGARÁ AO</b>

	Imóvel	<b>CEDENTE O VALOR RELATIVO AO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA, TENDO COMO EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO DE TAIS DESPESAS, HIDRÔMETROS E RELÓGIOS DE LUZ.</b>
--	--------	---

Fonte: DSG/HFA.

### 6.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União

**Quadro 6.2.5 - Distribuição espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1 (Brasília)</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
Subtotal Brasil		75	75
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		75	75

Fonte: DSG/HFA.

### 6.2.6 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não houve ocorrência neste exercício.

## 6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 6.3.1 Principais sistemas de informações

Atualmente os sistemas, ora em uso, pelo HFA são: ADBEM/CONSAIH; GESCON, e programas de desenvolvimento próprio para as clínicas (agendamento e controle de chegada).

O ADBEM/CONSAIH é utilizado na gestão hospitalar, controle de pacientes, emissão de guias, controle de almoxarifado e contas hospitalares. No entanto, já foi realizada a licitação pública com o intuito de trocar o sistema, pois o mesmo não está mais atendendo as necessidades atuais do HFA. A parte técnica básica de manutenção do Sistema é realizada pela SDTI, mas ele não possui contrato de manutenção e evolução, não gerando assim pagamentos mensais.

O GESCON é um sistema de gestão de contratos que é utilizado pela área administrativa, no entanto, ele não está na responsabilidade técnica de manutenção e correção da SDTI, sendo apenas instalado nos nossos servidores de serviço e disponibilizado para o uso.

Os demais programas desenvolvidos aqui são realizados pela equipe de desenvolvimento da SDTI, sem que haja a necessidade de contrato, pois não há custos para o HFA. Conforme quadro abaixo:

**Quadro 6.3.1 – Principais Sistemas de Informação em uso pela UJ**

Solução de Tecnologia da Informação (bens e Serviços de TI)	Gestor Responsável	Foi desenvolvida interna ou externamente?	É mantida equipe Interna ou Terceirizada
Complab - Laboratório de Análises Clínicas e Radiologia	HFA	Externamente	Terceirizada (sem ônus)
DOKIMAZO - Setor de frequência e controle	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção
SIRF - Setor de Pessoal Militar	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção
UltraSystem - Setor de Radiologia	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção
Ewin - Setor de Radiologia	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção
CITSaúde - Setor Odontoclínica (*)	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção

SMART - Farmácia e farmácias satélites (*)	HFA	Externamente	Não Possui Manutenção
PMIL – Subdivisão de Pessoal Militar	HFA	Internamente	Interna
PesCivil – Subdivisão de Pessoal Civil	HFA	Internamente	Interna
ERP ADBEM/CONSAIH	ATI	Externamente	Terceirizada (sem ônus)
EMERGÊNCIA - Emergência	ATI	Internamente	Interna
VAC - Posto de vacinação	ATI	Internamente	Interna
ESTATÍSTICA - Clínicas	ATI	Internamente	Interna
SUORTE – ATI	ATI	Internamente	Interna
VEICULOS - SPM – Adesivos de Estacionamento	ATI	Internamente	Interna
OSCPD - Todos os Setores - ATI	ATI	Internamente	Interna
ODONTO - Setor Odontoclínica	ATI	Internamente	Interna
UISM - Unidade Integrada de Saúde Mental	ATI	Internamente	Interna
SCH - Setor de Contas Hospitalares	ATI	Internamente	Interna
BANCO DE LEITE - Banco de Leite HFA	ATI	Internamente	Interna
BOLETIM - Secretaria Geral - Todos os Setores	ATI	Internamente	Interna
NUTRIÇÃO - Clínica de Nutrição	ATI	Internamente	Interna

Fonte: Seção de TI.

### 6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O HFA possui um PDTI em vigor (2015/2016) que tem como objetivo oferecer e manter os serviços de TI para o órgão. Basicamente ele é composto por aquisições de Hardwares e Softwares, além de treinamento e manutenção da estrutura física da SDTI/HFA. Todo ele é pautado nas necessidades do órgão em relação a Tecnologia da Informação, e é executado de acordo com a disponibilidade de recursos, pois nos últimos anos, o HFA sofre com os constantes cortes orçamentários, o que afeta a sua total execução.

O Comitê Gestor de TI do HFA (CGTI/HFA), era composto por representantes de todas as Divisões do HFA, com uma ampla representatividade e possuía caráter diretivo nas decisões tomadas.

### 6.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

- a) Capacitação de pessoal: O Plano de Capacitação do pessoal de TI está descrito no PDTI e bem alinhado a nossa necessidade, no entanto, devido às restrições e cortes orçamentários que atingiram o HFA nos últimos anos ele não foi realizado de acordo com o planejado. O quadro de profissionais que atuam na área de TI do HFA atualmente totaliza 17 servidores/militares: 11 técnicos de nível médio (sendo 05 militares e 06 civis) e 06 de nível superior (sendo 05 militares e 01 civil). Desses profissionais, 12 integram o quadro de pessoal efetivo e 05 são militares temporários. O quadro de pessoal de TI, verificado na fase de diagnóstico do PDTI, é utilizado para apoiar a composição do plano de capacitação para atendimento a meta M7 – Capacitar 100% dos servidores da ATI de acordo com o Plano de Capacitação anual. Sobre o Plano de Capacitação do Pessoal de TI do HFA. Quanto à adequação qualitativa do quadro, é importante ressaltar que a previsão relativa à capacitação e competências será realizada por meio da execução da ação de elaboração do plano de capacitação, prevista na necessidade 3 deste PDTI e a chegada de novos profissionais de TI. Estava previsto no PDTI 2015/2016, no entanto, por contingenciamento de recursos e alocação em outras prioridades, não foi executado a contento, postergando para o ano de 2016 se não houver outro contingenciamento. Segue abaixo as partes do PDTI 2015/2016 que tratam do assunto:

**Quadro 6.3.3a – Prioridades e necessidades**

Prioridade	ID	Necessidade	Área de Negócio
	N3	Adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal da ATI	ATI

Fonte: Seção de TI.

**Quadro 6.3.3b – Necessidades**

Necessidade: N3					Prioridade	
Adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal da ATI						
Meta(s)	Valor	Indicador	Prazo	Ações	Id	
M5	100%	% de servidores da ATI capacitados	Anual (Dezembro/2015 e Dezembro/2016)	Elaborar Plano de Capacitação	5.1	
				Contratar capacitação	5.2	

Fonte: Seção de TI.

**Quadro 6.3.3c – Necessidades**

NECESSIDADE 3 - Planejamento de Execução							
ID	Ação	Categoria	Prazos		Recursos Necessários		
			Início	Fim	Humanos		Orçamentários
					Competência	Qtde.	
5.1	Elaborar Plano de Capacitação do quadro de pessoal da ATI	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	2	Não se aplica
5.2	Contratar capacitação	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	20 mil

Fonte: Seção de TI.

- b) Gerenciamento de serviços: os processos de gerenciamento de serviços de TI são realizados por uma plataforma desenvolvida internamente, mas não abrange a área de governança e gestão de TI, sendo focado apenas nas atividades meios (suporte/manutenção) da SDTI.
- c) O quadro de profissionais que atuam na área de TI do HFA em dezembro de 2015 totalizava 13 servidores/militares: 10 técnicos de nível médio (sendo 5 militares e 5 civis) e 3 (sendo 2 militares e 1 civil) de nível superior. Desses profissionais, 9 integram o quadro de pessoal efetivo e 4 são militares temporários, não há servidores sem vínculo com a APF e nem terceirizados na DTI/HFA. O quadro de pessoal é reduzido, e a demanda por serviços de TI é grande. Todavia, para alguns desses serviços ocorrerão contratações, a fim de operacionalizar a TI (suporte, infraestrutura, sistemas, impressoras). Dessa forma, o quadro disponível para execução direta da prestação de serviços e suporte não é suficiente em número, nem em especialização. Segue abaixo o quadro de Servidores Civis/Militares em 31/12/2015:

**Quadro 6.3.3d – Pessoal distribuído na Seção de Tecnologia da Informação**

<b>DIAGNÓSTICO DE PESSOAL em 31/12/2015</b>						
Nº	NOME	FORMAÇÃO	COMPETÊNCIA	POSTO/ CARGO E FUNÇÃO	VÍNCULO	CARGA HORÁRIA
1	Alexandre de Assis Lauria	Bacharel em Gestão de TI Pós-graduação em Gestão na Administração Pública	Adjunto da ATI	Major	Efetivo	40
2	Cassiano Dias de Souza	Graduado em Odontologia Graduado em Administração Pós-graduação em CTBMF Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas Curso de Gestor de TI – SLTI/MPOG	Assistente da ATI	Técnico de Nível Superior - GSISP	Efetivo – Cedido MDS	40
3	Severino Ferreira da Silva Neto	Pós Graduação em Segurança de Redes Bacharel em sistemas de informação	Supervisor na Adm de Redes	Aspirante a Oficial	Temporário	40
4	Jorge Viana Junior	Técnico em Enfermagem	Supervisor de Sistemas	Sub - Oficial	Efetivo	40
5	Renato Ney Santos	Ensino Médio	Auxiliar na adm de redes	1º Sargento	Efetivo	40
6	William Rocha de Freitas Ferraz	Ensino Médio	Auxiliar na adm de redes	3º Sargento	Temporário	40
7	Luan Jacobina Vogado	Ensino Médio	Suporte, mnt e configuração de PCs	Cabo	Temporário	40
8	Victor Hugo Furquim Carneiro	Ensino Médio	Suporte, mnt e configuração de PCs	Soldado	Temporário	40
9	Najara Cruz de Araújo	Pós-graduação em segurança de redes Graduada em Processamento de Dados	Administração do Banco de Dados	Assistente Técnico Administrativo	Efetivo	40
10	Paulo Henrique Almeida de Oliveira	Ensino Médio	Suporte, mnt e configuração de PCs	Assistente Técnico Administrativo	Efetivo	40
11	Ricardo Melo de Barros	Técnico em Processamento de Dados	Suporte, mnt e configuração de PCs	Assistente Técnico Administrativo	Efetivo	40

12	Edson Alvares de Macedo	Ensino Médio	Suporte, mnt e configuração de PCs	Assistente Técnico Administrativo	Efetivo	40
13	Lucilio morais de Freitas	Ensino Médio	Suporte, mnt e configuração de PCs	Assistente Técnico Administrativo	Efetivo	40

Fonte: Seção de TI.

d) Foi finalizado um projeto em 2015 que implicará na necessidade de continuidade de outros projetos previstos no PDTI 2015/2016, conforme quadro abaixo:

**Quadro 6.3.3e – Principais projetos da Seção de TI**

Planejamento de Execução									
ID	Ação	Categoria	Prazos		Recursos Necessários				
			Início	Fim	Humanos		Materiais	Orçamentários	
					Competência	Qtde.		Investimento (R\$)	Custeio (R\$)
1.1	Ampliação da capacidade da Storage	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	3	1 servidor	1 milhão	Não se aplica
1.2	Ampliação capacidade de backup	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	1 servidor	6 milhões	6 milhões
1.3	Contratar soluções de softwares	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	1 servidor	2 milhões	2 milhões
1.4	Contratar soluções de cabeamento/wi-fi	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	Não se aplica	1.500 mil	Não se aplica
1.5	Contratar telefonia VOIP	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	1 servidor	500 mil	Não se aplica
1.6	Revitalizar rede lógica do HFA	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	3	1 servidor	1 milhão	Não se aplica
1.7	Contratar solução de antispam	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	1	1 servidor	80 mil	Não se aplica

1.8	Contratar outsourcing de impressão	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	1	1 servidor	50 mil	Não se aplica
1.9	Prover apoio técnico ao departamento de ensino e pesquisa na ocasião da instalação da RUTE	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2.1	Contratar soluções de desktops, notebooks e dispositivos móveis para atualização do parque computacional do HFA	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	Não se aplica	500 mil	Não se aplica
2.2	Contratar soluções de switches para atualização do parque computacional do HFA	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	Não se aplica	100 mil	Não se aplica
3.1	Definir política de gerenciamento de rede	Gestão	04/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.2	Definir política de uso da internet	Gestão	04/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.3	Definir política de backup	Gestão	04/2014	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.4	Definir política de acesso físico	Gestão	04/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.5	Definir política de contingência	Gestão	04/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3.6	Definir política de acesso lógico	Gestão	04/2015	12/2015	Gestão	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
4.1	Contratar sala segura para o ambiente de máquinas servidores da ATI	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	Não se aplica	600 mil	Não se aplica
4.2	Implantar domínio de segurança para internet	Gestão	01/2014	12/2015	Segurança da Informação	3	Não se aplica	2 milhões	Não se aplica
5.1	Elaborar Plano de Capacitação do quadro de pessoal da ATI	Gestão	01/2015	12/2015	Gestão	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

5.2	Contratar capacitação	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	Não se aplica	Não se aplica	20 mil
6.1	Customizar metodologia do escritório de projetos	Gestão	04/2015	08/2015	Governança de TI	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6.2	Implantar melhoria do escritório de projetos	Gestão	04/2015	08/2015	Governança de TI	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.1	Realizar diagnóstico de atualizações do sistema de gestão hospitalar	Sistema	04/2015	12/2015	Desenvolvimento de Sistemas	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.2	Contratar licença para o sistema de gestão hospitalar	Contratações	01/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	1 servidor	3 milhões	Não se aplica
7.3	Contratar manutenção para o sistema de gestão hospitalar	Contratações	04/2015	12/2015	Gestão de Contratos	1	1 servidor	Não se aplica	50 mil
8.1	Contratar e Implantar sistema de controle de pessoal civil e militar	Sistema	01/2015	12/2015	Analista de Negócio	3	1 servidor	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Seção de TI.

e) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviço de TI ao Hospital. O HFA no exercício de 2015 não dependia de empresa terceirizada para manter os seus serviços. Com a existência de apenas dois contratos de prestação de serviço, com o SERPRO para fornecimento de acesso à INFOVIA e o Contrato de Outsourcing de Impressão para manutenção e operação de impressão para o HFA. Todavia, está previsto para o ano de 2016 a entrada em operação do Sistema de Gestão Hospitalar, que foi adquirido através de licitação, mas não está previsto a alocação de pessoal terceirizado da empresa, apenas os serviços de manutenção e evolução do SGH. Sendo assim, esta DTI/HFA não possui dependência tecnológica de terceirizados para a continuidade dos serviços prestados.

## 6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### 6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro 6.4.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	-	-
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	-	-
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	-	-
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado:		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	-	-
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados:		
<b>Considerações Gerais</b>			
Com relação ao item 2 do quadro A.6.4.1 – Aspectos da Gestão Ambiental, há a separação de resíduos recicláveis descartados. Contudo, esses resíduos são recolhidos por empresas terceirizadas pelo Governo do Distrito Federal e não disponibilizados diretamente à associação de catadores. Esta UG utiliza parâmetros de sustentabilidade em seus instrumentos convocatórios sem, no entanto, restringir a competitividade.			
<b>Análise crítica</b>			
O HFA não dispõe de pessoal especializado para emitir parecer técnico sobre o assunto. Tendo em vistas as restrições orçamentárias, este Hospital se limita a contratar serviço para recolhimento e incineração de lixo hospitalar.			

## 6.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

O Hospital das Forças Armadas (HFA), criado pelo Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962, possui autonomia administrativa e financeira asseguradas pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971, sendo oficialmente inaugurado em 27 de março de 1972. A unidade possui sede em Brasília/DF e apresenta-se como uma Organização Militar de Saúde (OMS) diretamente subordinada ao Ministério da Defesa. Como instituição hospitalar pública federal, é classificado como um Hospital Militar Geral, integrando a estrutura da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

O Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas (FAHFA) é responsável pela consolidação de todos os recursos decorrentes das atividades do Hospital das Forças Armadas e os

recursos provenientes de outras fontes. Por intermédio da Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995, foi ratificada a criação do FAHFA, sendo relacionadas em seu art. 2º as fontes de receitas, quais sejam:

- Art. 2º Constituem Fontes de Receitas – FR, do Fundo de Administração do HFA, os recursos oriundos:
- I. do Fundo de Saúde das Forças Singulares;
  - II. de convênios, subvenções, contribuições, acordos, doações e legados;
  - III. de indenizações provenientes do atendimento médico-hospitalar, de pagamento de diárias referentes aos acompanhantes dos pacientes internados;
  - IV. de receitas provenientes de arrendamento de bens móveis;
  - V. de receitas provenientes de exploração e arrendamento de bens imóveis;
  - VI. de rendimentos líquidos das operações financeiras realizadas pelo próprio Fundo;
  - VII. de recolhimento de indenizações do Auxílio-Moradia dos militares e da taxa de ocupação dos civis, referente aos Próprios Nacionais Residenciais sob a administração do HFA; e
  - VIII. de quaisquer outras fontes que forem expressamente atribuídas ao Fundo de Administração do HFA.

Os objetivos e finalidades do FAHFA convergem para os estabelecidos pelo próprio HFA que, em linhas gerais, se destina a prestação de Assistência em Saúde nos níveis terciário e quaternário, incluindo tratamento e hospitalização aos militares das forças, ativos e inativos, e seus dependentes, servidores do HFA, Ministério da Defesa, Corpo Diplomático e demais órgãos conveniados. Visando um padrão de excelência em seus serviços, a unidade também realiza ações voltadas ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa, podendo promover intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins. Dentre seus objetivos institucionais pode-se destacar:

- a) Fomentar a hierarquização dos níveis de atendimento entre os Hospitais Militares do DF;
- b) Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada;
- c) Integrar informações assistenciais e gerenciais do HFA;
- d) Ser um hospital humanizado e promover ações voltadas à sociedade e aos seus usuários;
- e) Promover o ensino e a pesquisa para formar e aperfeiçoar o pessoal da saúde, projetando o hospital no cenário acadêmico;
- f) Capacitar o HFA para ser um Hospital Militar Terciário de referência para apoio logístico de Saúde das Tropas das regiões centro-oeste, norte e nordeste do Brasil;

No que se refere ao desempenho do Fundo no exercício de 2015, tem-se que foi consignado na LOA o montante de R\$ 28.819.899,00 (Vinte e oito milhões oitocentos e dezenove mil oitocentos e noventa e nove reais) em créditos orçamentários para as fontes de recursos próprios, quais sejam fontes 0150 (não financeiros) e 0180 (financeiros – aplicações). No quadro abaixo seguem os valores das receitas realizadas.

**Quadro 6.5a – Realização das Receitas**

FONTE RECURSOS REDUZIDA	CATEGORIA ECONÔMICA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		52902	
				FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	
		ITEM INFORMAÇÃO		RECEITA ORÇAMENTARIA (LIQUIDA)	
		NATUREZA RECEITA		SALDO ATUAL - R\$	
150	1	RECEITAS CORRENTES	19180800	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	9,74

		19219900	OUTRAS INDENIZACOES	5.018,48	
		19229900	OUTRAS RESTITUICOES	58,60	
		13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	240.689,70	
		19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	171.409,27	
		19900520	REVERSAO DE GARANTIAS EM FAVOR DA UNIAO	107.808,52	
		16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	20.700,48	
		16000501	SERVICOS HOSPITALARES	1.709.520,50	
		16005000	TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	141.613,96	
		13152000	TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	2.452.390,37	
		17300000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	360.000,00	
		<b>Total</b>		<b>5.209.219,62</b>	
	7	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	76000501	SERVICOS HOSPITALARES	21.096.612,77
		<b>Total</b>		<b>21.096.612,77</b>	
180	1	RECEITAS CORRENTES	13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	694.423,69
		<b>Total</b>		<b>694.423,69</b>	
<b>Total</b>				<b>27.000.256,08</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial 2015.

As receitas orçamentárias realizadas pelo Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas totalizaram R\$27.000.256,08 (Vinte e sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil e oito centavos), equivalentes a 93,68% da receita prevista na LOA 2015 para estas fontes. Conforme já esperado, a maior arrecadação se enquadra nos serviços hospitalares prestados aos usuários dos Fundos de Saúde da Aeronáutica, Marinha e Exército Brasileiro, quais sejam FUNSA, FUSMA E FUSEX, que juntos totalizaram o valor de R\$15.481.007,14 (Quinze milhões quatrocentos e oitenta e um mil sete reais e quatorze centavos) arrecadados em 2015. Cabe destacar que a projeção para fonte 0180 na LOA ficou muito abaixo da realizada, sendo atualizada mediante reestimativa no Sistema de Orçamento e Planejamento Federal – SIOP. Embora contasse na Lei Orçamentária o saldo de R\$230.224,00 (Duzentos e trinta mil duzentos e vinte e quatro reais), o montante realizado foi de R\$694.423,69 (Seiscentos e noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), cerca de 3(três) vezes o projetado.

O montante arrecadado foi destinado à manutenção das ações da unidade, seja em despesas com custeio seja em despesas com investimentos, conforme quadro a seguir:

Quadro 6.5b – Execução das Despesas

FONTE DE RECURSOS REDUZIDA	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		52902		
					FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS		
			ITEM DE INFORMAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
			NATUREZA DA DESPESA		SALDO ATUAL	SALDO ATUAL	SALDO ATUAL
150	3	DESPESAS CORRENTES	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	3.079,90	3.079,90	3.079,90
			339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.691.894,45	4.336.177,12	4.336.051,12
			339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.042.043,29	5.812.043,29	5.454.419,04
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	6.215.055,49	6.076.032,60	5.990.783,93
			339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	3.033.797,77	3.033.797,77	3.033.797,77
			339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	907.943,40	907.943,40	907.943,40
			339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	171.458,31	171.335,91	171.335,91
			<b>Total</b>		<b>21.065.272,61</b>	<b>20.340.409,99</b>	<b>19.897.411,07</b>
180	3	DESPESAS CORRENTES	339030	MATERIAL DE CONSUMO	55.879,19	55.879,19	55.879,19
			339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	144.860,01	144.860,01	144.860,01
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	29.360,69	29.360,69	29.360,69
			<b>Total</b>		<b>230.099,89</b>	<b>230.099,89</b>	<b>230.099,89</b>
150	4	DESPESAS DE CAPITAL	449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.558.281,40	1.558.281,40	1.558.281,40
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.130.737,87	1.715.706,21	1.715.706,21
			<b>Total</b>		<b>4.689.019,27</b>	<b>3.273.987,61</b>	<b>3.273.987,61</b>
<b>Total</b>			<b>25.984.391,77</b>	<b>23.844.497,49</b>	<b>23.401.498,57</b>		

Fonte: Tesouro Gerencial 2015.

Os demais ingressos de receitas junto ao Fundo são provenientes de fontes de Recursos Ordinários e de Contribuição para Seguridade Social designados em sua maioria para o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais e outras despesas, conforme dotação orçamentária.

Quanto à atuação do Fundo no gerenciamento das fontes de recursos, verifica-se uma excelente proximidade entre o valor autorizado em créditos orçamentários e o real arrecadado pelas fontes próprias, atingido um resultado de 93,68% de realização. Contudo, o Fundo se deparou com diversos obstáculos para o alcance deste numerário, necessitando de contatos diretos junto ao Comando das Forças, bem como a realização de reuniões e exposição de negociações diante do cenário restritivo.

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

A unidade de Auditoria do Órgão de Vinculação (Ciset-MD) realizou, no período de junho a setembro, a auditoria de Acompanhamento Permanente de Gastos, nesta UJ, exarando o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 077/2015/GEAUD/CISET-MD, de 28 Set 15.

### 7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A UJ foi diligenciada pelo TCU por intermédio das seguintes solicitações:

- 1) Ofício nº 0949/2015-TCU/SucexDefesa, de 13/8/2015 (processo TC 022.926/2010-0);
  - 2) Solicitação de Auditoria conforme requisição nº 1/2015, datada de 17 Ago 15 (processo nº 029.457/2011-4);
  - 3) Ofício nº 0786-TCU/SucexSaúde, de 30 Nov 15, retificado pelo Ofício nº 0790-TCU/SucexSaúde, de 02 Dez 15 (processo TC 019.898/2014-2);
- Todas as diligências/solicitações/orientações foram atendidas.

### 7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício 2015, o Controle Setorial Interno do Ministério da Defesa (Ciset-MD) por intermédio de suas gerências expediu as seguintes diligências/solicitações:

- Gerência de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário (GEAFO): 13 (treze);
- Gerência de Auditoria (GEAUD): 24 (vinte e quatro), e
- Gerência de Orientação e Avaliação (GEORI): 06 (seis)

As respostas ao controle interno foram providenciadas em sua esmagadora maioria de forma tempestiva buscando o atendimento do solicitado e das orientações.

O Plano de Providências Permanente enviado a Ciset-MD por intermédio do Ofício nº 4921 - SDiv Adm-HFA-2015 de 30 Nov 15 (Processo Nº 60550.000911/2015-27) consolida as ações em andamento referente a Avaliação das Gestão.

### 7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

As informações contidas no item 3.2 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS também são aplicáveis ao presente item, tendo em vista descrever a sistemática seguida por este Hospital no trato com os ilícitos administrativos.

Com relação mais especificamente ao tema “dano ao Erário”, apresenta-se o seguinte cronograma de ações adotadas pelo HFA acerca do trato da matéria:

- a) ocorrida a denúncia e verificada a real possibilidade de ocorrência do dano, instaura-se o devido procedimento administrativo, tendente a apurar a veracidade ou não do conteúdo da denúncia, sempre se observando o contraditório e a ampla defesa. Esse procedimento administrativo segue o rito descrito no item 5.8, citado anteriormente; e
- b) confirmada a ocorrência do dano e também identificado o seu agente causador, instaura-se o competente processo de cobrança.

Foi instaurada 01 (uma) sindicância (Processo 60550.000858/2014-28 Portaria nº 253, de 11/09/2015). Os Autos foram enviados ao SEPESD/MD pelo Ofício nº 5446/ATE, de 30/12/2015, para análise jurídica conclusiva por parte da Consultoria Jurídica daquele Ministério.

Quadro 7.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
01	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Assessoria Técnica Especial - HFA

#### 7.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Em conformidade com as recomendações constantes no Acórdão 2859/2013 do TCU, que trata das providências a serem adotadas pela Administração com vistas a procederem às regularizações das contratações afetadas pelos dispositivos previstos na Lei 12.546/2011 e no Decreto 7.828/2012, legislação base de execução do Plano Brasil Maior do Governo Federal, **considerando apenas as empresas enquadradas na legislação retromencionadas**, foram efetuados dois **Termos Aditivos de supressão** de valores durante o Exercício de 2015 em função da desoneração da folha de pagamento, conforme quadro abaixo:

**Quadro 7.4 – Revisão de Contratos**

<b>Contrato</b>	<b>Termo Aditivo</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Contratada</b>	<b>Objeto</b>
17/2013	14/2014	<b>197.007,75</b>	TECNICALL ENGENHARIA LTDA	Obra reforma 8º Andar
2/2010	6/2015	<b>142.242,95</b>	TECNICALL ENGENHARIA LTDA	Manutenção Predial

**Fonte:** Subseção de Contratos e Convênios/HFA.

1) Termo Aditivo nº 14/2014 – teve como objeto a supressão/diminuição do valor total do Contrato 17/2013 (obra de reforma do 8º andar do prédio de internação do HFA), na ordem de R\$ 197.007,75 (cento e noventa e sete mil, sete reais e setenta e cinco centavos), cabendo as seguintes considerações:

a. A metodologia de cálculo aplicada para supressão de valores do contrato 17/2013, por se tratar de obra/reforma de engenharia, é diferenciada do modelo adotado/orientado pelo MPOG e do próprio TCU, uma vez que as orientações iniciais daqueles Órgãos foram para contratos de serviços continuados com terceirização de mão obra. Assim, O HFA buscou subsídios/orientações no próprio MD (Departamento/Setor de Engenharia), para efetuar o Termo Aditivo em questão. Percebe-se a complexidade das variáveis envolvidas para efetivação do aditivo, inclusive com mudança/alteração do BDI adotado (pela contratada) por ocasião da licitação;

b. O objeto do contrato 17/2013 teve sua execução baseada em Cronograma Físico-Financeiro composto de várias Etapas/Subetapas, onde o desembolso/pagamento se dava à medida que era concluída cada etapa/subetapa. Por ocasião da efetivação do aditamento, havia saldo remanescente praticamente em todas as etapas/subetapas, o que possibilitou a retirada em parcela única;

c. Conforme extrato de Nota de Lançamento 2014NL800222, de 28/10/2014, constata-se a retirada/supressão, em parcela única, no valor de R\$ 197.007,75 (cento e noventa e sete mil, sete reais e setenta e cinco centavos) do saldo da conta de contrato (199720200) da TECNICALL ENGENHARIA LTDA;

d. Assim, no nosso entendimento, não houve a necessidade de pagamento, por parte da contratada, de valores retroativos (de etapa/subetapas concluídas), uma vez que a contratada seria penalizada duas vezes, ou seja, devolveria parte dos valores das etapas concluídas e ainda teria a redução do valor global contratado; e

e. De todo modo, pode-se concluir que as medidas adotadas por esta Administração teve uma economia de despesa significativa na obra de reforma do 8º andar do prédio de internação do HFA e, por conseguinte, economia aos cofres públicos.

2) Termo Aditivo nº 6/2015 – teve como objeto a supressão/diminuição do valor total do Contrato 02/2010 na ordem de R\$ 142.242,95, cabendo as seguintes considerações:

a. O contrato 02/2010 tem como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção predial, preventiva e corretiva, execução de serviços eventuais, manutenção e modernização de bens móveis e imóveis, equipamentos elétricos, sistema de proteção contra descargas

atmosféricas, sistema de geração de vapor, central de gases medicinais, sistema hidráulico, marcenaria, refrigeração, serralheria, com o fornecimento de mão-de-obra especializada.

b. A metodologia de cálculo, mais simplória em relação a do contrato 017/2013, teve como base a alteração das Planilhas de Custos de Mão de Obra originais. De maneira resumida, foi excluído o percentual de INSS (20%) e incluída o percentual de 2% referente a taxa da CPRB, nos termos da Lei 12.546/2011 e do Decreto 7.828/2012. Ressaltamos, também, que houve alteração/revisão do BDI, o que contribui na redução dos valores finais do aditamento.

c. Cabe ressaltar, no entanto, que o impacto da redução, talvez não se perceba inicialmente em função de o aditivo ter sido realizado concomitante às repactuações atrasadas 2013/2014 e 2014/2015. Contudo, novamente será realizado levantamento pormenorizado dos valores pagos considerando o período inicial de 01/11/2013, conforme estabelecido no Termo Aditivo nº 6/2015:

(...)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO**

3.1 - Fica estabelecido que os valores faturados e pagos a maior pelo HFA, considerando os valores da desoneração da folha de pagamento compreendido no período de 01/11/13 a 30/04/14, serão devidamente ressarcidos pela contratada, após cálculo expedido pela Assessoria Contábil em conjunto com Divisão de Finança do HFA, e o respectivo gestor do contrato.

3.1.1 – O cálculo para ressarcimento será considerado a diferença entre os valores efetivamente pagos mensalmente pelo HFA e os novos valores estabelecidos para os custos com mão de obra após a desoneração da folha e ajuste do BDI;

3.1.2 - Os valores previstos para ressarcimento poderão ser abatidos do faturamento pendente de medição (valor devido à contratada), após regular aprovação pela fiscalização.

1.1.3– Não havendo possibilidade do abatimento do faturamento pendente, a contratada providenciará o pagamento através de Guia de Recolhimento da União-GRU, emitida pela Divisão de Finanças do HFA, com prazo fixado para quitação.

d. Caso verifique que haja diferença nos valores pagos e valores devidos será providenciado o respectivo ressarcimento pela contratada.

## **7.5 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993**

O Hospital das forças Armadas observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

O Controle é realizado pela Seção de Finanças do HFA que monitora a conta 622920103 – Empenhos Liquidados a Pagar no SIAFI. Após esta consulta verifica a conta 111122001 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, de acordo com os valores nesta conta, solicita ou não o repasse por intermédio de Programação Financeira. No momento em que as Notas Fiscais dão entrada na Seção de Finanças, esta já possui o numerário para realizar os pagamentos. Estes são realizados na sequência cronológica de entrada das Notas Fiscais.

## **8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

No transcorrer do Exercício Financeiro de 2015, o emprego dos recursos administrados por este Hospital seguiu o princípio da economicidade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficácia e eficiência. Tal fato garantiu a busca dos melhores preços para

aquisição de produtos e contratação de serviços, o que possibilitou atingir de maneira satisfatória as atividades planejadas e executadas.

Um dos desafios foi a busca de uma gestão em que simultaneamente houvesse uma conjugação qualidade e produtividade. Conduzir com competência a gestão da qualidade significa conquistar índices crescentes de satisfação do usuário. Assim, optou-se por concentrar esforços no sentido de implantar uma gestão estratégica que privilegia uma administração por objetivos, isto é, focada em resultados, e tendo como principal valor o comprometimento institucional.

Em vista destes valores, apesar do constante contingenciamento orçamentário, o HFA investiu em material médico-hospitalar R\$ 5.673.367,05 (cinco milhões seiscentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), e em material permanente 387.532,77 (trezentos e oitenta e sete mil quinhentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos).

## **9. ANEXOS E APÊNDICES**

### **9.1 ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS**

## **10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**

### **10.1 INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES**

### **10.2 INTEGRIDADE E COMPLETUDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**

### **10.3 INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

### **10.4 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

### **10.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI**

Brasília-DF, 17 de abril de 2016

---

**LAURO LUÍS PIRES DA SILVA – Gen Div EB**

Comandante Logístico do HFA  
Dirigente Máximo da Unidade



TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
ORGÃO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMIÇÃO 22/04/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>82.443.865,91</b>	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	59.486.339,33	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	22.957.526,58	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	22.957.526,58	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>57.351.004,88</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>3.033.691,36</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	46.280.358,58	-	Resultantes da Execução Orçamentária	3.030.875,85	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	6.932,58	-	Repasso Concedido	5.127,20	-
Sub-repasso Recebido	46.273.426,00	-	Sub-repasso Concedido	3.025.748,65	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	11.070.646,30	-	Independentes da Execução Orçamentária	2.815,51	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.069.802,90	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	843,40	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.815,51	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>43.306.829,84</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>13.909.151,55</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.627.717,87	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.779,91	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.244.191,92	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.473.523,18	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	431.848,46	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	431.848,46	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	27.003.071,59	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	27.003.071,59	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-		-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>8.429.555,70</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>9.700.681,60</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.429.555,70	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.700.681,60	-
<b>TOTAL</b>	<b>109.087.390,42</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>109.087.390,42</b>	-

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
ORÇÃO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 22/04/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>60.010.475,13</b>	<b>86.369.001,60</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.004.617,64</b>	<b>1.315.872,33</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.700.681,60	8.429.555,70	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	15.724.047,02	25.286.675,65	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.004.617,64	1.315.872,33
Clientes	15.694.047,02	25.286.675,65	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	30.000,00	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>14.759.757,00</b>	<b>31.956.020,63</b>			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	19.825.989,51	20.696.749,62			
VPRS Pagas Antecipadamente	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>225.893.283,50</b>	<b>224.470.574,90</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPRS Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>4.004.617,64</b>	<b>1.315.872,33</b>
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações	-	-			
Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>224.551.430,07</b>	<b>224.470.574,90</b>			
Bens Móveis	62.464.972,37	62.911.866,90	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	72.197.652,62	69.939.708,54	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>281.899.140,99</b>	<b>309.523.704,17</b>
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.732.680,25	-7.027.841,64			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	162.086.457,70	161.558.708,00			
Bens Imóveis	162.233.442,32	161.611.933,86			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-146.984,62	-53.225,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>1.341.853,43</b>				
Softwares	1.341.853,43	-			
Softwares	1.558.281,40	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-216.427,97	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>285.903.758,63</b>	<b>310.839.576,50</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>285.903.758,63</b>	<b>310.839.576,50</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>9.700.681,60</b>	<b>21.450.762,81</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>15.871.909,79</b>	<b>15.552.161,80</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>276.203.077,03</b>	<b>289.388.813,69</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>882.759,24</b>	<b>-14.236.289,47</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>269.149.089,60</b>	<b>309.523.704,17</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>3.980.959,91</b>	<b>2.440.439,79</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>37.681.701,20</b>	<b>33.668.053,21</b>
Execução dos Atos Potenciais	3.980.959,91	2.440.439,79	Execução dos Atos Potenciais Passivos	37.681.701,20	33.668.053,21
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.770.544,68	1.559.762,36	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	119.550,00
Direitos Contratuais a Executar	1.210.415,23	880.677,43	Obrigações Contratuais a Executar	37.681.701,20	33.548.503,21
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.980.959,91</b>	<b>2.440.439,79</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.681.701,20</b>	<b>33.668.053,21</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-13.289.016,59
Recursos Vinculados	7.117.788,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.117.788,40
<b>TOTAL</b>	<b>-6.171.228,19</b>



TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTITULO 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
ORGÃO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMIÇÃO 22/04/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>89.012.730,38</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>25.534.739,30</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	25.534.739,30	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.989.715,88</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9,74	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.295.282,45	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	694.423,69	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>58.226.592,95</b>	-
Transferências Intragovernamentais	57.577.969,69	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	390.000,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	258.623,26	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>2.961.205,77</b>	-
Reavaliação de Ativos	1.646.894,48	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.218,87	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.312.092,42	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>300.476,48</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	300.476,48	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>115.988.815,79</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>80.439.032,60</b>	-
Uso de Material de Consumo	28.131.861,13	-
Serviços	49.292.146,13	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.015.025,34	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>1.079,19</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.079,19	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>3.060.958,01</b>	-
Transferências Intragovernamentais	3.033.691,36	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	27.266,65	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>32.293.079,90</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.371.721,24	-
Incorporação de Passivos	1.109.724,05	-
Desincorporação de Ativos	29.811.634,61	-
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>194.666,09</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	194.666,09	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-26.976.085,41</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
ORÇÃO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 23/04/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Receitas Tributárias</b>				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>				
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>				
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>				
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>				
<b>Transferências Correntes</b>				
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>				
<b>Transferências de Capital</b>				
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>				
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS</b>				
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>				
<b>REFINANCIAMENTO</b>				
<b>Operações de Crédito Internas</b>				
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>				
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>				
<b>DÉFICIT</b>			82.443.865,91	82.443.865,91
<b>TOTAL</b>			82.443.865,91	82.443.865,91
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	239.853.285,00	242.602.351,00	74.803.284,62	65.582.214,36	62.954.496,49	167.799.066,38
Pessoal e Encargos Sociais	156.140.135,00	157.653.158,00	-	-	-	157.653.158,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	74.803.284,62	65.582.214,36	62.954.496,49	10.145.908,38
Outras Despesas Correntes	83.713.150,00	84.949.193,00	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	13.600.000,00	13.600.000,00	7.640.581,29	3.617.459,63	3.617.459,63	5.959.418,71
Investimentos	13.600.000,00	13.600.000,00	7.640.581,29	3.617.459,63	3.617.459,63	5.959.418,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
<b>RESERVA DO RPPS</b>						
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	253.453.285,00	256.202.351,00	82.443.865,91	69.199.673,99	66.571.956,12	173.758.485,09
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>						
<b>Amortização da Dívida Interna</b>						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	253.453.285,00	256.202.351,00	82.443.865,91	69.199.673,99	66.571.956,12	173.758.485,09
<b>TOTAL</b>	253.453.285,00	256.202.351,00	82.443.865,91	69.199.673,99	66.571.956,12	173.758.485,09

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		13.078.174,38	11.121.032,72	11.121.032,72	1.957.141,66	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	13.078.174,38	11.121.032,72	11.121.032,72	1.957.141,66	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		2.470.207,51	2.352.490,46	2.352.490,46	117.717,05	0,00
Investimentos	-	2.470.207,51	2.352.490,46	2.352.490,46	117.717,05	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		15.548.381,89	13.473.523,18	13.473.523,18	2.074.858,71	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		3.779,91	3.779,91	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.779,91	3.779,91	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		3.779,91	3.779,91	-	-



TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS  
ORGÃO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMIÇÃO 22/04/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>7.241.075,99</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>84.785.924,93</b>	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>84.785.924,93</b>	-
Ingressos Extraorçamentários	431.848,46	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	57.351.004,88	-
Arrecadação de Outra Unidade	27.003.071,59	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-77.544.848,94</b>	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-73.861.159,24</b>	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-73.861.159,24	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-218.149,88</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-218.149,88	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-3.465.539,82</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-431.848,46	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.033.691,36	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-5.969.950,09</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-5.969.950,09</b>	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.411.668,69	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.558.281,40	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.271.125,90</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>8.429.555,70</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>9.700.681,60</b>	-